



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: MÍDIA, COTIDIANO E IMAGINÁRIO

MARIA TATIANA LIMA COSTA

JORNALISMO E IMAGINÁRIO:
A SIMBOLOGIA DA SECA

JOÃO PESSOA
2020

MARIA TATIANA LIMA COSTA

JORNALISMO E IMAGINÁRIO:
A SIMBOLOGIA DA SECA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Mídia, Cotidiano e Imaginário, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^a Pós Dr^a. Eunice Simões Lins

Coorientadora: Prof^a Dr^a. Patrícia Monteiro Cruz Mendes

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838j Costa, Maria Tatiana Lima.

Jornalismo e Imaginário: a simbologia da seca / Maria
Tatiana Lima Costa. - João Pessoa, 2020.
111 f. : il.

Orientação: Eunice Simões Lins.
Dissertação (Mestrado) -
UFPB/CCHLA.

1. Imaginário. Jornalismo. Narrativa. Seca. I. Lins, Eunice
Simões. II. Título.

UFPB/BC

MARIA TATIANA LIMA COSTA

JORNALISMO E IMAGINÁRIO:
A SIMBOLOGIA DA SECA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Mídia, Cotidiano e Imaginário, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 22/02/2020

BANCA EXAMINADORA:

Eunice Simões Lins

Pós Dr^a. Eunice Simões Lins (PPGC/UFPB)
Orientadora

Patrícia Monteiro Cruz Mendes

Dr^a. Patrícia Monteiro Cruz Mendes (DEJor/UFPB)
Examinador externo



Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza (UACIS/UFCG)
Examinador externo

Aos meus pais, Alice e João.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por escrever um capítulo tão bonito da minha história.

À minha mãe, Alice, pelo amor, companheirismo, colo e zelo.

Ao meu pai, João, por todo cuidado e pelas inúmeras viagens de bicicleta, no percurso de casa até a escola.

À minha irmã, Juliana, e minha sobrinha, Laura Júlia, por todo carinho.

Aos amigos que torceram por mim.

A Edielson Ricardo, com quem compartilhei minhas angústias, mas também momentos de alegria, descanso e paz.

Aos meus professores, maiores incentivadores.

Ao professor Wendell Rodrigues, pela parceria inicial no mundo da pesquisa.

À professora Kaline Vieira, pela força e estímulo que me fizeram tentar a seleção do mestrado.

À professora Patrícia Monteiro, pelas palavras de incentivo, encorajamento, orientação e mão amiga.

Ao professor Wellington Pereira, pela humildade, disponibilidade e contribuição.

À professora Eunice Simões, minha orientadora-mãe, luz do meu caminho, que me guiou e apresentou com toda a sabedoria do mundo o poder e o encanto da Teoria Geral do Imaginário.

Ao professor Wallace Ferreira, que com um sorriso no rosto viajou da cidade de Sumé, no Cariri Paraibano, até João Pessoa, capital da Paraíba, especialmente para participar como avaliador da banca de defesa final.

À professora Sandra Raquew e aos colegas do Grupo de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Educomunicação (DJOR-PPGC/UFPB), por cada encontro especial nas tardes de terça-feira.

À turma da disciplina de Pesquisa e Práticas Educativas na Educação do Campo I, da UFPB, na qual cumpri o estágio docência, pela oportunidade de aprender e ensinar em sala de aula.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas (PPGC/UFPB), em especial, aos professores, que contribuíram para a minha formação, e a turma de 2018, pelos encontros, cafés e compartilhamento de um momento único na vida: a experiência do Mestrado.

À Capes, pela bolsa de estudos que me permitiu dedicação exclusiva à pesquisa.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), minha segunda casa, espaço que habitei com muito amor e carinho.

A todos, minha eterna gratidão.

*Todo imaginário é um desafio, uma narrativa
inacabada, um processo, uma teia, um hipertexto,
uma construção coletiva [...] O imaginário é um rio
cujas águas passam muitas vezes no mesmo lugar,
sempre iguais e sempre diferentes.*

Juremir Machado da Silva

RESUMO

O imaginário é um rio que atravessa o tempo, ganha força, predominância, poder e visibilidade quando desagua com abundância em seus afluentes. A partir desta perspectiva, o presente estudo buscou realizar uma observação sobre como acontece a conexão entre o jornalismo e o imaginário. Para tanto, partindo de uma perspectiva simbólica, estudamos o imaginário da seca no campo jornalístico, utilizando como objeto de análise a série de reportagem “*Agreste Seco*”, publicada em 27 de novembro de 2016, no JC Online, *site* de notícias do Jornal do Commercio do estado de Pernambuco. A partir da análise do *corpus*, composto integralmente por 25 narrativas e 13 imagens, a pesquisa identificou de que maneira os elementos verbais e não verbais funcionam como dispositivos a partir do qual o jornal apresenta um imaginário da seca para o leitor. Quanto à abordagem, o percurso metodológico adotado no estudo tem como base a Teoria Geral do Imaginário, onde trabalhamos especialmente com a Hermenêutica Simbólica (HS), método em que Gilbert Durand (2001) estabelece uma estrutura antropológica para identificar a manifestação dos símbolos do imaginário evocados, neste caso, em narrativa e imagem jornalística. A partir da simbologia, isto é, do conjunto simbólico presente na série, identificamos que o JC Online apresenta o “imaginário trágico da seca”, direcionando a visão do leitor para o trágico, a queda, a angústia, o desalento, a tristeza, a situação de trevas, as experiências dolorosas, o caos, entre outras sensações que sinalizam a presença do regime diurno do imaginário.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário. Jornalismo. Narrativa. Seca

ABSTRACT

The imaginary is a river that crosses time, gains strength, dominance, power and visibility when flows into its afluentes in abundance. From this perspective, the present study seeks to make an observation on the connection between journalism and imaginary happenings. To do so, starting from a symbolic perspective, we studied the imagery of drought in the journalistic field, using it as an object of analysis the “*Agrete Seco*” report series, published on November 27, 2016, by JC Online, news website of Jornal do Comercio do Estado de Pernambuco. From the analysis of the corpus, composed entirely of 25 narratives and 13 images, the research identified how verbal and non-verbal elements function as devices from which the newspaper presents as imagery of drought to the reader. As for the approach, the methodological path adopted a study based on the General Theory of the Imaginary, through which it was especially outworked with Symbolic Hermeneutics (HS), a method through which Gilbert Durand (2001) establishes an anthropological structure to identify the manifestation of the imaginary symbols evoked, in this case, narrative and journalistic image. From the symbology, that is, from the symbolic set present in the series, we identified that JC Online presents the “tragic imagery of drought”, directing the reader's vision towards the tragic, the fall, the anguish, the discouragement, the sadness, the situation of darkness, painful experiences, chaos, among other sensations that signal the presence of the imaginary diurnal regime.

KEYWORDS: Imaginary. Journalism. Narrative. Drought

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADAGRO – Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco

BNB – Banco do Nordeste

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco

COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Retirantes.....	21
Imagem 2 – Esquema do regime diurno.....	60
Imagem 3 – Esquema do regime noturno.....	62
Imagem 4 – Menina retirando água do barreiro.....	70
Imagem 5 – Criança matando a sede.....	72
Imagem 6 – Mulheres carregando água.....	74
Imagem 7 – Barragem de Jucazinho.....	76
Imagem 8 – Fechamento de lavanderia.....	79
Imagem 9 – A força do trabalho.....	80
Imagem 10 – Vaca caída no município de Cachoeirinha.....	83
Imagem 11 – Bicho morto e seco na estrada.....	84
Imagem 12 – Plantação de palma no Agreste.....	86
Imagem 13 – A preocupação do criador de aves.....	88
Imagem 14 – Serviço de tubulação.....	91
Imagem 15 – Na esperança por dias melhores.....	93
Imagem 16 – Trabalhadores em ação.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Símbolos da seca.....	64
Quadro 2 – Tabela quantitativa.....	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 UMA VIAGEM NO TEMPO: O MAPA HISTÓRICO E SIMBÓLICO DAS SECAS NO NORDESTE.....	10
2.1 O fenômeno da seca e os aspectos históricos.....	10
2.2 As grandes secas dos últimos três séculos.....	15
2.2.1 A seca de 1877-1879: flagelo, morte e migração.....	15
2.2.2 A seca de 1932: a política das novas obras.....	21
2.2.3 A seca de 1979-1983: as estratégias do governo.....	27
2.2.4 A seca de 2012-2017: novas e velhas impressões.....	32
2.3 Os símbolos da seca no percurso histórico: algumas reflexões.....	36
3 A OBSERVAÇÃO DE UM NOVO HORIZONTE: JORNALISMO E IMAGINÁRIO.....	39
3.1 A conexão entre os dois campos.....	39
3.1.1 O jornalismo como tecnologia do imaginário.....	43
3.2 Um caso: A série Agreste Seco no JC Online.....	47
3.2.1 A reportagem especial no jornalismo.....	46
3.2.2. <i>Agreste Seco</i>	50
3.2.3 O jornalismo <i>online</i> e as suas especificidades.....	55
4 O PONTO DE CHEGADA: A SIMBOLOGIA DA SECA NO JORNAL DO COMMERÇIO ONLINE.....	59
4.1 Metodologia.....	59
4.2 Análise.....	67
4.2.1 Sede e humilhação.....	69
4.2.2 Jeans sem água.....	77
4.2.3 Bicho Seco.....	82
4.2.4 Onde mora a esperança.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da seca consiste na falta ou má distribuição das chuvas no espaço e no tempo, conforme explica Guerra (1981). No Nordeste, por exemplo, temos a região semiárida, área extensa que apresenta baixa regularidade pluviométrica, ou seja, o período chuvoso acontece com intensidade e frequência variada. Sendo assim, podemos dizer que “a seca ocorre quando a chuva atrasa ou aparece de modo irregular” (COELHO, 1985, p. 17) em determinada região.

De acordo com Guerra (1981, p. 21) a seca, já sentida na carne por milhões de nordestinos, aparece descrita, em todos os seus aspectos, com realidade e com lirismo, por escritores, cientistas e poetas. E o jornalismo, neste campo de interpretação narrativa e imagética dos acontecimentos, aparece enquanto instância onde “instala-se de ponta a ponta um imaginário” (SILVA, 2012, p. 105) que fabula a visão dos fatos que circundam o mundo.

O presente estudo buscou realizar uma observação sobre como acontece a relação entre o jornalismo e o imaginário. Para tanto, partindo de uma perspectiva simbólica, estudamos o imaginário da seca no campo jornalístico, utilizando como objeto de análise a série de reportagem *Agreste Seco*, publicada em 27 de novembro de 2016, no JC Online, site de notícias do Jornal do Commercio do estado de Pernambuco. No especial identificamos de que modo a narrativa e as imagens funcionam como elementos a partir do qual o jornal apresenta um imaginário da seca para o leitor. A série, de modo geral, contempla quatro reportagens, intituladas, respectivamente: “Sede e humilhação”, “Jeans sem água”, “Bicho Seco” e “Onde mora a esperança”.

O Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC) é uma rede dirigida pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, sendo composto por um conglomerado de mídia: TV Jornal Recife e Caruaru (afiliadas ao SBT), Rádio Jornal AM/FM Recife, Caruaru, Garanhuns, Limoeiro, Pesqueira e Petrolina, site e portal de notícias JC Online e NE10 e o Jornal do Commercio impresso, considerado um mais antigos em circulação no país.

Para a representação do cenário, a série *Agreste Seco* explora os efeitos da estiagem na vida da população pernambucana. A tradução dos fatos, por sua vez, acontece por meio de uma narrativa imersiva e sensível acrescida da exposição de imagens – já conhecidas no imaginário da sociedade em torno da temática trabalhada na série de reportagem especial.

No estudo, partimos do pressuposto de que a série, alvo do estudo, apresenta a seca por meio de um roteiro definido pelo veículo, dentro de critérios que garantem o pré-

direcionamento e o modo de abordagem do acontecimento. Qual olhar lançar sobre a seca? Quem entrevistar? Quais cidades serão visitadas pela equipe de reportagem? Quais imagens serão privilegiadas? São alguns dos trajetos que norteiam a construção de uma série de reportagem no jornalismo.

A série foi escolhida como objeto de estudo porque apresenta uma profundidade narrativa e imagética que descreve e interpreta a seca de modo sensível, mas ao mesmo tempo estratégico, alinhada, pois, as características da produção de uma série de reportagem. Por isso, na pesquisa apresentamos como eixo central uma reflexão em torno da relação jornalismo e imaginário, observando como se dá a conexão entre os dois campos.

Quanto à abordagem, o percurso metodológico adotado no estudo tem como base a Teoria Geral do Imaginário, onde trabalhamos especialmente com a Hermenêutica Simbólica (HS), método em que Gilbert Durand (2001) estabelece uma estrutura antropológica para identificar a manifestação dos símbolos do imaginário evocados, neste caso, em narrativa e imagem jornalística.

Para a análise, utilizamos mais precisamente as Estruturas Antropológicas do Imaginário, ou seja, o quadro antropológico que guia a teoria, onde os símbolos do imaginário aparecem agrupados, esquematizados e divididos em dois regimes: diurno e noturno e, simultaneamente, vinculados as estruturas heroica, mística e sintética. Na prática, o ponto que nos orienta na análise é o grande dicionário simbólico presente nesta estrutura que indica o símbolo e diz, respectivamente, o que ele significa imageticamente dentro do contexto no qual aparece inserido.

A partir do exposto, entendemos que a pesquisa se mostra significativa para o campo da comunicação porque observa, discute e reflete a relação jornalismo e imaginário, espaço que buscamos explorar com base na leitura de autores que trabalham com a observação dessa dupla dinâmica.

Neste sentido, a linha de pesquisa escolhida: Mídia, Cotidiano e Imaginário, proporcionou leituras fundamentais que permitiram o pensar de um modo teórico e metodológico o estudo, a investigação do material e a consolidação da pesquisa. A dissertação que apresentamos neste espaço representa uma caminhada construída por meio do diálogo, das trocas e discussões realizadas durante as disciplinas, congressos, grupos de pesquisa, orientação acadêmica, ou seja, espaços coletivos que ampliaram o modo de compreensão da temática, das teorias e metodologias aplicadas na pesquisa.

A dissertação, de maneira geral, ficou estruturada em quatro capítulos, sendo este o primeiro, em que apresentamos a introdução e o delineamento do estudo. No segundo, intitulado “Uma viagem no tempo: o mapa histórico e simbólico das secas no Nordeste” descrevemos os aspectos históricos das secas que ocorreram na região dentro do período equivalente aos últimos três séculos, com o propósito de perceber, além das transformações, as imagens simbólicas que representam a seca no imaginário social, nas produções culturais, e guiam, de algum modo, ainda hoje, o olhar jornalístico, campo alvo do estudo.

No terceiro capítulo “A observação de um novo horizonte: jornalismo e imaginário” compreendemos como acontece a confluência entre os dois campos. De modo didático, a partir de um caso específico, identificamos os movimentos do imaginário no ambiente jornalístico, isto é, como o imaginário é supostamente ativado, explorado e colocado em ação neste espaço.

Já no quarto e último capítulo da dissertação intitulado “O ponto de chegada: a simbologia da seca no Jornal do Commercio Online” descrevemos a metodologia utilizada na pesquisa, apresentamos o quadro com os símbolos da seca e a análise que identifica e interpreta o imaginário da seca produzido pelo jornal, momento em que respondemos a seguinte questão: quais os símbolos utilizados pelo JC Online para construir uma simbologia, ou melhor, um imaginário da seca para o público-leitor?

2 UMA VIAGEM NO TEMPO: O MAPA HISTÓRICO E SIMBÓLICO DAS SECAS NO NORDESTE

“A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir da seca e do deserto, ignorando-se todas as áreas úmidas existentes em seu território. A retirada, o êxodo que ela provoca, estabelece uma verdadeira estrutura narrativa.”

Albuquerque Jr. (2011, p. 138).

No segundo capítulo da dissertação iniciamos uma viagem em torno das transformações históricas das secas que ocorreram na região Nordeste dentro dos séculos XIX, XX e XXI, e identificamos os símbolos da seca, isto é, a partir do período lembrado observamos as principais imagens que conceberam a representação da seca no imaginário da sociedade.

Para tanto, o caminho percorrido aborda especialmente as secas que ocorreram em 1877-1879, 1932, 1979-1983, 2012-2017 pela dimensão e transformação ocorrida em cada período.

Esclarecemos que a delimitação do tempo histórico das secas apresentada na pesquisa configura um período marcado por transformações e pela presença de imagens que até hoje representam o tema nas produções de cunho literário, cultural, artístico e, em especial, jornalístico.

2.1 O fenômeno da seca e os aspectos históricos

Para a compreensão inicial sobre a evolução da seca desde o período colonial, pontuaremos de modo introdutório as principais transformações do fenômeno ao longo do tempo levando em consideração variados relatos que indicam o cenário que constituiu cada período.

A seca é um fenômeno climático com ocorrência registrada no espaço nordestino desde a época do descobrimento do Brasil, momento em que os colonizadores portugueses conseguiram identificar com mais clareza o baixo percentual de chuva presente neste espaço.

Durante o período colonial, a cultura de exploração do pau-brasil seguida da construção de engenhos de açúcar constituíram o processo de desenvolvimento e produção econômica da região, sendo, pois, atividades que necessitavam do regime favorável de chuva.

Para o funcionamento do trabalho, os portugueses escravizaram os índios que já habitavam a região e buscaram mão de obra escrava africana para atender as necessidades das usinas que cresciam diariamente e eram reconhecidas como o negócio mais rentável e lucrativo da época. Em conjunto com os escravos, os colonizadores posteriormente trouxeram da costa africana bovinos, equinos e caprinos para possibilitar a conquista de novas terras, pois, segundo eles, os animais suportavam as mais difíceis condições, além de facilitarem o trabalho nas demais atividades.

Os engenhos de açúcar ocupavam inicialmente a região litorânea do Nordeste brasileiro, localizada geograficamente na zona da mata. Entretanto, a medida em que os colonizadores tentavam avançar em direção ao interior com a finalidade de povoar o sertão nordestino, percebiam que as chuvas naquela região apareciam de maneira reduzida e irregular.

A primeira ocorrência de seca forte no espaço nordestino teria acontecido no ano de 1559, século XVI, mais especificamente no sertão baiano. Naquele período os índios foram os principais impactados e centenas – magros, famintos e cambaleantes – fugiram da seca que dizimava os sertões buscando refúgio em áreas do litoral. Segundo descreve Santos (1984, p. 17) “não sobrou água, os rios secaram [...] uma maldição dos céus! [...] as terras racharam ante o calor excessivo, as árvores feneceram, os animais fugiram ou morreram”.

Por isso, no período colonial, a seca era desconhecida tanto para os índios quanto para os portugueses – acostumados com outro tipo de clima. Os colonizadores não tiveram a preocupação de conhecê-la ou dominá-la. Quando chegava o período de estiagem algumas famílias ricas logo que identificavam o flagelo migravam para regiões onde o clima fosse parecido com a sua terra natal.

Na agricultura, de modo estratégico, já se praticava a irrigação para melhorar a produtividade da cana-de-açúcar. Em contrapartida, não havia nenhuma preocupação no que diz respeito ao armazenamento de alimentos para o enfrentamento da seca. Já o século XVII, um pouco mais a frente, tinha como principal riqueza a pecuária e o cultivo do algodão. Além disso, a notícia de ouro no sudeste do país já circulava pela região. A seca bem como as suas consequências era cada vez mais evidente. No ano de 1962, por exemplo, “registrou-se uma grande seca que provocou calamidade e fome” (MENEZES e MORAIS, 2009, p. 30) de animais, índios e brancos.

Sem compreensão apurada, a população entendia a seca como um acontecimento imprevisível, “uma espécie de punição por parte de Deus”, relembra Santos (1984). Portanto,

os colonizadores não tinham a preocupação de estudar as secas e, somado a esse ponto, havia a inexistência de uma política empenhada na adequação da vida humana e da produção agrícola a realidade do território.

No século XVIII, o número de mortos em decorrência do flagelo provocado pela seca aumentou em relação aos períodos anteriores, tanto de animais quanto de gente, relembra o autor. A seca de 1777-1779 causou a perda de quase 90% do rebanho de gado no Rio Grande do Norte. Porém, no mesmo período, a população logo que identificou as peculiaridades do fenômeno e da região, colocou em prática técnicas de sobrevivência: o leite de cabra passou a ser visto como alimento quase milagroso no período de seca; o sertanejo passou a fabricar o próprio sal, a perceber o modo de conservação da carne de sol; a saber quais as plantas e folhas que poderiam oferecer para o gado; na agricultura as famílias camponesas perceberam que os produtos europeus não suportavam por muito tempo a condição climática da região, entre outras descobertas.

Ao mesmo tempo, surgiram alguns progressos como a construção de barragens subterrâneas, a perfuração de poços no leito dos rios; a construção de espaços para armazenamento da água durante o período de chuva, como estratégia inicial de convivência com a seca que, cada vez mais, tornavam-se perceptível. Além disso, houve o surgimento do primeiro movimento responsável pela produção e fornecimento de alimentos para os flagelados.

O registro da seca tornou-se recorrente na região e a cada século aumentava o número de morte humana e animal, vítimas do flagelo provocado pela estiagem, quando a fome e a peste assolavam a localidade. A fuga, o sofrimento, a calamidade e o desespero começaram a fazer parte do cenário em meio ao aumento da concentração populacional. Já em meados do século XIX, a região vivenciou um longo período de estiagem como, por exemplo, a que ocorreu entre 1877-1879. “A seca grande como ficou conhecida matou mais de 500 mil pessoas de fome, sede, peste e envenenamento, destruiu a produção agrícola e dizimou quase toda a pecuária nordestina”, Menezes e Moraes (2009, p. 31). O cenário aparece evidenciado no trecho a seguir:

Em várias regiões iniciaram-se a retirada de camponeses [...] os proprietários de terras e os indivíduos de maiores recursos passaram a transferir seus rebanhos para áreas mais apropriadas [...] surgiram as primeiras notícias de furtos nas propriedades interioranas. (FERREIRA NETO, 2006, p. 39).

O mesmo período apresentou a introdução positiva das “tecnologias das secas”, ou seja, a construção inicial de poços artesianos, estradas de ferro, a inauguração do Açude

Velho em Campina Grande, na Paraíba, e a construção do Açude de Cedro, na cidade cearense de Quixadá. Além disso, pela primeira vez cogitou-se a possibilidade de transferência das águas do São Francisco para o leito de diversos rios em Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, (SANTOS, 1984, p. 111), e mais, a possibilidade de construção de um canal levando água do Velho Chico para outras localidades.

Também no século XIX apareceu pela primeira vez as práticas voltadas a “indústria da seca”, indicando o desvio de recursos e/ou renegociação dos alimentos que eram enviados as famílias atingidas pelo flagelo. Assim, “os períodos de seca se transformaram em oportunidades de maior enriquecimento e domínio – político – sobre a população”, esclarece Poletto (2001, p. 14).

O século em questão marcou o período de utilização da sabedoria popular como forma de identificação do fenômeno, como ainda acontece atualmente. Por exemplo, segundo o conhecimento popular, o tempo chuvoso no dia de São José, comemorado em 19 de março, anuncia um bom inverno, ou seja, garantia de produtividade, colheita, fartura. Mas o dia do santo sem a presença da chuva significa que o ano será da mesma forma. Além disso, nesse período, elementos como lunários, tabelas místicas, sinais colhidos na vida vegetal e animal serviam como estratégias utilizadas pelo sertanejo para identificação dos sinais do tempo.

Durante o século XX adotaram-se diversos tipos de estratégias de enfrentamento ao flagelo causado pela seca. O cenário, entretanto, não era diferente dos séculos anteriores. Segundo Rios (2014, p. 18) na seca de 1932 “uma grande leva de retirantes enchia de tristeza e fome as estradas do sertão cearense. Homens e mulheres que, a caminho da cidade, arrastavam seus filhos e alguns pertences”. Para evitar os assaltos, o governo federal estabeleceu na época a construção dos primeiros campos de concentração ou “currais do governo”, na capital e no sertão do estado. O lugar funcionava como espaço de alojamento e/ou aprisionamento em que centenas de sertanejos famintos ficavam confinados em condição, às vezes, precária recebendo ração humana e alguns cuidados mínimos.

Numa outra perspectiva, Santos (1984) descreve que a miséria da seca naquela época era manipulada com fins eleitoreiros, em praticamente todos os estados do Nordeste. O termo “curral eleitoral”, com o tempo, ganhou força, apontando a troca do voto por algum tipo de favorecimento.

O Nordeste passaria a receber apenas os frutos de uma política assistencialista e quase filantrópica [...] Por outro lado, o povo também ia se acostumando ou se viciando ao paternalismo eleitoreiro, ao ócio perverso, entendendo que a verba não significava, nunca, investimento [visto que as obras paliativas serviam apenas para disfarçar a fome e as demais consequências provocadas pela seca naquela região]. (SANTOS, 1984, p. 215).

No mesmo século houve o aumento do fluxo migratório de nordestinos para a região sudeste do país, cenário provocado por diversos fatores, como: desemprego, estiagem, sedução de agenciadores, baixo salário, alto preço da renda das terras, período curto de trabalho nas safras, entre outros motivos acarretaram a alta da migração. Mas, no ano de 1990, identificou-se o registro das migrações de retorno, especialmente de nordestinos, por causa do desenvolvimento e crescimento econômico que estava acontecendo em algumas localidades.

O século XX marcou a criação da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF); da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) transformada posteriormente na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) e atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); do Banco do Nordeste (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), somando as iniciativas de combate à seca e desenvolvimento da região.

No mesmo período ocorreu a delimitação do “Polígono das Secas”, ou seja, a demarcação das áreas em que os efeitos da estiagem eram mais drásticos. Inicialmente, faziam parte do eixo delimitado pelo governo os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais. O século XX englobou ainda estudos pioneiros de previsão das secas; a destinação de verba federal direcionada para a questão da seca na região; a continuidade do projeto de transferência das águas do Rio São Francisco e outras obras hídricas; além do surgimento de diversos órgãos de pesquisa agropecuária, entre outros pontos que modificaram o cenário das secas no Nordeste brasileiro.

A chegada do século XXI trouxe a soma de diversas ações de cunho governamental: a) a criação bem como a continuidade das políticas de transferência de renda; b) a entrega e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água, como a cisterna, por exemplo, que trouxe autonomia a muitas famílias; c) as obras de caráter hídrico, como é o caso da Transposição do Rio São Francisco; d) os projetos direcionadas ao fundo rural e os programas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar; entre outras ações que objetivaram a diminuição da desigualdade social, a erradicação da pobreza e da fome no

território nacional ao mesmo passo em que influenciaram diretamente no processo de desenvolvimento da região e na emancipação do povo nordestino.

2.2 As grandes secas dos últimos três séculos

Para compreender e observar com mais detalhes a simbologia da seca que estamos trabalhando na dissertação, relembremos a partir de agora alguns períodos que marcaram a história das secas nordestinas, local, inclusive, em que se aninham os enunciados simbólicos que dirigem o olhar de quem descreve o fenômeno, hoje, na sociedade, no campo jornalístico, espaço que mantém vivo em narrativa e imagem um imaginário cristalizado sobre o tema.

2.2.1 A seca de 1877-1879: flagelo, morte e migração

A seca de 1877 a 1879 ou a “tragédia dos mil dias”, por causa da duração, ficou conhecida na história como uma época devastadora por causa do cenário de morte e migração registrado em diversas partes do Nordeste: Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí foram algumas das localidades que sofreram durante o período, mas principalmente a província¹ do Ceará, lugar em que os relatos² da época aparecem documentados com mais força devido as características e os acontecimentos, como mostraremos ao longo deste tópico.

Por volta do ano de 1877, entre os meses de janeiro e fevereiro, a chuva não apontava de modo efetivo na região aumentando o burburinho da aproximação de um longo período de estiagem. Não demorou muito e as correspondências da época anunciavam a ocorrência daquela que seria considerada uma das grandes secas da história: “*Estamos com uma terrível seca em perspectiva e só Deus sabe quanto nos será doloroso este flagelo*”, dizia o telegrama enviado a autoridade provincial cearense, que informava sobre a migração em massa e o estado de extrema necessidade em que viviam os habitantes diante da estiagem.

As correspondências na verdade funcionavam como um pedido de socorro. A ausência de recursos, a falta de alimentos de primeira necessidade como arroz e feijão, o alto valor praticado em cima dos gêneros alimentícios que restavam acarretou no estado de fome e miséria que passou a fazer parte do cotidiano da população. A agricultura, principal meio de

¹ Província: termo utilizado durante o século XVIII para designar o que hoje chamamos de estado.

² Os relatos que aparecem em itálico e entre aspas foram retirados do livro: A tragédia dos mil dias: a seca de 1877-79 no Ceará, do autor Cícinato Ferreira Neto, 2006.

subsistência, ficou afetada pela escassez de chuva. Em alguns casos, os donos de terras deixavam seus bens, vendiam ou trocavam seus escravos e seguiam em direção a outras localidades.

Na tentativa de fugir do flagelo, muitas famílias camponesas começaram a migrar, engrossando o número de pessoas que continuamente enchiam as estradas do sertão em busca de ajuda e salvação, procurando especialmente as zonas litorâneas como lugar de refúgio. A ação dos flagelados diante da situação pela qual passava a província cearense multiplicou cenas que ficaram guardadas na história das secas do Nordeste brasileiro.

A retirada de multidões para fugir da fome e da morte foi marcada pela multiplicação de cenas inacreditáveis: famílias inteiras foram divididas: pais abandonando filhos, esposos deixando esposa e filhos famintos, parentes negando ajuda uns aos outros, propriedades invadidas, rebanhos devorados. [Durante a migração] muitos renitentes não escaparam da morte por inanição. Outros, já enfraquecidos, sucumbiram durante a jornada sombria em busca de outros lugares. (FERREIRA NETO, 2006, p. 70).

Diante da situação, o governo provincial criou comissões de socorro aos flagelados a qual destinava recursos, entretanto, como a ajuda era considerada insuficiente, as migrações continuaram de modo desenfreado para a região de Fortaleza, províncias próximas e posteriormente para a região amazônica, onde teve início o ciclo da borracha.

No trajeto em direção a capital cearense, por exemplo, há registros de que os migrantes invadiam cidades e vilas, entretanto, essas localidades não tinham condições de oferecer assistência aos flagelados por muito tempo, pois, “quando a estiagem se prolongou e a falta de mantimentos se tornou constante, os locais que inicialmente apareceram como lugar de refúgio temporário, também passaram a assistir a fuga de seus próprios habitantes, aterrorizados diante da fome e das doenças”, descreve Ferreira Neto (2006, p. 70).

Em dezembro de 1877, a capital cearense já apresentava uma população de 85 mil pessoas, entre pobres e pessoas que antes ocupavam cargos municipais e postos elevados, tornando-se o que Ferreira Neto (2006) chamou de “metrópole da fome”. Quando chegavam na cidade, alguns retirantes conseguiam oportunidade de trabalho em obras do perímetro urbano. Aqueles que não conseguiam trabalho, habitavam as ruas da cidade, becos e vielas, moravam em barracos improvisados nas calçadas da cidade, mendigando qualquer tipo de ajuda.

Com o tempo, o quantitativo de retirantes na capital e localidades da redondeza aumentou desenfreadamente e, com isso, começaram a sair dos portos cearenses embarcações

com grande número de flagelados em direção as províncias de Pernambuco, rica região açucareira; e para a Amazônia, onde teve início o ciclo da borracha; além de algumas localidades do sul, especialmente para o trabalho nas lavouras de café. Faminto, esqualido, sem esperança alguma o indigente era praticamente forçado a migrar, ludibriado pelos agenciadores e pelas autoridades, relembra Ferreira Neto (2006).

A viagem nas embarcações tinha como consequência as péssimas condições do transporte, a violência, a fome e a sede; além do desencadeamento de doenças durante o trajeto que em alguns casos resultou na morte de muitas pessoas; além do risco constante de naufrágio.

Segundo Ferreira Neto (2006) na visão das autoridades provinciais e imperiais, a migração forçada aparecia como principal solução para o estado caótico em que se apresentava aquelas localidades, virando inclusive um aspecto sistemático e intensivo durante todo o período da “seca dos três sete”, tornando o fluxo migratório um dos marcos desse período.

Mesmo com as migrações ocorrendo constantemente, as localidades cearenses e, principalmente os sertões, continuavam habitados pela população. A fome, a miséria e o abandono continuavam fazendo parte do cotidiano das famílias, que dependiam da ajuda das comissões de socorro.

As comissões funcionavam como ponte entre a autoridade provincial e imperial e os flagelados, portanto, tinham diversas missões, entre elas a de entregar donativos e auxílio a população, recrutar mão-de-obra para as chamadas “frentes de trabalho”, ou seja, atividades de construção e restauração de açudes e estradas, igrejas, cemitérios, cadeias – em alguns casos em meio a uma rotina degradante e humilhante – onde, em troca os trabalhadores, recebiam dinheiro; mercadorias; ração humana composta de farinha, carne e legume; e afins para sobreviver.

Porém, o desvio de dinheiro e de recursos, a manipulação na distribuição dos gêneros alimentícios, o acúmulo de riquezas de alguns indivíduos bem como outros tipos de favorecimento marcaram a atuação das comissões durante a seca de 1877-1889, no Ceará. Além disso, há registros de que a igreja e os representantes intelectuais da época também passaram a participar de grupos e associações de amparo aos flagelados. Enquanto isso, o cenário da seca, continuava devastador.

As cartas enviadas do Cariri, dos Inhamuns e do Sertão Central não deixavam dúvidas: o período de julho a dezembro de 1877 seria horrendo para os sertanejos. O retrato do interior nesse período, era de desolação total: comércio morto, não funcionamento dos serviços públicos, destruição da força pública e, até mesmo, abandono da paróquia pelos seus vigários. Em toda a parte reinava a imagem de humanos esqueléticos, figuras tétricas e dantescas. O sertão do Ceará passou a viver de esmolas, não só de alimentos ou de remédios. As autoridades municipais pediam roupas para os pobres [...] davam conta que os indigentes viviam “completamente nus” e isso era generalizado em todo o sertão. (FERREIRA NETO, 2006, p. 97)

Não demorou muito e o cenário gerado durante o período de seca em algumas regiões da província cearense – tendo em vista a sua variação, ou seja, nem todas as áreas foram acometidas – logo repercutiu na imprensa local, mostrando a dimensão do acontecimento:

[...] “Pelas estradas públicas arrasta-se uma multidão de maltrapilhos, famílias inteiras, moços e velhos lívidas pelo cansaço e fome [...] Parte-se-nos o coração de cearenses ao narrar o estado de miséria pública, e de ver que o governo mal sabe proceder em tão apertadas conjuncturas. (JORNAL CEARENSE, abril, 1877).

A proliferação de discursos grandiosos e, ao mesmo tempo, vazios, (FERREIRA NETO, 2006), em relação a seca, mostrava a falta de atenção, o desconhecimento além do favorecimento como práticas corriqueiras da época. Os grupos políticos, por exemplo, utilizavam a seca como manobra e estratégia de exclusão de adversários, explica o autor, reiterando que “a seca passou a ser mais um tema na luta partidária, usada como plataforma política na luta pelo poder”. Além disso, o discurso político acarretava ainda numa total desinformação sobre o real cenário da seca, ou seja, minimizando a gravidade do acontecimento.

Em um dado momento, a imprensa do país, desconhecendo os verdadeiros problemas que assolavam a província, começou a publicar matérias questionando a presença de habitantes nesta região: “Seria sensato continuarem a ser habitadas regiões sujeitas a tais calamidades, quando no país existem terras fertilíssimas e de excelente clima [...] veiculava na época o periódico fluminense “*O cruzeiro*”, diante do cenário que acometia o território cearense.

A esperança era uma constante na vida da população sertaneja, tendo em vista a possibilidade de inverno no início dos anos de 1878 e 1879 e o retorno para o sertão, mas as chuvas que caíram durante a época não foram suficientes para modificar a situação daquela região. Dessa maneira, o cotidiano da seca prosseguiu o mesmo durante os anos seguintes. E a

migração, encarada como solução pelas autoridades provinciais, passou a ser ainda mais estimulada pelo governo por meio do financiamento de passagem para outras localidades.

Além do fluxo migratório, “a seca dos três sete”³ apresentou outro marco negativo: a morte de inúmeras pessoas provocada pela fome, pelo envenenamento e por causa da proliferação de doenças, como a epidemia de varíola que assolou a capital Fortaleza e provocou um quadro assustador, se espalhando também pelas cidades do interior. A fome, como descrita no trecho abaixo, mexeu com o instinto do homem sertanejo e provocou um retrato cruel.

Extenuados, sem recurso algum, os retirantes passaram a ser torturados pela agonia da fome e da inanição [...] Na sua ânsia pela sobrevivência, dominada apenas pelos impulsos biológicos, a criatura humana, transformada num espectro, esquecia os familiares, deixava os filhos a mercê dos morcegos e precipitava-se, como uma louca, sobre qualquer tipo de alimento, mesmo os mais impuros e inadequados. (FERREIRA NETO, 2006, p. 170).

Sem mecanismos, a população buscava alternativas de comida na própria Caatinga. Assim, algumas plantas silvestres – macambira, xiquexique, gravatá, carnaúba – foram utilizadas como alimento de muitas famílias, em especial, a macunã, muito usada em substituição a farinha de mandioca. Algumas plantas e raízes, entretanto, causaram reações como inchaço no corpo seguido do envenenamento, contribuindo para a alta taxa do número de óbitos.

No ápice da seca, em meio a agonia que gerava a alteração do estado racional de homens, mulheres e crianças, a carne de animais em estado de putrefação também passou a ser utilizada como alimento. O quadro gerou em pouco tempo a morte de muitas pessoas.

Com a intensificação da seca, diversas ações foram registradas no território cearense: roubos, saques e invasões a armazéns e propriedades aconteciam de modo corriqueiro. Em alguns casos, as práticas ocorriam em meio ao desespero causado pela fome. A junção do alto número de pessoas no mesmo ambiente resultou ainda na disseminação de doenças que agravou o quadro de mortalidade, como mostra o trecho:

Aglomeravam-se os flagelados nas praças, dando origem a diversas epidemias: anazarca, beribéri, bexigas, etc., tudo em meio a uma grande miséria e fome. As janelas das casas ficavam permanentemente fechadas, com receio dos assaltos. Os homens andavam armados para defender, ao menos, a vida da família, que – nesse momento – tão pouco valor tinha. (SANTOS, 1984, p. 130).

³ Como também ficou conhecida na história a seca de 1877-1879.

Entre as doenças que causaram a morte dos sertanejos está a varíola, epidemia que se alastrou principalmente pela capital Fortaleza deixando um saldo de mais de 15 mil vítimas. Febre, inchação, diarreia, infecção, envenenamento, desnutrição foram alguns dos problemas que confirmavam o agravamento dos problemas “causados pela seca”, “tornando caótica a situação da saúde pública” (FERREIRA NETO, 2006, p. 218) na época. As comissões médicas criadas neste período não deram conta do número de enfermos. A falta de hospitais, remédios e atendimento médico de qualidade provocou um número extraordinário de mortandade humana.

Como pontuamos antes, havia uma certa variação na ocorrência e na densidade apresentada pela seca. Em certas localidades os efeitos da seca não ressoavam. Na cidade de Fortaleza, o ritmo era de normalidade dentro do caos: os catálogos trazendo as últimas modas de Paris, exposições, óperas, espetáculos de teatro, bailes e festas grandiosas como o carnaval não deixaram de acontecer e sempre apareciam nas manchetes dos periódicos da época: “*Teatro S. José – Um espetáculo em grande gala para solemnizar o aniversário do juramento da constituição política do Império*”, anunciava o jornal cearense “*O Retirante*”. Enquanto nas cidades interioranas, o cotidiano da seca continuava imprimindo cenas de sofrimento.

Depois de três anos de muitas provações, a estação chuvosa chegou em março de 1880, marcando o período de transformação. A migração de retorno das famílias para os sertões tornou-se recorrente, já o trabalho das comissões de socorro passou a englobar a entrega de alimentação e sementes para a população sertaneja recomençar o trabalho no campo. De modo emergencial, neste período, continuaram funcionando apenas os serviços de internamento por causa do número de enfermos que ainda habitavam as localidades.

“Uma seca de três anos, com tantos sinais negativos, com tanta miséria e dor, com tantas fugas, desencontros, cenas macabras, sangue, esqueletos, desolação” (FERREIRA NETO, 2006, p. 220) marcou para sempre a vida dos moradores, ficando registrada na história das secas que o Nordeste já vivenciou.

Observamos que desde muito cedo o imaginário da seca aparece representado constantemente nos mais diversos espaços e produções. A migração, o êxodo, a saga dos retirantes nordestinos diante da seca aparece refletida até mesmo na canção Asa Branca⁴ (1947), de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, como mostra o trecho: “Até mesmo a asa branca/ bateu asas do sertão/ entonce eu disse, adeus Rosinha guarda contigo meu coração hoje longe muitas léguas/ numa triste solidão/ espero a chuva cair de novo pra mim voltar pro

⁴ ASA BRANCA. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47081/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

meu sertão”, expressando a necessidade da partida do sertanejo e a vontade do retorno a terra. Nas artes plásticas, a realidade do sertanejo também aparece evidenciada, como é o caso da obra abaixo.

Figura 1: Retirantes



Fonte: blog Anthrophos

“Retirantes⁵” (1944) é o nome dado a obra do artista plástico brasileiro Fernando Portinari, uma pintura de óleo sobre tela que retrata em detalhes a tristeza de uma família que abandona a região de origem em busca de melhores condições de vida em outro lugar, ação que se tornou muito simbólica na vida do povo sertanejo, especialmente no período das secas.

2.2.2 A seca de 1932: a política das novas obras

Em meados de 1932, quando mais um período de seca apontou no Nordeste, o país vivia sob o regime republicano e não mais no período imperial. As transformações no campo político ressoaram na passagem de vários presidentes que por vezes esboçaram planos e estratégias de combate à seca especialmente de modo emergencial durante o período de estiagem na região.

No período republicano, para cada seca surgiram, sempre, em seu final, uma série de medidas que passariam a ser consideradas “redentoras”, embora pouco tempo depois viessem a ser desativadas, quer por motivos políticos, por carência dos recursos, do desvio de tais recursos para outras regiões, ou simplesmente por julgar que era desnecessário aplicar vultosas obras no Nordeste. (SANTOS, 1984, p. 178).

⁵ RETIRANTES. Disponível em: <<https://www.culturagenial.com/quadro-retirantes-de-candido-portinari/>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

Algumas ações desenvolvidas a partir do período republicano deram certo, outras não firmaram continuidade e se mostraram espantosas como veremos mais à frente, entretanto, tiveram aquelas que conseguiram efetivação e ainda hoje permanecem a serviço da sociedade como é o caso da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), chamada posteriormente de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Inicialmente “o órgão foi criado com a missão de construir açudes e barragens para acumular água nos anos de pluviosidade normal ou mais acentuada, para ser consumida pelas populações e pelos rebanhos nos anos secos”, conta Souza Aguiar (2009, p. 25). A açudagem era uma atividade que acontecia desde o período imperial e recebeu continuidade nos anos seguintes. Nessa época, por exemplo, o açude de Cedro, no Ceará, e o açude Velho, em Campina Grande, na Paraíba, já haviam sido construídos pelas autoridades como iniciativas úteis ao Nordeste.

Além destas obras, o departamento executava o trabalho de perfuração de poços, a construção de estradas, pontes, ferrovias, hospitais, e realizava em diversas localidades a observação plúvio-fluviométrico e os estudos cartográficos, ou seja, serviços de prevenção aos efeitos da seca, pois os estudos possibilitavam a viabilidade no socorro às populações flageladas.

No que diz respeito às obras contra as secas, as leituras apontam que nesse período ocorreram estudos e a execução de serviços com o objetivo de amenizar os efeitos da seca, ou seja, trabalhos como a açudagem, os canais de irrigação, a construção de rede ferroviária, o sistema rodoviário entre outras ações.

No contexto das frentes de trabalho, os serviços de açudagem em espaço público e privado, em especial, continuaram, além das obras complementares que tinham como mão de obra os atingidos pela seca. Entretanto, como relembra Santos (1984, p. 171), vale ressaltar que as ações construídas até então buscavam na prática o combate e não a convivência com a seca.

Para muitos, nessa época, a água tornou-se a única solução milagrosa para mudar a realidade. Não demorou muito e o assunto sobre a transferência das águas do Rio São Francisco apareceu mais uma vez em discussão, mas nenhuma ação até então tinha sido colocada em prática.

No caso da construção dos açudes, por exemplo, elemento sempre pautado como uma obra milagrosa, Orris Barbosa (1998, p. 52) destaca que somente a açudagem não resolveria o

problema das terras secas, e complementa dizendo que “a seca não é uma questão unicamente climática [...] a seca nordestina – como já podemos identificar até aqui – representa uma questão social no mais largo sentido da expressão”. Assim, entendemos com mais clareza o vínculo que a seca assume com as diversas esferas e principalmente o olhar que devemos lançar sobre ela.

Nesse período, enquanto uns trabalhavam em prol das famílias sertanejas, outros encontravam formas de se alimentar das verbas e outros elementos direcionadas ao socorro das vítimas, arrecadando frutos por meio do sofrimento alheio. Segundo Santos (1984) houve em quase todas as ocasiões de crise a chamada “indústria da seca”, ou seja, indivíduos, em especial, políticos e pessoas do meio que viam o tempo de estiagem como ocasião favorável para a garantia de benefícios e vantagens. Com isso, o período de seca se transformou em oportunidade de maior enriquecimento dos grupos dominantes, gerando um tipo de domínio sobre a população.

A indústria da seca constitui um arranjo de certos segmentos das classes dominantes que se beneficiam indevidamente de subsídios e vantagens oferecidos pelo governo. Como exemplo, podemos citar a construção de açudes, pelas frentes de emergência, em terras de algum fazendeiro ou mandatário local, fortalecendo ainda mais o seu poder político. (MENEZES E MORAIS, 2009, p. 60).

Na medida em que a indústria da seca ganhava espaço na sociedade, nascia junto consigo uma prática que ainda pode ser vista nos dias atuais: o *curral eleitoral*, termo que nomeia o envio de ajuda em troca do voto popular no tempo de eleição. “Roubaram, criminosamente, a independência do nosso pobre sertanejo flagelado”, destaca Souza Aguiar (2009, p. 34), criticando a ousadia de muitos políticos e da elite que fizeram e ainda fazem do povo um grupo eternamente dependente.

A seca de 1932 ficou conhecida como uma das piores que ocorreram durante o século XIX, por causa da sua extensão. Segundo Santos (1984) cerca de três milhões de pessoas estavam envolvidas pela grande seca que fazia vítimas desde ano de 1926, quando a falta e/ou irregularidade de chuva marcava mais um longo período de estiagem. As obras públicas não foram suficientes para acabar, mais uma vez, com a fome, a miséria e o fluxo migratório da população. Estratégias como a continuidade das frentes de trabalho e dos campos de concentração merecem destaque, visto que – pelas características e pela repercussão – somaram as ações do governo frente ao cenário de mais uma seca que atingia a região nordestina do país.

No livro “Seca de 32”, o jornalista paraibano Orris Barbosa comenta suas impressões sobre o período. Segundo o autor, o cenário se mostrava forte principalmente na área dos sertões, atingindo as famílias camponesas. Logo, a seca de 1932 tomou grandes proporções. Do Piauí ao estado da Bahia a estiagem provocou cenas que já haviam sido vistas em secas anteriores. “Grandes levas de famintos invadindo várias cidades sertanejas assaltavam casas de comércio ou investiam inopinadamente contra os feirantes, estabelecendo uma atmosfera de pânico em todo o Nordeste”, comenta Barbosa (1985, p. 75).

Os retirantes que ocupavam as capitais eram colocados em ambientes afastados das demais pessoas que viviam no centro urbano. As organizações e comissões de caridade constituídas pela alta classe percorriam as ruas distribuindo donativos para as vítimas da seca que atingia os sertões.

A imprensa, por sua vez, “enchia as primeiras páginas com reportagens escandalosas sobre o espetáculo terrível da seca, contando cenas arrepiantes, da miséria que se alastrava, alcançando as camadas menos resistentes a uma tão demorada crise econômica”, comenta Barbosa (1985).

No auge da seca de 32, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) atuou em diversas localidades – mobilizando engenheiros e desenhistas – com a missão de desenvolver estudos topográficos que culminassem em serviços e obras direcionadas ao combate da seca. Os pontos em que as obras se iniciavam eram tomados pela população em busca de trabalho. Sem oportunidade, o sofrimento do sertanejo logo se estendia pela região a fora.

Em várias localidades nordestinas como Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Maranhão, “não era raro o desfile de andrajosos que, formando um exército silencioso de caquéticos, com a moral abatida pelos estômagos vazios, iam dispostos à prática de todos os atos de desatino, sem terras, sem água, sem pão”, descreve Barbosa (1985, p. 55).

O fluxo migratório, por sua vez, ocorreu para regiões como o Norte e o Sudeste do país, momento em que milhares de nordestinos seguiram em busca de oportunidade de trabalho. Segundo Santos (1984), a mão-de-obra especializada foi tangida para São Paulo e Rio de Janeiro, engrossando o contingente que habitava as inúmeras comunidades espalhadas pela cidade. Muitos utilizaram o “pau de arara” como meio de locomoção para seguir viagem.

Em meados 1932, o cenário de calamidade apareceu de maneira espantosa no Ceará. O cenário da “seca dos três sete” abriu espaço para que o governo buscasse alternativas para

evitar, por exemplo, o alto número de migrações que abarrotavam as cidades promovendo uma série de saques, arrastões e mortes. Assim, na seca que ocorreu em 1915, houve a criação dos chamados “campos de concentração” ou “currais do governo” que serviam como alojamento de retirantes e uma forma de evitar o êxodo.

Segundo Barbosa (1985), esses espaços prestaram socorro imediato a mais de 800 mil nordestinos, fornecendo ração humana para matar a fome, oportunidade de trabalho nas frentes de obras e alguns cuidados, mas, mesmo assim, um alto número de mortes foi registrado na época – entre as vítimas, homens, mulheres e crianças, por fome ou doença. Assim, várias discussões giraram em torno da criação e continuidade dos “campos de concentração” no Ceará, instalados especificamente durante as secas de 1915 e 1932, na capital e no interior do estado.

Esses espaços criados pelo governo nasceram com o objetivo de fornecer assistência às famílias e evitar o fluxo migratório, mas na prática os lugares não tinham infraestrutura para receber as centenas de pessoas que chegavam diariamente em busca de comida, trabalho e cuidado médico. As condições precárias e a fome ocasionou o surgimento de epidemias, provocando a morte de muitas pessoas. Em alguns casos, devido ao alto número de óbitos, o sepultamento acontecia de modo coletivo e muitos corpos eram enterrados em valas, conta Menezes e Morais (2009).

De acordo com Rios (2014), os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no Município do Crato, Ceará. No decorrer do tempo, os campos de concentração passaram a expressar um lugar de aprisionamento dos nordestinos atingidos pela seca.

Os campos de concentração funcionavam como uma prisão. Os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho, como a construção de estradas e açudes ou obras de “melhoramento urbano” de Fortaleza, ou quando eram transferidos para outro campo. Durante esses deslocamentos, sempre havia uma atenta vigilância para evitar as fugas ou rebeliões. Os flagelados só se deslocavam dentro de caminhões e, a todo momento, ficavam sob o atento olhar de vigilantes. (RIOS, 2014, p. 93).

A extinção dos “campos de concentração” ou “currais do governo” ocorreu no ano de 1933, quando a chuva chegou na região, provocando a evacuação de retirantes da capital e colocando fim a uma estratégia que multiplicou cenas de calamidade em terras cearenses. A

imprensa, segundo Rios (2014), teve um papel importante na decisão porque colocou em prática uma campanha para o fim dos espaços na região.

No mesmo ano esboçava-se uma estratégia de adequação de plantas e animais a condição climática da região, por isso, o período marcou a introdução da palma. De acordo com Santos (1984, p. 229), nesse período, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) teria plantado cerca de 111 campos de palma em várias localidades.

A palma santa apresenta composição tida como milagrosa: 92% de água, 8% de mucilagem e apenas 1% de proteína. O resto é sol, é milagre! Apesar dessa aparente pobreza bioquímica, ela consegue sedentar, nutrir e dar energia para o gado – um milagre digno de uma santa. (SANTOS, 1984, p. 192).

As plantas, os animais, o cotidiano das famílias bem como outros elementos fizeram parte dos cenários de representação da seca projetados e difundidos em pequena e alta escala em espaços como a literatura. Em 1929, por exemplo, nasceu o livro “A bagaceira⁶”, clássico em que o autor José Américo de Almeida utilizou o período da seca para contar a história de um sujeito que precisou migrar junto com a família do sertão cearense para a região dos engenhos, como marca o trecho a seguir: “Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais [...] mais mortos do que vivos, vivíssimos só no olhar. Pupilas do sol da seca. Uns olhos espasmódicos de pânico, assombrados de si próprios [...]”.

Outro clássico da literatura brasileira é “Morte e vida Severina⁷” de João Cabral de Melo Neto, publicado entre 1944 e 1945. A obra muito conhecida conta em poema a história e o sofrimento de um migrante sertanejo em busca de vida melhor na capital pernambucana. A penúria do retirante chamado Severino aparece narrado no trecho a seguir:

Mas para que me conheçam/ melhor vossas senhorias/ e melhor possam seguir/ a história de minha vida/ passo a ser o Severino/ que em vossa presença emigra [...] desde que estou retirando/ só a morte vejo ativa/ só a morte deparei/ e às vezes até festiva/ só morte tem encontrado/ quem pensava encontrar vida/ e o pouco que não foi morte/ foi de vida Severina. (JOÃO CABRAL DE MELO NETO, 1988, p. 72 e 79).

⁶ ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Secretaria de Educação do Governo do Estado da Paraíba, 1978, p. 120.

⁷ MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta**. 24ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988, p. 72 e 79.

Já em “Vidas Secas”⁸, obra publicada em 1938, o alagoano Graciliano Ramos conta a história de uma família que se viu obrigada a mudar das regiões castigadas pela seca. No decorrer do texto, o autor descreve o cenário: “A caatinga estendia-se de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos”.

2.2.3 A seca de 1979-1983: o reflexo das ações do governo

Quando o Nordeste vivenciou mais um longo e grave período de estiagem, desta vez, entre os anos de 1979-1983, o governo federal seguia com as ações de combate à seca alinhada a estratégia de desenvolvimento da região. Após a última seca vivenciada, novas estratégias foram criadas como forma de intervenção frente ao cenário provocado pela escassez de chuva, além disso, outro marco do período diz respeito ao surgimento de órgãos que nasceram com o objetivo de buscar, cada qual a sua maneira, o progresso da região.

Algumas organizações, entretanto, influenciaram diretamente no processo de industrialização, irrigação e manutenção de uma política voltada ao combate à seca. Mas para conquistar a autonomia e a possibilidade de viver na região, a população sertaneja precisava da existência de uma política que proporcionasse não medidas paliativas e de enfrentamento a seca, mas ações de convivência com o período de estiagem, naturalmente recorrente na região. Caso contrário, em toda época de seca o cenário não se modificaria, como mais uma vez aconteceu entre o período de 1979-1983.

O Polígono da Seca, por exemplo, nasceu no ano de 1936, para o mapeamento das áreas em que os efeitos da estiagem apareciam de modo mais drástico. Inicialmente, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais faziam parte da delimitação.

Assim, “a área do Polígono foi instituída para servir de base a uma política de neutralização dos efeitos das secas” (MENEZES E MORAIS, 2009. p. 27) e logo, durante o período de estiagem, apenas os moradores da área delimitada tinham direito ao crédito bancário e a possibilidade de alistamento nas frentes de emergência criadas pelo governo. Na prática, a associação que se fazia entre os desempregados pedindo emprego e crédito e a zona delimitada pelo governo acabou deixando de fora muitas famílias que não residiam na área do Polígono, mas que estavam sofrendo com os efeitos da seca em sua região.

⁸ RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 98ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 9-10.

Por outro lado, para alavancar a cultura da irrigação⁹, houve a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), com a missão de colocar em prática técnicas irrigatórias. Além de que também houve a criação de algumas comissões com o objetivo de estudar as localidades e montar uma infraestrutura agropecuária no Nordeste.

Posteriormente, outros organismos públicos surgiram como é o caso do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945, que deu continuidade aos trabalhos voltados a construção de açudes e perímetros irrigados; a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF), criada em 1948, com o objetivo de gerar e distribuir energia elétrica para todo o Nordeste; além do Banco do Nordeste (BNB), construído em 1952, visto como o maior instrumento de desenvolvimento regional da época.

Mirando a industrialização do Nordeste, o governo criou em 1958 o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de analisar a região e os seus aspectos gerais e apresentar relatório sobre o estudo. Assim, o plano final de ação sugerido girou em torno de quatro pontos: 1) intensificação dos investimentos industriais; 2) transformação da economia agrícola da faixa úmida; 3) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas; 4) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. Segundo Pinto de Aguiar (1983, p. 126) em consequência desse relatório criou-se no ano de 1959 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a missão de contribuir para com o progresso do território nordestino.

Não demorou muito e logo o processo de industrialização impactou diretamente o Nordeste e, mais especialmente, o homem do campo. As terras que antes funcionavam como espaço de cultivo de especiarias como algodão, cana-de-açúcar, carnaúba e até mesmo a pecuária passaram a satisfazer as grandes organizações mundiais, ou seja, o empenho era voltado a produção daquilo que fosse valorizado pelo chamado mercado estrangeiro, que impulsionava a economia da época.

O reflexo dos grandes empreendimentos fez com que alguns empresários ocupassem o Nordeste, correspondendo assim ao grupo que mais acumulava riquezas na região, juntamente

⁹ Existem diversas técnicas para irrigar ou banhar o solo. Segundo Andrade e Portela (2002) as técnicas mais caras e sofisticadas feitas pelo governo federal em algumas poucas áreas do sertão nordestino consiste na construção de canais e de encanamentos que trazem água de algum rio (especialmente o São Francisco) ou açude para regar algum trecho por aspersão, isto é, respingamento ou borriço de jatos de água através de válvulas especiais para a atividade. Mas existe também uma técnica mais simples e econômica praticada por pequenos agricultores sertanejos, que consiste no uso de mangueiras cheias de água que são enterradas no chão e, quando unidas por pequenas mangueiras, tem a capacidade de manter o solo úmido.

com a elite local, enquanto isso, a população menos favorecida e que não detinha terra servia de “mão-de-obra” barata e acabava trabalhando em prol das riquezas da elite produtora.

Durante essa fase, as autoridades governamentais fixaram o olhar exclusivamente na febre industrialista, deixando de lado as urgências da região Nordeste – como é o caso das secas periódicas – pois toda a atenção voltava-se para o centro-sul do país, onde as multinacionais o alto investimento tomavam conta do espaço, fazendo com que os investimentos privilegiassem especialmente o campo industrial.

A migração representa um marco na fase de industrialização do país. O desenvolvimento das indústrias de bens fazia superlotar as cidades. Logo, para acelerar a migração dos rurícolas para as cidades, o governo instituiu vantagens como o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia: a) direito ao salário; b) férias remuneradas; c) repouso semanal; d) décimo-terceiro-salário. Na prática, segundo Santos (1984, p. 236), a lei gerou prejuízo aos camponeses, visto que os donos de propriedades rurais passaram a dispensar os seus trabalhadores para não garantir o direito.

A cada espaço de tempo uma nova iniciativa surgia para o Nordeste, tais como o Crédito Rural; o Plano de Irrigação do Nordeste; o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); o Prohidro; o Projeto Sertanejo; engrossando o número de ações que na prática distanciavam-se da ideia de convivência com as secas – tão necessárias à população sertaneja –, além de que, no fundo, não havia a verdadeira intenção de valorizar o pequeno produtor rural.

Os diversos organismos que se criavam enfrentavam o comum problema de descontinuidade na dotação de verbas. Afinal, eram mantidos com as migalhas que sobravam do “milagre brasileiro”. A orientação de todos eles era [criar] uma estrutura capaz de gerar renda rapidamente, o que não merecia nenhum elogio, uma vez que deveriam preparar, isto sim, uma estrutura de convivência com as secas. Por não terem sido orientados nesse sentido o Nordeste iria sofrer muito no próximo flagelo. (SANTOS, 1984, p. 256).

E assim aconteceu. Quando a seca de 1979-1983 de fato começou, mais uma vez repetiam-se as cenas de migração, animais mortos pelas estradas, o surto de doenças, os recursos paliativos do governo federal, as frentes de trabalho e, como sempre, a morte de centenas de pessoas.

Mas, desta vez, com o advento do rádio e da televisão, todo o país sentiu, por meio da imagem e do som, a calamidade e o sofrimento enfrentado pelo povo nordestino. A imprensa,

de maneira geral, dava voz a seca e, algumas, por exemplo, faziam publicações em tom de crítica:

O Nordeste tem sobrevivido, nestes últimos anos, graças a paliativos que, de aparência generosa, limitaram-se a manter o povo em regime de semi-escravidão e de plena desinformação, para garantir, sempre, certos governantes ou políticos no poder. (REVISTA AGROPECUÁRIA TROPICAL, 1979¹⁰).

Em 1979, a grande seca atingiu 32% da área nordestina, afetando 513 municípios dos 1.416 totais. “O flagelo, inicialmente, era mais intenso no Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco, atingindo um total de 9 milhões de pessoas”, (SANTOS, 1984, p. 265), mas posteriormente chegou de maneira mais intensa na Bahia, em Sergipe e no Maranhão. O governo, por sua vez, tentava camuflar a situação, enquanto o número de flagelados que ocupavam as grandes cidades aumentava assustadoramente. A fome continuou sendo a principal inimiga do sertanejo, e os casos de saque, invasões e outros tipos de crimes aumentavam expressando a agonia diante da miséria instalada por todas as partes.

Para o abastecimento das comunidades rurais foram utilizados carros-pipa sob o comando do Exército. Já os fazendeiros viram o rebanho praticamente dizimado, onde as ossadas dos animais superlotavam as estradas. O quadro de subnutrição e mortalidade infantil configurava a real situação do povo sertanejo que sofria mais uma vez com a falta de uma política que buscasse a ascensão da população nordestina frente às secas periódicas.

“O povo estava, portanto, despreparado para uma seca prolongada. Estava pobre, vivendo uma vida puramente vegetativa, a troco de migalhas fornecidas pelos canos eleitorais do regime político que dominava a nação”, Santos (1984, p. 258). As frentes de trabalho mais uma vez entravam em ação, mas, segundo o autor, na seca de 79-83 um caso chamou atenção: o camponês além de demonstrar interesse pelo emprego precisava do apoio político do governo para conseguir trabalho nas obras que, em muitos casos, eram realizadas em propriedades particulares.

Neste período houve a ocorrência do alistamento fantasma, ou seja, parentes, amigos, cabos eleitorais entre outros coligados ao governo recebiam o salário sem o comparecimento no local de trabalho, imprimindo o reflexo da indústria da seca que sempre apareceu como uma sombra durante o período sem chuva.

¹⁰ Trecho retirado do livro “A revolução nordestina – 1: A epopeia das secas, do autor Rinaldo dos Santos, 1984.

Sob a máscara da “ajuda ao teu irmão” as Frentes de Trabalho no Sertão se tornaram a mais vergonhosa fonte de corrupção de nossa história, humilhando o sertanejo, e enriquecendo os inescrupulosos aproveitadores da miséria alheia. Foi através dessa abominável e incompreensível atuação do Governo Central que as Frentes de Trabalho deixaram de ser emergenciais para se tornarem na mais permanente ação oficial no Nordeste e de mais fácil captação de recursos financeiros. (COELHO, 1985, p. 37).

As práticas de corrupção marcaram o período das secas no Nordeste. O dinheiro investido nas frentes de trabalho, por exemplo, daria para transformar a realidade do sertanejo por meio da criação de medidas que de fato surtíssem efeito e trouxessem autonomia para o povo, como a construção de tecnologias de captação e armazenamento de água; a compra e a divisão das terras – tendo em vista os latifúndios ociosos –; as estratégias simples de irrigação, a orientação e o auxílio para a produção rural, entre outras possibilidades.

Mas, de modo geral, as frentes serviram para o acúmulo de riquezas pessoais e interesses das classes dominantes. “Aparentemente forjava-se um progresso desenvolvimentista e industrialista no Nordeste, mas tratava-se de um desenvolvimento artificial e falso”, afirma Santos (1984, p. 247-248). Isso, talvez, porque os grandes investimentos não beneficiavam diretamente os pequenos agricultores, a população sem-terra, aqueles que sofriam os efeitos causados pela seca, mas, sim, políticos e grandes proprietários, ou seja, os grupos dominantes.

Podemos então perceber que houve uma busca pela eternização do problema da seca, ao invés da busca pela solução, por causa do retorno que ela trazia para a elite, enquanto a população continuava mendigando ajuda durante o período das longas estiagens, conforme exemplifica o trecho.

Por exemplo: o método mais usado para tratar das secas consiste na construção de açudes (represamento de rios) incluindo às vezes a irrigação de terras vizinhas. Ocorre que esses projetos, via de regra, acontecem em grandes propriedades particulares, beneficiando, portanto, importantes fazendeiros [...] Todos esses procedimentos acabam por criar a chamada “indústria da seca” que traz grandes vantagens para os grupos dominantes, que, por isso, buscam eternizar o problema das secas e impedir que verdadeiras soluções sejam colocadas em prática. (ANDRADE e PORTELA, 2002, p. 32).

O retrato da seca no Nordeste sempre expressava os mesmos aspectos. Os avanços pareciam não afetar de maneira benéfica, positiva e transformadora o cenário vivido pela população durante o período seco. A bonança e o alívio do povo sertanejo chegavam

especialmente junto com as chuvas que colocavam fim ao flagelo, trazendo esperança e perspectiva de vida.

Mas como a seca é colocada em pauta? Segundo Andrade e Portela (2002), embora a seca confira um problema grave, ela aparece expressa e supervalorizada de modo exagerado. Muitos pensam que a seca é o principal problema do Nordeste, quando na verdade o cenário vivido pela população no período de estiagem está entrelaçado numa cultura política que até então busca combatê-la por meio de medidas paliativas que condicionam o sertanejo à dependência e não a autonomia.

Para os autores, a tentativa de culpabilização da seca – um fenômeno natural – pelos problemas que o Nordeste enfrenta é uma ação que alimenta o chamado “mito da seca”, ou seja, torna-se mais cômodo enxergar a escassez de chuva como a grande culpada de todos os problemas do território nordestino do que construir a ampliação do olhar sobre a questão.

No que diz respeito a reprodução desses cenários de representação, percebe-se que o reflexo das secas, a paisagem árida e a vegetação nordestina, continua ganhando projeção, seja em novelas ou minisséries¹¹, como por exemplo: “*Grande sertão: Veredas*” (1985), “*Amores Roubados*” (2014), “*Velho Chico*” (2016), “*Onde nascem os fortes*” (2018) que representam algumas das obras da teledramaturgia brasileira que expressam em narrativa, imagem e som diversos aspectos da seca e do sertão nordestino.

2.2.4 A seca de 2012-2017: novas e velhas impressões

No início deste capítulo, destacamos que a chegada do século XXI apresentou certo nível de “transformação e desenvolvimento” do espaço nordestino por meio da soma de diversas ações de cunho governamental como: a) a criação bem como a continuidade das políticas de transferência de renda; b) a entrega e implantação de tecnologias de captação e armazenamento de água, como a cisterna, por exemplo, que trouxe autonomia para muitas famílias; c) as obras de caráter hídrico, como é o caso da Transposição do Rio São Francisco; d) os projetos direcionadas ao fundo rural e os programas de incentivo e fortalecimento da agricultura familiar.

Podemos dizer que estas ações representam as novas impressões de hoje porque objetivaram a diminuição da desigualdade social, a erradicação da pobreza e da fome no

¹¹ Minisséries da Rede Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/miniseries.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

território nacional ao mesmo passo em que influenciaram diretamente no processo de desenvolvimento do Nordeste e, em certo grau, na emancipação do povo nordestino.

Algumas iniciativas marcaram um período de transição e avanço, pois, neste momento, as políticas do governo começaram a enxergar o período seco como parte da dinâmica natural do Nordeste, garantindo autonomia e emancipação do sertanejo no campo e mostrando-se acima de tudo o reflexo de uma política aparentemente “preocupada” com a camada mais pobre do país.

Destacamos a criação das políticas de transferência de renda, como o programa “Bolsa Escola”, que ficou conhecido e recebeu continuação governamental, mudando a realidade do brasileiro de classe média baixa. O programa, inicialmente, consistia de um auxílio pago via cartão magnético a famílias de baixa renda, desde que as crianças estivessem matriculadas na escola e recebendo acompanhamento periódico em postos de saúde.

Posteriormente, o programa mudou de nomenclatura e passou a se chamar “Bolsa Família”. Mais à frente, com o intuito de erradicar a fome e a pobreza no país, o governo criou o programa “Fome Zero”, iniciativa que de certo modo gerou significativa época de transformação no cenário da seca e da fome na região Nordeste, por causa, também, da continuação e desenvolvimento de programas de cunho social voltados para as famílias de baixa renda, como explica com mais detalhes a autora Loch (2014).

Um dos maiores objetivos do governo [entre 2003 – 2011] era diminuir a desigualdade social presente no país. Para voltar a equiparar a renda da população, [o então governo] aprimorou os programas sociais já existentes e criou novos. O programa Fome Zero foi uma tentativa de mobilizar as massas em favor das pessoas mais necessitadas no Brasil. A meta era erradicar a fome em quatro anos e reduzir a subnutrição até 2015. Já o programa Bolsa Família foi uma reformulação ampliada e unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás criados no governo [anterior]. O objetivo era a transferência direta de renda do governo para famílias pobres e em extrema miséria. O programa atingia cerca de 12,4 milhões de pessoas em 2009. (LOCH, 2014, p. 42).

Observamos que as políticas públicas que foram desenvolvidas nesta época surtiram efeitos positivos, como a diminuição do índice de pobreza no Brasil, cenário que antes multiplicou imagens calamitosas na região, principalmente no período das secas. A partir da aplicação das ações governamentais registrou-se a queda no número da desigualdade social no país, demonstrando o reflexo das novas ações, principalmente porque pela primeira vez as estratégias do governo deram atenção especialmente para a camada mais pobre da população.

Nunca antes havia sido observada uma queda tão grande das desigualdades no Brasil. Em 2003, o número de miseráveis era de 50 milhões. Cerca de 20 milhões de brasileiros saíram da miséria, o equivalente a 40%. O bolsa-família atingiu, em 2008, cerca de 11 milhões de famílias, melhorando as condições de vida de cerca de 48 milhões de pessoas. Entre 2003 e 2008 19,5 milhões de pessoas saíram da pobreza. (LOCH, 2014, p. 43).

O combate à seca esteve presente durante a criação das novas políticas públicas para o Nordeste. A construção de cisternas de placa de cimento, por exemplo, beneficiou milhões de brasileiros, iniciativa que garantiu autonomia e acesso à água para muitos nordestinos. Além disso, durante o governo de 2003-2011, o projeto de construção da Transposição do Rio São Francisco saiu do papel, significando um avanço no combate à crise hídrica do país.

Mas, de maneira geral, enxergamos que as iniciativas construídas até hoje no Brasil não conseguiram mudar em grande escala a realidade da população nordestina e o sofrimento durante as secas que acontecem na região. As medidas criadas pelo governo, em sua essência, amenizam a situação do povo, mas não em uma dimensão que signifique a modificação do cenário enfrentado a cada período sem chuva. Em nossa concepção, a seca é um fenômeno que faz parte da natureza climática do Nordeste, e esse fato precisa ser considerado para a construção de políticas públicas eficazes.

A seca que aconteceu entre os anos de 2012 a 2017 foi a mais longa de toda a história das secas que o Nordeste brasileiro vivenciou até o momento. O período de estiagem durou cinco anos – quase chegou aos seis – e atingiu praticamente todos os estados da região.

A seca que atingiu o Nordeste de 2012 a 2017 foi a mais intensa, longa e abrangente dessa região desde 1980 [...] todos os estados da região viveram a seca mais intensa das últimas décadas, que abarcou mais de 50% do Nordeste, principalmente nas porções central e sul da região. [Neste período] o governo federal decretou estado de calamidade pública 6.295 vezes em municípios do Nordeste, em razão da seca. (REVISTA FAPESP¹², julho, 2018).

Na pecuária, o número de animais mortos aumentou assustadoramente a cada dia. Os bichos que conseguiram resistir a seca foram vendidos em feiras da área, mas em razão da crise pela qual passou o país e por causa da seca forte, muitos animais retornaram para casa porque a venda não era efetuada. Em alguns casos, houve também a substituição do gado pela cabra, animal que apresenta melhor adaptação ao clima seco. Assim, o cotidiano da população logo repercutia na mídia.

¹²A seca mais intensa desde os anos 1980. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 269, jul. 2018. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/19/a-seca-mais-intensa-desde-os-anos-1980/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Valdecir João da Silva, de 53 anos, conta os cadáveres do seu pequeno rebanho que não resistiu à fome, à falta de água e às doenças causadas pela desnutrição. Em uma área afastada da pequena casa onde vive com a família, ele juntou 12 animais mortos ao longo dos últimos meses. De alguns, restam os ossos [...] Em Pernambuco, onde boa parte dos 185 municípios está em situação de emergência, a perda chega a R\$ 1,5 bilhão só na pecuária. O rebanho bovino, formado por 2,5 milhões de cabeças em 2011, diminuiu em 554 mil cabeças no ano passado. (ESTADÃO¹³, janeiro, 2017).

Faltou água para grande número da população. Muitos rios e açudes secaram e, em muitos casos, o abastecimento era realizado conforme o calendário – três vezes na semana, por exemplo – por meio do carro-pipa, medida paliativa encontrada pelo governo estadual e federal para garantir o acesso à água. Mesmo assim, muitas famílias, principalmente aquelas que residiam no campo, sofreram com a escassez de água e com o não comparecimento “do pipa” para abastecimento das cisternas, desencadeando ações alternativas para garantir o acesso à ela.

A dura realidade logo virava manchete de jornal e/ou repercutia nos veículos de comunicação que exibiam os retratos do Nordeste diante da seca de 2012-2017, como mostra o trecho a seguir.

Jusci Cleide dos Santos mora em um sítio de Petrolina, em Pernambuco, onde o caminhão pipa não consegue chegar pela estrada de areia. Ela anda por 8km a cada dois dias para buscar água direto do rio São Francisco. São sete horas de caminhada. “Ô meu Deus, bota uma nuvem nesse céu”, reza ela no caminho. Há quatro anos Jusci vive no sítio com o marido e quatro filhos. Eles vivem da venda de carvão e dos R\$220 que recebem do Bolsa Família. (PROFISSÃO REPÓRTER¹⁴, maio, 2015).

Mesmo diante do cenário de sofrimento, a “indústria da seca” continuou marcando presença. “Além de perder as plantações e sofrer com a falta de água, a população do Ceará ainda enfrenta outro problema: golpes que desviam serviços, benefícios e verbas que iriam para os flagelados pela pior seca do estado em 100 anos”, destacava, na época, o portal de notícias G1.

O caso de pessoas que se aproveitavam da situação calamitosa, agindo de má fé, diante da fragilidade do povo nordestino, vez ou outra, aparecia nos noticiários. O retrato de uma cultura que sempre enxergou o período das secas como momento de obter vantagem em cima do sofrimento alheio.

¹³ SILVA Cleide. Nordeste enfrenta maior seca em 100 anos. **Estadão**, jan. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nordeste-enfrenta-maior-seca-em-100-anos,10000098878>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

¹⁴ Nordeste vive pior seca dos últimos anos. **Profissão Repórter**, mai. 2017 Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dosultimos-cem-anos.html>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Depois de penar com a família para conseguir poupar, Francisco de Assis de Freitas, de 55 anos, entregou R\$ 100 para um homem que dizia ser do governo e que faria um seguro de safra. Depois de entregar o dinheiro, porém, o homem sumiu. Já Maria Fernandes da Silva entregou R\$ 30 para um suposto agente do Bolsa Família que prometia aumentar o benefício. "Ele enganou mais de 15 pessoas com esse cadastro", lamenta. (PORTAL DE NOTÍCIAS G1¹⁵, abril, 2017).

O retrato da seca, por sua vez, desde muito cedo repercutiu na imprensa não somente por meio das matérias diárias, mas também através dos cadernos especiais e das grandes séries de reportagem especiais, a exemplo: “*Fome no Brasil*”, exibida de 18 a 22 de junho de 2001, no Jornal Nacional; “*Vozes da seca*”, veiculada de 8 a 12 de janeiro de 2017, no Jornal Correio, do estado da Bahia; “*Nordeste em emergência: histórias de uma seca sem fim*”, publicada em abril de 2017, no portal de notícias G1.

2.2 Os símbolos da seca no percurso histórico: algumas reflexões

A seca surgiu desde muito cedo como uma temática representativa que imprimiu a identidade do Nordeste em diversos espaços. O tema – nascido e reafirmado dentro de forças de coesão e poder – serviu como base para a construção narrativa e imagética do espaço nordestino.

O tema da seca foi, sem dúvida, o mais importante, por ter dado origem à própria ideia da existência de uma região à parte, chamada Nordeste, e cujo recorte se estabelecia pela área de ocorrência deste fenômeno [...] A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte, inclusive, “natural”, climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 138).

Quando associada ao Nordeste, a seca normalmente era descrita narrativa e imageticamente com ênfase no impacto do fenômeno na vida da população, ou seja, os efeitos que o período causava eram tomados como base principal para a construção de um arquivo de imagens em torno da temática que ainda hoje guia o imaginário da sociedade e os meios de comunicação de massa que reproduzem os mesmos recortes quando trabalha com o assunto.

A imagem do Nordeste passa a ser pensada sempre a partir da seca e do deserto, ignorando-se todas as áreas úmidas existentes em seu território. A retirada, o êxodo que ela provoca, estabelece uma verdadeira estrutura narrativa [...] A seca surge na literatura como aquele fenômeno detonador de

¹⁵Nordeste em emergência: histórias de uma seca sem fim. G1, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/nordeste-em-emergencia-historias-de-umaseca-sem-fim.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

transformações radicais na vida das pessoas, desorganizando as famílias social e moralmente. A seca é responsabilizada, inclusive, pelos conflitos sociais na região, pela existência do cangaceiro e do beato, naturalizando-se as questões sociais. O romance de trinta instituiu uma série de imagens em torno da seca que se tornaram clássicas e produziram uma visibilidade da região à qual a produção cultural subsequente não consegue fugir. (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 138-139).

No percurso histórico das secas que ocorreram no Nordeste, no período que equivale aos últimos três séculos, nota-se de modo considerável que as dizibilidades e visibilidades em torno do tema foram construídas a partir de narrativas específicas, repetitivas, e valorizadas constantemente.

A partir das secas descritas de modo introdutório neste capítulo, identificamos que palavras como: abandono, bolsa família, carro-pipa, doença, esperança, falta de alimento, falta de água, fome, frentes de trabalho, humilhação, invasão, mendigar, migração, miséria, morte, obras e ações do governo, saques, aparecem com evidencia nas produções que tomamos como base bibliográfica.

Avançando, observamos que esse arquivo de imagem ainda guia diversos campos e produções, como, por exemplo, o espaço jornalístico. Por isso, partimos do pressuposto de que essas palavras funcionam como símbolos, pois, de tão retomadas e supervalorizadas passaram a emitir um significado simbólico sobre a seca. Suspeitamos que o uso recorrente de certas imagens provoca uma visão homogênea do tema, ou seja, a continuidade de um olhar centrado em um imaginário único da seca, baseado, no caso desta pesquisa, na leitura e interpretação jornalística.

Mas qual a implicação que a utilização destes elementos pelo jornalismo causa na sociedade? Na concepção de Albuquerque Jr (2011) o discurso da seca serviu durante muito tempo como base para alimentar um imaginário homogêneo, a partir de um texto único.

Inferimos que a usabilidade de elementos repetidos no campo jornalístico implica no processo de condicionamento eterno do tema – neste caso, a seca – a partir de imagens específicas. Com isso, ocorre no jornalismo a disseminação de conteúdo por vezes acrítico, que não problematiza a questão, e não evidencia a heterogeneidade da seca, porque a preocupação central é a valorização de representações que evidenciam o lugar comum, sempre recuperado.

A retomada dos elementos simbólicos na mídia *online*, por exemplo, leva o leitor a compreender o fenômeno da seca a partir daquilo que Santos (2017, p. 151) intitula “chavão imagético”, ou seja, quando a construção da temática tem como base o lugar comum. Para a

autora, “lugar comum por causa da repetição de expressões como “flagelo da seca” e “vítimas da seca”, que justificam todos os problemas pelo determinismo climático [...] lugar comum também pela abordagem das pautas sempre encaminhadas da mesma forma, destaca a autora.

Identificamos que de modo considerável a narrativa utilizada pelo Jornal do Commercio, alvo do estudo, privilegia a abordagem da seca partindo de imagens cristalizadas no imaginário da sociedade. Para Santos (2011, p. 151-152) os textos jornalísticos são elaborados, carregados pelo drama, espetacularização, muitos adjetivos e chavões, aqueles termos utilizados exaustivamente [...] algo de fácil recepção, e que por isso mesmo, se repetem. Por isso a autora compreende que o discurso vitimizante da seca encontra consolidação e voz através dos veículos de comunicação de massa.

A utilização de elementos com valor simbólico implica, ainda, no modo como a seca aparece traduzida imaginariamente para o leitor, pois, partimos da ideia de que a narrativa e a imagem jornalística – carregadas de sentido – funcionam como ferramentas que preenchem a imaginação humana quando oferece, por exemplo, ao público leitor, as descrições do mundo.

Segundo Gomes (1998, p. 33) nesse imaginário, observa-se o aspecto “inventado” criado. O que significa dizer que a realidade social é fruto da criação humana fundamentada em necessidades, desejo, busca, etc. Percebemos, pois, que o imaginário da seca valorizado no campo jornalístico naturaliza por muitas vezes o lugar comum, ao invés de construir novos olhares, novas discussões, ou seja, o que vemos é um conteúdo despreocupado em promover aquilo que Albuquerque Jr. (2011) chama de “novas vizibilidades e dizibilidades”.

Nesta dinâmica, encontramos em Albuquerque Jr. (2011) uma reflexão importante no que diz respeito ao regionalismo nordestino baseado em um “regionalismo de inferioridade”, ou seja, quando os próprios dizeres locais – e aqui entendemos os dizeres do jornalismo local - levam ao lugar comum, ao drama, a estereotipia, ao negativo, quando outras abordagens poderiam ser construídas de modo pedagógico, educativo, ampliando a visão da sociedade sobre o tema em questão.

Portanto, cabe a reflexão de como o jornalismo local/regional pauta as secas no Nordeste: Qual abordagem jornalística é dada ao fato? Quais as imagens utilizadas nas reportagens sobre o tema? Como a seca é tratada narrativa e imagetivamente pelo meio jornalístico, em sua versão *online*, por exemplo, num espaço que disponibiliza diversos recursos? Estas são algumas das inquietações que norteiam o próximo capítulo que pensa especialmente e, de modo mais abrangente, a relação jornalismo e imaginário na pauta da seca.

3 A OBSERVAÇÃO DE UM NOVO HORIZONTE: JORNALISMO E IMAGINÁRIO

“O jornalismo, portanto, impõe-se pela afirmação de técnicas que cristalizam um imaginário, o imaginário jornalístico tecnicamente dominante, sedimentado na mente dos jornalistas, tornando crença, valor, introjeção e bússola.”

Juremir Machado da Silva (2012, p. 109)

No terceiro capítulo realizamos a observação em torno da relação jornalismo e imaginário. Nesta perspectiva, refletimos mais especificamente sobre o campo jornalístico e as forças imaginárias, imaginativas e imagéticas que aparecem entrelaçadas ao conteúdo produzido no universo *online*, ambiente dinâmico onde recursos como texto e imagem ganham contorno especial.

Para compreender de modo prático como acontece a fusão entre o jornalismo e o imaginário, utilizamos como exemplo a série de reportagem *Agreste Seco*, alvo do estudo, e o lugar no qual aparece divulgada: o JC Online, *site* de notícias do Jornal do Commercio.

3.1 A conexão entre os dois campos

O imaginário é uma palavra, conceito ou noção utilizada em múltiplos ambientes, ponto que influencia na variação do significado, isto é, o termo imaginário significa de maneira diferente dependendo de quem fala, do contexto, da situação e do ambiente em que aparece.

Nesta dissertação, trabalhamos especialmente com a ideia de imaginário enquanto conjunto de imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* [...] um percurso de continuidade em que as imagens, carregadas de sentido, aninham-se no tempo e agem na vida do indivíduo em sociedade, conforme ensina Gilbert Durand (1988).

Para compreender a dimensão do imaginário e o seu vínculo com a vida humana, mergulhamos na noção de trajeto antropológico estabelecida por Durand (2001, p. 40), ou seja, na “incessante troca que existe ao nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações que emanam do meio cósmico e social”, que entendemos como a atividade do imaginar humano, caminho pelo qual transita o indivíduo em cada fase da vida.

Segundo Durand, a consciência dispõe de duas maneiras de representar o mundo no qual vivemos:

Uma direta, na qual a própria coisa parece estar presente na mente, como na percepção ou na simples sensação. A outra, indireta, quando por qualquer razão, o objeto não pode se apresentar à sensibilidade “em carne e osso”, como, por exemplo, nas lembranças de nossa infância, na imaginação das paisagens do planeta Marte, na inteligência da volta dos elétrons em torno de um núcleo atômico ou na representação de um além-morte. Em todos esses casos, de consciência indireta, o objeto ausente é re-(a)presentado a consciência por uma imagem, no sentido amplo do termo. (DURAND, 1998, p. 11-12)

Assim, compreendemos que a consciência atua a partir dos diferentes graus que a imagem – carregada de sentidos e significados – exerce no pensamento humano, da distância ou proximidade do signo no processo imaginativo que confere o trajeto antropológico do homem na sociedade.

Na concepção de Durand (1988, p. 12) “o símbolo se define, primeiramente, como pertencente a categoria do signo” pois o simbolismo atua como elemento representativo que marca e/ou indica algo, isto é, o símbolo, enquanto signo concreto, representa um elemento, uma imagem, simboliza um fato ou acontecimento cotidiano. Podemos pensar ainda que: quando uma imagem se reúne com um sentido, um aspecto vivenciado, temos um símbolo, conforme ensina Barros (2010, p. 128).

De acordo com os estudos da antropologia do imaginário, a formação do simbolismo acontece em momentos específicos da vida, a partir dos níveis de experiência entre o indivíduo e o ambiente.

O primeiro nível, chamado de pedagógico, ocorre durante a infância, na escola, por exemplo, quando o indivíduo aparece inserido em um espaço dinâmico e cheio de representações simbólicas. É o instante em que o simbolismo aparece nos jogos infantis, nas brincadeiras e em atividades lúdicas de maneira geral, representando, assim, o que Durand (1988) chama de nível pedagógico da ambiência formadora do simbolismo, ou seja, quando o indivíduo é educado pelo ambiente no qual está inserido.

Neste primeiro momento, percebemos que o símbolo atravessa o tempo porque as atividades – carregadas de sentidos e significados – são vivenciadas de modo cíclico pelos indivíduos que, por sua vez, aprendem e participam a partir do mesmo jogo de regras e códigos.

O segundo nível, chamado de cultural, ocorre na fase adulta, quando os ambientes formadores do simbolismo são transformados porque o indivíduo constrói novos laços por meio da convivência e da interação estabelecida em diferentes sociedades, com outras pessoas e grupos.

Por isso, esta fase marca o atravessamento de novas constelações de imagens e representações simbólicas que podem, de algum modo, influenciar, moldar e ressignificar a maneira como o sujeito enxerga os fenômenos, os acontecimentos cotidianos do mundo, as urgências da vida humana.

Assim, a imaginação simbólica atua como um elemento importante porque está associada ao equilíbrio psicossocial, conforme compreende Durand, correspondendo a relação do espaço social que converge com o campo psicológico do indivíduo. A imaginação faz parte do contexto dinâmico da humanidade, onde o homem, na perspectiva antropológica, atua como *homo symbolicus*, isto é, um indivíduo que participa do processo de formação das imagens.

Notamos que a imaginação assume papel importante no trajeto antropológico do qual estamos tratando, funcionando como elemento primordial na vida de cada indivíduo, como mostra Araújo:

A imaginação contribui significativamente para a compreensão e superação da realidade. Além de permitir atingir o real ela possibilita enxergar aquilo que ainda não se tornou realidade. As imagens são construções que tem por base as nossas experiências visuais anteriores. Como o nosso pensamento é de natureza perceptiva tendemos a produzir imagens em abundância. Elas são, dessa forma, parte integrante do ato de pensar. (ARAÚJO, 2009, p. 140).

Percebemos que no processo imaginativo a imagem simbólica apresenta um significado consolidado, fixo, concreto, apresenta um “sentido para sempre abstrato”. “O símbolo é, portanto, uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é uma epifania do mistério” (DURAND, 1988, p. 15) porque a sua presença em qualquer ambiente revela o que antes estava adormecido, oculto, escondido no mapa imaginativo do indivíduo.

Tomamos como exemplo as imagens que normalmente aparecem no Jornal do Commercio durante a época da seca, funcionando como símbolos carregados de sentido e significado, posto que, quando colocadas em ação, as imagens acionam automaticamente a imaginação do público leitor.

O imaginário, por sua vez, constitui-se de uma transcendência simbólica que ocorre no seio da sociedade. É um reservatório de imagens impregnado simbolicamente de sentido e significado que conduz o homem em sociedade, ou melhor, “o imaginário é uma aura, uma atmosfera, um “plus”, um excedente, uma interpretação, uma significação, um sentido,

relevante individual ou socialmente atribuído a um acontecimento”, como pensa Silva (2017, p. 25).

Para alguns estudiosos, todo imaginário é real e todo real é imaginário (Silva), o real é acionado pela eficácia do imaginário (Maffesoli). Esse pensamento parte do pressuposto de que a realidade é acionada pelos fios do imaginário, isto é, pelos símbolos que significam o real. Para uma explicação mais apurada, recorreremos mais uma vez ao pensamento de Araújo (2009).

A existência das coisas e dos homens nos remete a entender que a realidade já é algo dado, basta ser percebida e interpretada. O imaginário possui um compromisso com o real [...] Mas o que é o real? Ele é a interpretação que os homens atribuem às coisas e à natureza. É, portanto, uma realidade percebida através dos sinais ou signos de referência. Tanto a imagem como o símbolo constituem representações. Os homens atribuem significado aos objetos e isso é o elemento consciente do universo simbólico. Como consequência, as imagens e a dinâmica do imaginário são identificadas aos símbolos. (ARAÚJO, 2009, p. 140).

A partir do imaginário, o homem é movido por uma força que emana, sentimentos, lembranças, sensações, experiências, atividades que atuam determinando o modo de ver, ser, agir, sentir e pensar. O imaginário é um mapa individual e coletivo que guia o ser humano no mundo.

Para aproximar o campo imagético, imaginativo e imaginário dos meios de comunicação, resgatamos o conceito cassireriano de *museu imaginário*, que cabe perfeitamente neste momento, pois, podemos enxergar os meios rápidos de comunicação – a exemplo, o jornal em versão online – como um grande museu que promove a exposição de assuntos/temas por meio de textos, imagens e sons, recursos nos quais habitam forças imaginárias que atuam na imaginação dos leitores que buscam a informação, neste caso, no ambiente *online*.

Tomamos como exemplo a maneira como o período da seca aparece publicado em um *site* de notícias. A narrativa do sofrimento, a imagem do bicho morto, a voz da população afetada, ou seja, cenários que circulam no imaginário social – isto é, no imaginário coletivo, grupal, comunitário, tribal, partilhado, como pensa Maffesoli (2001) – funcionam como artifícios que acionam e guiam a imaginação do leitor, o qual recebe de volta novas imagens – do ambiente, das pessoas envolvidas, do momento histórico, dos números, – alinhadas, entretanto, a velhas representações simbólicas sobre o tema.

Na concepção durandiana (1988, p. 15) “a imagem simbólica é a transfiguração de uma representação concreta através de um sentido para sempre abstrato”. Logo, inferimos que o símbolo no ambiente jornalístico desperta a imaginação do público evocando percepções adormecidas.

Nesta dissertação reforçamos a ideia de que o jornalismo é um campo-chave em que se aninham os símbolos do imaginário e as forças imaginais porque, como observa Santos (2017, p. 37): “a mídia tem um papel decisivo na construção de um imaginário, uma vez que, a partir da criação de um sistema social de percepção e avaliação jornalística dos fatos do mundo, atribui valor [simbólico] às informações”.

É neste espaço que os símbolos do imaginário participam e interagem com o leitor, visto, pois, a forte presença dos meios de comunicação na vida cotidiana, como afirma Sá Martino (2005, p. 18) quando diz que “a liberdade, o conhecimento e a consciência do indivíduo relaciona-se o tempo todo com os meios de comunicação”. Por isso pensamos o jornalismo como carro-chefe que conduz a relação.

A ideia é compreender de que modo o jornalismo funciona como tecnologia do imaginário, ou seja, como dispositivo que apresenta um imaginário para o leitor. Para fins de exemplificação, observamos como o jornalismo, enquanto meio de comunicação explora e exprime em uma série de reportagem forças imaginária, imaginativa e imagética em torno da seca, inquietação que move a discussão que construímos neste capítulo.

3.1.1 O jornalismo como tecnologia do imaginário

Iniciamos com a seguinte reflexão: se “o imaginário é um rio, cujas águas passam muitas vezes no mesmo lugar, sempre iguais e sempre diferentes” (SILVA, 2012, p. 8) o jornalismo é como um barco que navega em suas águas, ancora em seu fluxo e resgata das suas profundezas todos os tesouros-símbolos que povoam a imaginação do homem na sociedade.

Utilizamos a metáfora do imaginário enquanto rio e do jornalismo visto como um barco que navega em suas águas para observar a proximidade existente entre os dois campos. Entrelaçados, o jornalismo e o imaginário aparecem cada vez mais próximos de quem consome informação nos diversos espaços comunicacionais da atualidade, em especial, na esfera *online*, ambiente dinâmico, multimídia, que mostra em tempo real os acontecimentos do mundo.

Mas antes de adentrar na discussão que fundamenta o capítulo, devemos pensar primeiro o que são as tecnologias do imaginário, como funcionam, para depois, munidos de saber, compreender por que e de que modo o jornalismo funciona como tecnologia do imaginário. Por isso, buscamos em Juremir Silva (2012), estudioso do tema, que bebe em fontes importantes e variadas de leitura, a tradução do termo.

As tecnologias do imaginário são dispositivos de intervenção, formatação, interferência e construção de “bacias semânticas” que determinarão a complexidade dos “trajetos antropológicos” de indivíduos ou grupos. Assim, as tecnologias do imaginário estabelecem “laço social” e impõem como o principal mecanismo de produção simbólica da ‘sociedade do espetáculo’. (SILVA, 2012, p. 20-21).

Na concepção do autor, as tecnologias do imaginário são nada mais que dispositivos, instrumentos, mecanismos, ou seja, meios que de alguma maneira interferem na construção da consciência humana seja guiando, interpelando, inclusive, o caminho pelo qual o homem transita em busca dos significados, sensações, sentimentos, percepções e visões diante do mundo.

A mídia, na avaliação de Silva, reúne todas as características das tecnologias do imaginário, uma vez que engloba a informação, a arte e o entretenimento, ou seja, elementos que exploram e exprimem forças imaginárias a partir de temas do cotidiano que permeiam a imaginação humana. “A mídia é um campo fecundo onde são lançadas, cultivadas e disseminadas as sementes-notícias que fertilizam o imaginário social”, afirma, sob o mesmo raciocínio, Mendes (2016, p. 15).

Metaforicamente a autora enxerga os meios de comunicação como uma grande locomotiva, cheia de vagões carregados de imagens e sentidos que orientam e conduzem o indivíduo até o seu ponto de chegada. Lançando o mesmo olhar, Gislene Silva (2009, p. 114) aponta que “os meios de comunicação fazem de textos e imagens instrumentos de reorganização” do pensamento, sentimento e visão do mundo. Justamente o que fazem as tecnologias do imaginário, como pudemos perceber: ordenam e conduzem a imaginação do indivíduo por meio de uma infinidade de recursos.

“As tecnologias do imaginário valorizam o aqui e agora, o *carpe diem*, o dionisíaco, o que é a emoção, o passional, o lúdico e o estético” [...] estimulam o êxtase pelo êxtase no extraordinário do ordinário. Para bem ou para o mal, fazem do viver um combustível” (SILVA, 2012, p. 65), tal como funciona o jornalismo quando veicula os acontecimentos

corriqueiros a partir de ângulos que chamem a atenção, provoquem e impactem de algum modo o público alvo.

As tecnologias do imaginário, na visão do autor, buscam seduzir, tocar o coração das pessoas, entretanto, a concretização do processo depende do destinatário, onde aqui pensamos no público leitor de *sites* de notícias, sobretudo do JC Online. A partir de textos e imagens, elementos facilmente encontrados no conteúdo informacional do espaço *online*, o jornalismo entra “em contato com as profundezas do ser humano, [do leitor], onde vivem os arquétipos proporcionadores de reconhecimentos e identificações” (BARROS, 2007, p. 134) frente os acontecimentos do mundo.

De modo contributivo, Mendes (2016) nos ajuda a compreender de maneira simples que as tecnologias do imaginário proporcionam ao indivíduo a vivência de experiências imaginárias em torno de uma temática que surge, por exemplo, como abordagem no espaço midiático. Este é o caso da seca, assunto que guia a análise desta dissertação.

Supomos então que nesses ambientes midiáticos o público é chamado, tocado, seduzido e envolvido por meio de sensações imaginárias que estimulam, moldam e guiam a sua mente diante dos fatos como são pensados, ordenados e postos estrategicamente, neste caso, no terreno jornalístico.

Na internet, pressupomos que os estímulos imaginais funcionam em *bits*, com maior velocidade, não somente pela agilidade do fluxo em rede, mas, principalmente, pelos recursos que o espaço oferece. Pensamos que a imaginação do indivíduo é tocada por uma força de grande dimensão que penetra a partir de uma rápida e desprestenciosa, atenta e penetrante, leitura, visualização e escuta de conteúdos informacionais no ambiente *online*.

Por meio do que veiculam “os meios de comunicação pautam o que eles entendem que nós devemos saber, ler, e conseqüentemente, reproduzir como receptores da mensagem que transmitem”, (SANTOS, 2017, p. 36) e, através deste trabalho, acontece a dinâmica de mobilização do consciente e o inconsciente daqueles que buscam a informação no espaço jornalístico. Entendemos, portanto, que:

O jornalismo é um modo de ver as coisas. É um olhar nervoso, mas calculado, atento e minucioso sobre o que ocorre no mundo e em cada coisa que, por um interesse especial, cai no foco e interesse da mídia. Não é um simples, passageiro e desprestencioso olhar. Ao contrário, é uma maneira penetrante, perfurante e aprofundante e, ao mesmo tempo, panorâmica visão e com grande angular, no contemplar-se o mundo ao redor. (PERY COTTA, 2005, p. 40).

O jornalismo, por isso, funciona como tecnologia do imaginário, uma vez que estimula as percepções imaginativas do público a partir do conteúdo informacional que transmite. “As tecnologias do imaginário são dispositivos de cristalização de um patrimônio afetivo, imagético, simbólico, individual ou grupal, mobilizador de indivíduos ou grupos. São magmas estimuladores das ações e produções de sentido”, conforme destaca Silva (2012, p. 47).

De modo contributivo à nossa discussão Gadini (2000, p. 65) destaca que “o olhar jornalístico reflete e projeta sentidos no próprio espaço coletivo, ou seja, na sociedade, lugar em que se instituem os produtos como práticas sociais da cultura contemporânea”. Por isso, subentende-se que o jornalismo contemporâneo assume um papel decisivo no cotidiano e vice-versa, pois ele é “uma manifestação cultural de reprodução simbólica da vida humana e social”, como nos ajuda a pensar Junges (1996, p. 15) quando fala sobre a relação entre jornalismo e o cotidiano.

Portanto, quando falamos do jornalismo enquanto tecnologia do imaginário nos referimos a um campo que revela certa atividade imaginária, imaginativa e imagética projetada das mais diversas maneiras, como observaremos cuidadosamente no exemplo apresentado a seguir.

3.2 Um caso: A série *Agreste Seco* no JC Online

Para mergulhar no universo dinâmico que rege a relação entre o jornalismo e o imaginário, tomamos como material de observação a série de reportagem *Agreste Seco* e o espaço em que aparece publicada, neste caso, no JC Online, *site* de notícias do Jornal do Commercio de Pernambuco. No percurso adotado lançamos o olhar para os espaços em que o imaginário é supostamente ativado, explorado e colocado em ação no ambiente jornalístico.

Por isso, traçamos o seguinte trajeto: a) “a reportagem especial no jornalismo”, onde observamos o gênero jornalístico reportagem e a profundidade narrativa como arcabouço de forças imaginárias; b) “*Agreste Seco*”, em que apresentamos o especial e percebemos de modo introdutório o imaginário da seca valorizado pelo jornal e; c) “O jornalismo online e as suas especificidades”, no qual identificamos de que modo o imaginário do público-leitor é ativado em um site de notícias.

3.2.1 A reportagem especial no jornalismo

A reportagem é um gênero jornalístico de teor informativo que encontra definição no estudo de diversos autores, sendo, pois, entendida como: o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (Marques de Melo)¹⁶, a forma de maior aprofundamento possível da informação social (Cremilda Medina)¹⁷, gênero jornalístico privilegiado (Sodré e Ferrari)¹⁸ e, para nós, com eco na leitura dos autores sobre a relação entre jornalismo e imaginário, um mergulho profundo nos acontecimentos do mundo.

Diferente de outros gêneros jornalísticos, como a notícia, a reportagem não leva em conta o fato imediato, atual, ela funciona como extensão ou prolongamento daquilo que repercutiu no organismo social, portanto, algo já noticiado. Com a proposta de ir além do factual, a reportagem oferece ao jornalista a possibilidade de retratar o acontecimento de modo detalhado, aprofundado, imersivo, proporcionando a escrita diferenciada do texto.

Na visão de Sodré e Ferrari (1986, p. 15) este gênero apresenta as seguintes características: a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista; d) objetividade dos fatos narrados, ou seja, uma mescla de elementos que fazem da reportagem um gênero que “informa, emociona, analisa, interpreta, contextualiza, mostra personagens, lugar, divulga números, desvenda processos” (GONÇALVES et al., 2016, p. 225).

Para aprofundar ainda mais as temáticas, o jornalismo recorre a construção de um produto especial: a série de reportagem ou grande reportagem. Neste modelo de produção o trabalho do jornalista aparece intensificado desde a concepção da pauta até o conteúdo final, ou seja, durante todo processo que envolve apuração, produção e edição, explica Munhoz (2017) que ainda complementa:

A abrangência é a característica que define uma grande reportagem, visto que a preocupação dos jornalistas é comunicar o público da forma mais ampla possível provocando a sua reflexão [...] Há o aprofundamento, a imersão, visto que o jornalista dispõe de tempo de pensar a pauta, pesquisar dados e fontes, desdobrar, contextualizar, ir “a campo”: ver, sentir, interagir com as fontes, para assim, encontrar um olhar sobre o assunto. (MUNHOZ, 2017, p. 26).

¹⁶ MARQUES DE MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985, p. 65.

¹⁷ Entrevista concedida à Edvaldo Pereira Lima. In. LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009, p. 23.

¹⁸ SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

Observamos que o percurso apresentado abre portas para a fusão do jornalismo com o imaginário porque na medida em que o jornalista: 1) pensa na pauta 2) planeja a execução da reportagem especial, ou seja, define custo, local, entrevistados, modo de abordagem; 3) vai à campo, isto é, sente, vive, interage com as fontes no ambiente; 4) escreve o texto e 5) edita o material final da reportagem, ele leva em consideração as “conhecidas identificações sociais e culturais”¹⁹, ou seja, o mapa imaginário do público, num trabalho de valorização daquilo que faz parte da memória social.

A dinâmica entre os campos ocorre porque qualquer profissional do jornalismo é incapaz de enxergar o mundo partindo apenas de seu instrumental técnico [...] a própria aplicação desse instrumental estará sempre sujeita às modulações impostas por sua bagagem cultural (MAIA, 2010, p. 90) mas nunca negando a coerção ideológica, isto é, a visão e a preferência no modo de abordagem dos acontecimentos estabelecida pelo jornal do qual o profissional faz parte. Entendemos, por isso, que o jornalismo dá preferência àquilo que gera audiência, o que também reforça o viés capitalista das empresas jornalísticas.

Retomando a discussão inicial, a série de reportagem apresenta uma característica que gostaríamos de dar ênfase: a predominância e profundidade narrativa. De acordo com Motta (2013, p. 71) “a narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis”.

No jornalismo, a reportagem funciona como o lugar em que a narrativa – isto é, a descrição da realidade humana através de relatos aprofundados – verdadeiramente acontece. Seja no jornal nosso de cada dia, na imprensa não-cotidiana ou na televisão, a reportagem se afirma como o lugar por excelência da narrativa jornalística. E é mesmo, a justo título, uma narrativa, com personagens, ação dramática e descrições de ambientes (SODRÉ E FERRARI, 1986, p. 9) que juntos ampliam a visão acerca do assunto que está sendo narrado.

Narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade, de modo a envolver o ouvinte [o leitor, em nosso caso] na estória narrada. Narrar não é apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente. Narrar é uma atitude – e quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração. (MOTTA, 2013. p. 74).

¹⁹ HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993.

A narrativa funciona como elemento valorativo na série de reportagem, possibilitando dois pontos em especial: 1) a criação de texto imersivo pelo jornalista e 2) o acionamento da imaginação do leitor – pensando, neste caso, no público do *site* de notícias – que, envolvido e laçado pela descrição aprofundada dos relatos, imagina à distância a cena descrita no texto. Talvez por isso Motta (2013, p. 211) afirma que “a narrativa é um dispositivo discursivo que visa seduzir e envolver os sujeitos interlocutores na criação de uma representação do mundo”.

Nesta dinâmica, entra em cena o jornalismo exercido de modo humanizado, isto é, preocupado não somente com o uso da técnica, mas especialmente com a compreensão das ações humanas. Para Ijuim e Urquiza (2009, p. 86) na contramão do excesso de racionalidade, a subjetividade apresenta-se como uma resposta necessária e inevitável para a construção de narrativas densas, criativas e responsáveis. Os autores ainda reforçam que “a técnica jornalística, o intelecto, deve caminhar junto com a estética, com a emoção, a intuição, ladeadas pela ética”.

Assim, o jornalismo humanizado abre as portas para a construção de narrativas com base na técnica, mas, sobretudo, na sensibilidade do jornalista em relação ao outro – aos entrevistados, àqueles atingidos pelos efeitos da seca em Pernambuco: a dona de casa, o empresário, o agricultor, o produtor rural – quando vai a campo, como salientam as autoras.

Não se trata de ligar o gravador, de trocar mensagens eletrônicas ou algumas palavras pelo telefone. Uma vez pautado, o jornalista precisa estar com todos os sentidos abertos à realidade que vai encontrar. Ir ao encontro do outro, não apenas física, mas emocionalmente. Um jornalismo à flor da pele. Isso significa ouvir, ver, tocar, sentir, cheirar mesmo; ampliar as possibilidades de questionamentos, desprovido de qualquer *pre-conceito* e, ao mesmo tempo, na certeza de que o *ser humano jornalista* reporta o *ser humano fonte*. Ou seja: ambos são seres humanos complexos, falíveis, contraditórios, históricos, sujeitos de interesses e visões de mundo diferentes. É preciso estabelecer o *diálogo*, com vistas a atingir a *comunhão*. (IJUIM E URQUIZA, 2009, p. 86).

Com a sensibilidade aflorada e a técnica como complemento, a narrativa jornalística funciona como representação e/ou construção discursiva sobre a realidade do homem. Na reportagem, “o jornal e os seus editores concedem ao repórter uma liberdade maior para criar, relatar e contar em uma linguagem quase literária ou quase ficcional” (MOTTA, 2013, p. 95), assim como observamos no texto de abertura da série de reportagem *Agreste Seco*, produzida pelo JC.

A seca colocou de joelhos uma região inteira. Fez o Agreste sertanejar. Os cinco anos consecutivos sem chuva em Pernambuco ganharam aqui a dimensão de uma tragédia. Silenciosa e diária. A estiagem impôs a quase 300 mil pernambucanos a humilhação de não ter água nas torneiras. É no Agreste que estão 90% das cidades que hoje dependem exclusivamente do carro-pipa para sobreviver. Mendigar por água para não morrer de sede. Bicho e gente. E é nesse mesmo Agreste, seco e esturricado, que nichos-chave da economia do Estado, como a bacia leiteira e o polo de confecções, pedem socorro. Neste especial, as dores e ausências de uma nação, bem ali no miolo do Estado, que vive em um regime de exceção. (JORNAL DO COMMERCIÓ, 27/11/2016).

Vejamos o seguinte: a narrativa inserida na abertura de *Agreste Seco* aciona automaticamente a imaginação do público, pois, na medida em que o texto aponta que “a seca colocou de joelhos uma região inteira” o leitor prontamente imagina as cenas de sofrimento pelas quais passam a população na época da estiagem. E assim ocorre automaticamente com as palavras impregnadas de sentido simbólico que aparecem no texto acionando a bagagem mental, o arcabouço cultural, a memória, isto é, as forças imaginativas do público leitor.

Portanto, no entendimento de Munhoz (2017, p. 28) uma série de reportagem “abre as portas” para a liberdade de narrar utilizando a sensibilidade: pode-se utilizar figuras de linguagem, a coloquialidade, as poesias, as histórias de vida. E em igual proporção avaliamos também que as portas abrem-se na mesma intensidade para as ondas do imaginário e para a afloração da imaginação do leitor através da narrativa e, porque não dizer, das imagens que a acompanham.

3.2.2 *Agreste Seco*

“*Agreste Seco*”²⁰ é uma série de reportagem que aborda os efeitos da seca em Pernambuco, durante o ano de 2016, a qual impactou a vida de mais de 300 mil pessoas. Na época o especial recebeu ampla divulgação não somente na plataforma online, mas também na TV e na versão impressa do JC, conquistando, no ano seguinte, nas categorias *internet*, *videojornalismo* e *criação gráfica*, o 23^a Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo, evento promovido anualmente pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (Sinjope) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Na versão *online*, o especial apresenta texto da jornalista Ciara Carvalho com fotografia de André Nery. De modo geral, o material está dividido em quatro reportagens,

²⁰ *Agreste Seco*. Disponível em: < <http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/agreste-seco/>>. Acesso em: 3. Jul. 2019.

intituladas respectivamente: “Sede e humilhação”, “Bicho Seco”, “Jeans sem água” e “Onde mora a esperança”, que foram publicadas no dia 27 de novembro de 2016 no JC Online, *site* de notícias do Jornal do Commercio.

Para o desenvolvimento da série, a equipe do Jornal do Commercio em parceria com a TV Jornal percorreu em duas semanas 2,4 mil quilômetros pelas estradas do Agreste de Pernambuco para mostrar o drama causado pela seca que ocorreu na região. Em 2016, quase 300 mil pernambucanos dependiam exclusivamente do carro-pipa para ter acesso à água. Agrestina, Catende, Belo Jardim, Pedra, Pesqueira, Venturosa, São Bento do Una, Cachoeirinha, Surubim, Jataúba, Santa Cruz do Capibaribe, Vertentes e Toritama foram as cidades percorridas pela equipe de reportagem para o desenvolvimento da série.

No período de construção das reportagens, a região do agreste pernambucano concentrava 90% das cidades que dependiam do carro-pipa para abastecimento, sendo, pois, considerada também uma região estratégica porque concentrava e ainda concentra a produção de gado, ave e os pólos de confecção de jeans, atividades que juntas movem a economia do estado de Pernambuco. Em cada reportagem a composição de texto e imagem revela os efeitos da seca na vida da população.

“Sede e Humilhação” mostra a dificuldade da população pernambucana das cidades de Jataúba e Pedra, localidades que viveram a maior seca dos últimos 60 anos e que seguiram rigorosamente o regime de racionamento de água imposto pelo estado. Por isso, a população não tinha água na torneira e, nos casos mostrados na série, inúmeras famílias precisavam se submeter a ações humilhantes para conseguir matar a sede, dos parentes e dos animais, durante o período de estiagem que em 2016 completava quatro anos consecutivos.

A água, nem sempre de qualidade, suja e com o cheiro ruim, era alvo de disputa entre os moradores. Sem água na torneira de casa, algumas pessoas precisavam juntar dinheiro pra comprar um latão d’água, deixando, em muitos casos, de comprar o básico como arroz e fubá para alimentar a família.

Além dos carros-pipa, tecnologias como a caixa d’água, os reservatórios, chafarizes e em último caso, os barreiros, aparecem na reportagem como alternativa de socorro às famílias. Em casa, os adultos abriam mão da água de tomar banho e de beber em favor das crianças. Na reportagem, o dinheiro do programa bolsa família aparece como única renda de uma família inteira composta por dezenas de crianças e a falta de um pai.

Durante o período mostrado na reportagem, a barragem de Jucazinho localizada em Surubim – responsável pelo abastecimento de 15 cidades, atendendo aproximadamente 800

mil pessoas – secou. No lugar da água, restaram as rachaduras no solo e uma espécie de areia movediça.

A seca que ocorreu na região ganhou no olhar da população distintas traduções: há quem viu a falta de água na região como resultado da ausência política, e não a seca enquanto causadora do cenário de calamidade; em contrapartida, houve quem comparou o agreste com o sertão, devido a ocorrência no fenômeno nesta região. Como diz a jornalista Ciara Carvalho em um trecho da reportagem: “Cinco anos consecutivos de seca mexeram com muitos imaginários”.

“Jeans sem água” faz um panorama dos efeitos da seca no polo de confecções do Agreste, indústria considerada o carro-chefe que movimenta a economia local e regional do estado de Pernambuco. Segundo aborda a reportagem, a ausência de água – matéria prima do polo têxtil – ocasionou 1) baixa produção de peças; 2) queda nas vendas; 3) alto número de demissão de funcionários e 5) o fechamento de muitas lavanderias de jeans nas cidades de Jataúba, Toritama e Vertentes.

De acordo com a reportagem, uma lavanderia de médio porte gasta por dia aproximadamente 200 mil litros de água. No que diz respeito ao número de funcionários, esse tipo de empreendimento contrata em torno de 60 pessoas, mas durante o período de seca, com a alta no número de demissão, a totalidade de mão de obra permanente cai em mais de 25%, refletindo no número de pessoas desempregadas e no baixo quantitativo de peças de jeans efetivamente lavadas.

Para driblar o cenário preocupante, empresários do setor atacadista executaram um planejamento inteligente para adequar o funcionamento dos empreendimentos a realidade da estiagem. Para evitar a dependência do carro-pipa para o abastecimento, algo caro do ponto de vista financeiro e logístico, o Moda Center Santa Cruz, localizado na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, investiu no racionamento e na construção de cisternas com alta capacidade de armazenamento de água para o consumo próprio do espaço, constituído por boxes e lojas de roupas. Segundo George Pinto, gerente-geral do empreendimento, no alto período das feiras, o Moda Center gastava em média e por hora mais de 100 mil litros de água,

Em Toritama, o Parque da Feira trabalhou na mesma perspectiva e investiu na construção de um reservatório no subsolo do empreendimento. Além disso, buscou (re)aproveitar a água da chuva – quando as precipitações apareciam. A implantação da técnica do reuso de água da chuva que escorria pelo telhado tornou-se uma importante iniciativa que

fez com que muitas lavanderias não fechassem as portas na região durante o período de estiagem.

“Bicho Seco” mostra os efeitos da seca no campo da agricultura e avicultura em cidades como Cachoeirinha, São Bento do Uma e Venturosa, setor estratégico para a economia do estado de Pernambuco. Durante o período apresentado na reportagem, o produtor rural teve prejuízo porque não tinha água e nem comida suficiente para alimentar o gado. Uma das consequências foi a queda na produção de leite.

A praga da cochonilha do carmim destruiu a palma, principal fonte de alimento do gado.

Segundo a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adragro)²¹ a cochonilha do carmim, de nome científico *Dactylopius opuntiae*, diz respeito a um inseto que se alimenta da seiva das plantas e introduz vírus ou toxinas que deixam a planta amarela e murcha. O poder do inseto é tão grande que pode destruir a palma forrageira dentro de poucos meses caso não seja combatida rapidamente. Sem a palma para garantir a alimentação do rebanho, mais de 250 mil cabeças de gado morreram de fome.

O quadro era agravado pela falta de água para matar a sede dos animais. Sem perspectiva, o produtor rural também criou estratégias para manter, ao menos, o gado vivo e alcançar lucratividade. Por exemplo, enviando o rebanho para a Mata Sul do estado, onde a oferta de água era maior – entretanto, a alternativa gerou graves consequências por causa da diferença climática que contribuiu para com a disseminação de doenças, havendo posteriormente o retorno dos animais – e/ou a venda dos gados em feiras locais. Outros produtores optaram pela mudança do ramo de trabalho.

Com o cenário, a produção de leite sofreu uma queda de 45%, além da produção de queijo também afetada, como aborda a reportagem. No ano de 2011, o rebanho do estado produzia 2,5 milhões de litros de leite por dia. No período da seca, a produção declinou para 1,4 milhão de litros de leite/dia. A perda, segundo a reportagem, esteve relacionada a dois aspectos: a redução do rebanho e a dificuldade de alimentar o gado com ração de qualidade.

No campo da avicultura o cenário não apareceu diferente, muitos produtores de frango e ovos desistiram da atividade por causa da dificuldade de alimentar e matar a sede dos animais. Além da queda na produção de ovos de galinha, houve também a diminuição da quantidade de postos de trabalho neste setor. Segundo a Associação de Avicultores de

²¹ Cochonilha do Carmim. **Adagro**. Disponível em: <http://www.adagro.pe.gov.br/web/adagro/cochonilha-do-carmim>>. Acesso em: 6 jul. 2019.

Pernambuco (Avipe), a crise hídrica colocou em risco 50 mil empregos de modo direto na região.

Para termos uma ideia do cenário, durante o período apresentado na reportagem o avicultor precisava buscar água em reservatórios de cidades vizinhas – como Garanhuns e Quipapá – para o abastecimento da produção. Entretanto, o conseguido não era suficiente para atender as necessidades diárias do aviário, pois, “cada frango consome uma média de 20 litros de água por dia” destaca na reportagem o presidente da Avipe, Edival Veras.

A avicultura, em especial, aparece como fortalecedora de grande parte da economia de Pernambuco. A produção de frango e de ovos do Agreste pernambucano é destaque em toda a região Nordeste do País. Segundo a reportagem, no ranking nacional, a avicultura pernambucana responde pela sexta posição na produção de ovos e aparece em oitavo lugar entre os maiores produtores de frango do País. Em números chega-se a uma estimativa de 13 milhões de frangos para abate, por mês, e uma produção de sete milhões de ovos por dia.

“Onde mora a esperança” apresenta as obras do governo estadual e federal como alternativas para sanar e/ou amenizar o sofrimento das famílias, entre elas, a construção da Adutora do Agreste, localizada nas proximidades da cidade de Arcoverde, do Ramal do Agreste e da Transposição do Rio São Francisco.

A ideia, na época, era fazer com que a Adutora do Agreste pudesse levar as águas da transposição para oito cidades da região, totalizando água na torneira de mais de 800 mil famílias. Enquanto o Ramal do Agreste – interligado com a adutora e com um trecho de 70 quilômetros composto por canais, túneis, aquedutos, estação de bombeamento da água e barragens – deveria levar água para mais de 70 municípios pernambucanos, beneficiando mais de dois milhões de pessoas, conforme dados Ministério da Integração Nacional²².

Entretanto, as obras que seriam a redenção para o povo do agreste pernambucano esbarravam na falta de repasse de verba do governo federal, ocasionando a paralisação. O investimento das obras era considerado muito alto. Somente em 2013, a Adutora do Agreste recebeu um total de 250 milhões em verba federal, mas na sequência os repasses não continuaram e a interrupção das obras atrasou o sonho de muitas famílias de ter água na torneira de casa. O Ramal do Agreste, por sua vez, na época, ainda não tinha saído do papel.

Após o colapso de água que ocorreu na barragem de Jucazinho – principal ponto de abastecimento da região – o sistema Prata, localizado na cidade de Bonito, atendia a região.

²² Governo Federal assegura mais de R\$70 milhões para obras da adutora do Agreste em PE. **Ministério da Integração Nacional**. Disponível em: <http://integracao.gov.br/area-de-imprensa/todas-as-noticias/-/asset_publisher/YEkzzDUSRvZi/content/governo-federal-assegura-mais-r-70-milhoes-para-obras-da-adutora-do-agreste-em-pernambuco?inheritRedirect=false>. Acesso em: 6 jul. 2019.

Para evitar a sobrecarga da barragem e driblar a demora na conclusão das obras, o governo do estado buscou estratégias e parcerias com a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e o Banco Mundial para amenizar o sofrimento das famílias.

Uma das soluções encontradas resultou na execução de uma obra com investimento orçado em R\$ 60 mil reais utilizando as águas do Rio Pirangi, localizado no município de Catende, para o abastecimento emergencial de 10 cidades da região: Agrestina, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, Altinho, Ibirajuba, Caruaru, Passira, Cachoeirinha, Riacho das Almas e Cumaru. Na prática, a água do sistema Pirangi seria transportada por uma adutora até a bomba de sucção da Barragem do Prata e logo em seguida encaminhada a Estação de Tratamento (ETA) das cidades.

Outra alternativa diz respeito a construção da Adutora do Moxotó – que faria ponte com a Adutora do Agreste – com extensão de 67 quilômetros para levar água as cidades de Arcoverde, Pesqueira, Alagoinha, Sanharó, Belo Jardim, São Bento do Uma e Tacaimbó. Para que a ideia surtisse efeito e a água chegasse na torneira da casa da população, entretanto, seria necessário a conclusão da obra do eixo leste da transposição na altura do município de Sertão, localizada no sertão do estado.

De modo geral, as reportagens mergulham no cotidiano da seca pela qual passou a população do Agreste pernambucano. Na medida em que as histórias são apresentadas os símbolos da seca aparecem manifestados na narrativa e supervalorizados mais especialmente nas imagens, elementos estes que na avaliação de Pery Cotta (2005, p. 26) funcionam como “leituras criadas para provocar e estimular o senso de observação do leitor”.

3.2.3 O jornalismo *online* e as suas especificidades

A *internet* é um espaço onde o conteúdo jornalístico aparece de modo dinâmico, isto é, dentro de uma esfera que aproxima o produto às particularidades do meio, caracterizado pelo uso de elementos como: “infográficos, vídeos, fotos em grande escala de exibição, vídeos com textos informativos e imagens artísticas em sua composição” (GONÇALVES; RENÓ; SANTOS, 2016, p. 225), recursos que proporcionam liberdade, profundidade e múltiplas linguagens narrativas, aproximando cada vez mais o leitor do material jornalístico publicado.

No espaço *online*, por exemplo, o público participa de um ambiente em que é seduzido a partir de vários elementos, entre eles, destacamos: o texto que descreve as impressões do fato, a imagem que literalmente amplia a visão do dito, o som que dá melodia aos

acontecimentos do mundo e do vídeo que condensa os três últimos elementos, fornecendo amplitude à temática. Na pesquisa, entretanto, concentramos a análise especificamente em torno dos elementos texto e imagem.

Segundo J. B. Pinho (2003, p. 49) “a internet é uma ferramenta de comunicação bastante distinta dos meios de comunicação tradicionais (televisão, cinema, rádio, jornal e revista)” por causa das suas especificidades. O jornalismo *online* ou webjornalismo é um universo de possibilidades a partir do qual a informação ganha notoriedade através da internet.

De acordo com Nunes (2017, p. 22) na realidade *online* criam-se novos espaços de gerir e gerar conteúdo informativo, tendo em vista a inclusão de novos elementos multimídia: 1) texto interativo 2) áudio 3) vídeo 4) infográfico 5) animações 6) hiperlink 7) galeria de imagens entre outros elementos e funcionalidades que demonstram a multimidialidade do universo *online*.

O termo multimidialidade na visão de Nunes (2017, p. 30) diz respeito ao ambiente que “possibilita um tripé de produção com criação, elaboração e circulação de reportagem em novas ambiências interacionais”, isto é, um lugar dinâmico regido pela oferta de práticas inovadoras. Tomamos, pois, como exemplo o *site* de notícias que estamos trabalhando na presente pesquisa.

O JC Online, alvo do estudo, nasceu no ano de 1994 no formato de boletim eletrônico, mas somente em 2002 se consolidou como o primeiro portal de notícias do estado de Pernambuco. No decorrer do tempo, além do trabalho com reportagem multimídia, interatividade, notícias e demais serviços, o espaço online do Jornal do Commercio oferece ao leitor diversas experiências de conteúdo informativo.

De acordo com a história descrita pelo veículo²³, para fazer jus à abrangência regional, o portal ganhou, em 2011, o nome de NE10, e o JC Online assumiu outra funcionalidade. O NE10, hoje, funciona como o portal de notícias do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), abarcando o conteúdo de todos os veículos do grupo, e o JC Online transformou-se no site do Jornal do Commercio, atualizado ao longo do dia e oferecendo ao público conteúdo informativo de acordo com as especificidades do ambiente *online*, ou seja, o *site* não funciona com a transcrição direta do conteúdo publicado na edição impressa, mas com a construção de conteúdo próprio, funcional, interativo, participativo atendendo as características do espaço.

²³ Sobre o NE10. Disponível em: < <https://ne10.uol.com.br/sobre>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

O JC Online apresenta conteúdo diverso a partir das seguintes editoriais: Cidades, Esportes, Cultura, Economia, Política, Mundo e Opinião, e conta ainda com a aba Especiais JC, espaço destinado à divulgação das séries de reportagens, como é o caso de *Agreste Seco*, material publicado com fluxo variado conforme a demanda de pautas que são definidas pelo veículo.

Além das especificidades do universo *online*, vale destacar que, neste espaço, o jornalista atua de modo diferente, quando comparado a outros ambientes, como aponta Deuze (2006, p. 18):

O jornalista *online* tem que fazer escolhas [que atendam] relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimídia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interatividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto). (DEUZE, 2006, p. 18).

A partir do entendimento das funcionalidades e do papel do jornalista frente ao ambiente *online* pensamos no tempo que o leitor dedica a esse espaço estimulador de sentidos e percepções imaginárias. A inquietação surge porque, na visão de Mendes (2016, p. 18), o tempo que o público destina utilizando os meios de comunicação – e aqui avaliamos o jornalismo *online* – condiz com o período em que a imaginação está receptiva às narrativas e imagens permeadas de sentido e significados que agem simbolicamente estimulando a mente.

Para uma noção mais apurada, tomamos como base dados reais divulgados em pesquisa. O tema Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) contemplada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C)²⁴, realizada no quarto trimestre de 2017 e divulgada no ano seguinte pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que a *internet* está em constante expansão e aparece sendo cada vez mais utilizada em domicílios brasileiros.

Em 2017, a pesquisa identificou que 74,9 % dos lares brasileiros, ou seja, mais de 120 milhões de pessoas, tinham acesso à internet para fins diversos. Na região Nordeste, por exemplo, havia utilização de internet em 64,0% dos domicílios, número distribuído entre a zona urbana, 73,0%, e a área rural, que apresentou 35,8%, número elevado quando comparado ao ano anterior.

²⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas (Pnad C), IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

O aumento do tráfego de pessoas indica que a *internet* está cada vez mais presente na vida das pessoas para diferentes finalidades. Diante dos números podemos pensar na quantidade de usuários que diariamente visitam *sites* de notícias em busca de conteúdo informacional e têm, neste espaço, a mente fertilizada pelos fios do imaginário que se aninham em forma de texto, imagem, som, e nos mais diversos recursos que o ambiente oferece.

Discutindo a relação jornalismo e imaginário, Silva (2009) sinaliza que o conteúdo jornalístico bem como a sua leitura provoca estímulos: causa reflexão, oferece impressões e interpretações acerca dos assuntos, interfere no raciocínio, mexe com o sentimento, evoca sentidos, toca a saudade, ativa lembranças, incentiva a construção de ideias e a tomada de atitudes, impulsiona a vontade de realizar sonhos e desejos, atravessa o passado, o presente e o futuro, estimula, de maneira geral, a imaginação do leitor.

A relação entre o jornalismo e o imaginário afirma-se, portanto, em uma atividade de proximidade, ligação e apropriação. Aqui observamos que o jornalismo funciona como tecnologia do imaginário, isto é, como dispositivo de alimentação de “bacias semânticas”, canais de irrigação do real pela imaginação, mecanismo de fabricação do olhar interior (SILVA 2012, p. 26), pois, na medida em que engendra o imaginário se apropria dos mais variados instrumentos e ambientes para colocá-lo em ação e fertilizar de alguma maneira a imaginação do público.

Um imaginário é reservatório e fermento, semente e motor, ser germinado e germinador, formado e formante, matéria e forma, potência e ato. As tecnologias do imaginário são cinzéis que modelam a matéria simbólica nas bacias semânticas de cada um irrigando trajetos antropológicos e adubando as várzeas dispositivas do aluvião individual ou grupal. (SILVA, 2009, p. 57).

Neste percurso percebemos os espaços em que o imaginário é supostamente ativado e colocado em ação no ambiente *online*. E mais, como, neste processo, o jornalismo se configura enquanto meio que aciona o real pela força do imaginário, seja adubando, fertilizando ou irrigando a imaginação do público por meio de elementos imagéticos.

No próximo capítulo adentramos ainda mais no universo jornalismo e imaginário, pois chegamos ao ponto chave que rege a pesquisa: a simbologia da seca no JC, momento em que apresentamos os símbolos que agem na série de reportagem *Agreste Seco*, alvo do estudo, e, posteriormente, com a aplicação da metodologia escolhida, realizamos a interpretação do imaginário da seca construído pelo jornal para o público leitor do *site* de notícias JC Online.

4 O PONTO DE CHEGADA: A SIMBOLOGIA DA SECA NO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE

“O símbolo, assim como a alegoria, é a recondução do sensível, do figurado, ao significado; mas além disso, pela própria natureza do significado, é inacessível, é epifania, ou seja, aparição do indizível pelo e no significante.”

Gilbert Durand (1988, p. 15).

“O imaginário é uma educação existencial dos sentidos e da percepção.”

Juremir Machado da Silva (2012, p. 30).

No quarto capítulo atracamos no ponto de chegada: a simbologia da seca no Jornal do Commercio Online, momento em que lançamos o olhar para três horizontes importantes da pesquisa que, juntos, encerram o roteiro da viagem, são eles: 1) a explicação da metodologia utilizada na dissertação; 2) a apresentação dos símbolos da seca, isto é, do quadro com o recenseamento das palavras que aparecem de modo recorrente na série de reportagem evidenciando o tema; e 3) a análise composta por 25 narrativas e 13 imagens com a interpretação do imaginário da seca presente em *Agreste Seco*, série de reportagem publicada em 27 de novembro de 2016, no JC Online, site de notícias do Jornal do Commercio de Pernambuco.

4.1 Metodologia

Nesta etapa decidimos caminhar com base na Teoria Geral do Imaginário, utilizando essencialmente uma de suas metodologias: a Hermenêutica Simbólica (HS), método que oferece a interpretação dos símbolos do imaginário que, neste caso, aparecem nas reportagens que compõem a série de reportagem *Agreste Seco*, intituladas respectivamente: “Sede e humilhação”, “Bicho Seco”, “Jeans sem água” e “Onde mora a esperança”.

Para a análise, utilizamos mais precisamente as Estruturas Antropológicas do Imaginário, ou seja, o quadro antropológico que guia a teoria, onde os símbolos do imaginário aparecem agrupados, esquematizados e divididos em dois regimes: diurno e noturno e, simultaneamente, vinculados às estruturas heroica, mística e sintética, como explica didaticamente Gomes (2013): cada um dos regimes relacionará as imagens em universos

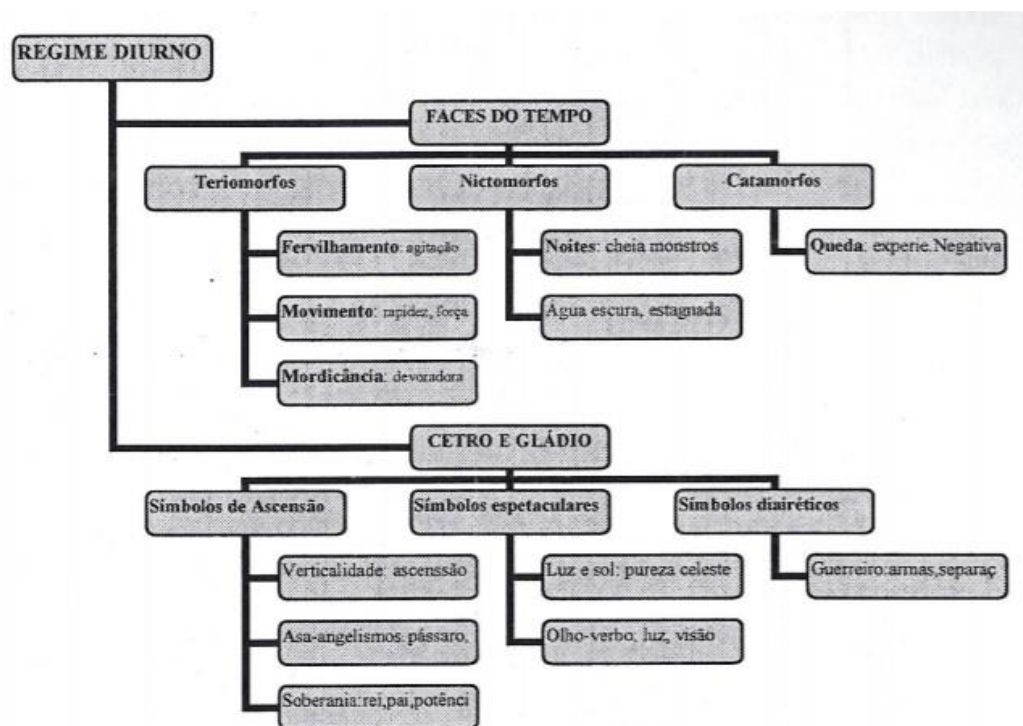
antagonistas: heroico para o regime diurno, místico e dramático/sintético para o regime noturno. Vejamos ainda a explicação de Barros (2010, p. 135).

No universo mítico heroico, a ação fundamental é a distinção, engendrada pelo reflexo postural, que privilegia as sensações à distância, visão e audiofonação: é pondo-se de pé que o homem libera a vista e o ouvido, podendo melhor exercer esses sentidos; libera também a mão que se ergue tanto para o combate quanto para o julgamento. No universo mítico místico, a ação primordial é confundir, sugerida pela dominante descida digestiva, trazendo imagens de intimidade, calor, alimento, substância etc. No universo mítico dramático a ação predominante é reunir, que se coaduna com a dominante copulativa e suas constantes rítmicas. Vem daí imagens como a do porvir, a da roda, a da androginia, a do deus plural, capazes de harmonizar contradições através do tempo. (BARROS, 2010, p 135).

Para facilitar ainda mais o entendimento podemos pensar num fio condutor que gera uma força de coesão entre os dois regimes e as estruturas do imaginário, pois, em cada núcleo ou polo existe uma força homogeneizante, ordenadora de sentido, explica Gomes (2013, p. 33). Na prática, o ponto que nos orienta na análise é o grande dicionário simbólico presente nesta teoria que indica o símbolo e diz, respectivamente, o que ele significa imagetivamente.

O primeiro regime é o diurno, que aparece esquematizado na figura abaixo:

Figura 2: Esquema do regime diurno



Fonte: Gomes-da-Silva & Gomes (2010).

Na Teoria Geral do Imaginário (TGI) o regime diurno aparece vinculado à estrutura heroica do imaginário, isto é, “a dominante postural, a tecnologia das armas, a soberania do mago e guerreiro, os rituais de elevação e da purificação” (DURAND, 2001, p. 58). Por isso, as imagens que se manifestam neste regime refletem uma sensibilidade heroica, porque colocam em ação imagens e temas de luta, batalha, da vida e morte, do bem contra o mal, apresentando, portanto, uma dualidade entre tempos distintos, entre o negativo e o positivo.

O regime diurno remete a uma dinâmica dual e por isso aparece dividido em duas partes: as “faces do tempo” e o “cetro e o gládio”, como evidenciado no esquema. Veremos a seguir que a primeira parte apresenta uma constelação de símbolos ligados a aspectos angustiantes, ao tempo negativo, enquanto na segunda os símbolos exprimem o tempo positivo que age diante do caos, do tempo angustiante. Trata-se aqui de dividir, de separar e de lutar (PITTA, 2017, p. 27).

“As faces do tempo”, como coloca Durand (2001, p. 68), aparece “consagrada ao fundo das trevas sobre o qual se desenha o brilho vitorioso da luz”, portanto, apresenta-se por meio de três símbolos: teriomórficos (relativos à animalidade), nictomórficos (relativos à noite) e catamórficos (relativos à queda) que são responsáveis por evocar aspectos angustiantes diante do tempo.

Os símbolos teriomórficos estão associados à animalidade angustiante vista sob diferentes formas, isto é, a representação simbólica do animal físico e do animal simbólico. Nesta dinâmica aparecem símbolos associados ao fervilhamento, ou seja, a expressão do amontoamento, agitação incontrolável, do caos; a animação ou movimento, que remete a pulsão incontrolável dos grandes animais, motivando a angústia diante da mudança ou da fuga do mau tempo; e a mordicância, associada a ato de atacar, devorar, morder, que expressam o terror diante da modificação ou da agonia diante da morte, do tempo negativo em andamento.

Os símbolos nictomórficos dizem respeito à situação de trevas e a escuridão. Por isso, colocam em ação imagens que conferem a chegada da meia-noite, a hora final do dia, a cegueira, a água turva e estagnada, a tristeza, a desordenação, a inquietação diante do tempo.

Os símbolos catamórficos agem por meio de representações simbólicas que remetem a experiências dolorosas, a queda, a dor, o medo, o castigo. Este símbolo apresenta uma constelação imagética associada a temporalidade, a angústia diante da situação perturbadora.

“O cetro e o gládio”, por outro lado, expressa o tempo positivo, do simbolismo simétrico da fuga diante do tempo difícil. Neste caso, a estrutura heroica age representando a vitória seja sobre o destino ou a morte. A vitória mediada por armas, pela luta aberta, Pitta

(2017). Aqui o tempo positivo aparece manifestado a partir de três grupos, são eles: os símbolos de ascensão (ligados à elevação), os símbolos espetaculares (ligados à visão) e os símbolos diairéticos (ligados à divisão).

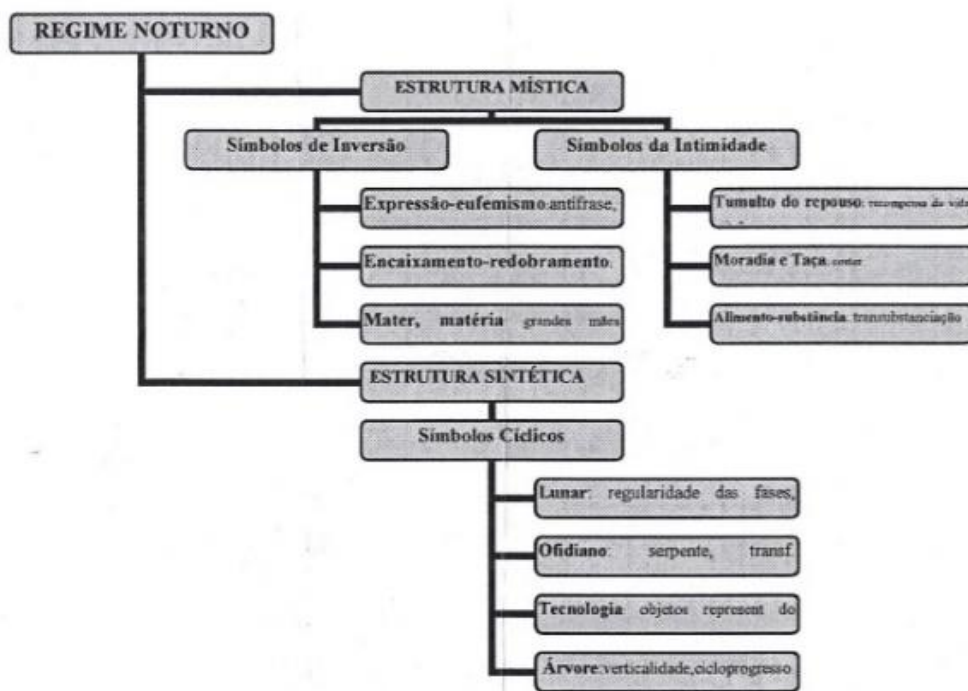
Os símbolos de ascensão estão ligados ao gesto de elevação, de verticalidade, exemplificado por meio da prática religiosa, ou seja, da fé, do credo, da transcendência, do ato de elevação guiada pelo poder espiritual ou mediada pela força divina que age no universo; dos elementos de luminosidade, como o sol, os elementos ligados à liberdade, o voo.

Os símbolos espetaculares, ligados à visão, remetem a luz e o sol, as divindades solares, o olho e o verbo, representado pelo céu luminoso, do olho uraniano – aquele que tudo vê –, dos textos bíblicos, das mitologias, porque “luz e palavras andam juntas” (PITTA, 2017, p. 31).

Os símbolos *diairéticos* estão associados à divisão, ou seja, “trata-se da separação “cortante” entre o bem e o mal [...] separação e polêmica exigem um herói, um guerreiro. E o guerreiro tem armas” (PITTA, 2017, p. 31). Por isso, aqui encontramos a manifestação de imagens como às armas espirituais ou físicas: a espada, fogo, tocha, água, ar, entre outros instrumentos e/ou elementos utilizados para o enfrentamento da luta, do tempo negativo.

O segundo regime é o noturno, que aparece esquematizado na figura abaixo:

Figura 3: Esquema do regime noturno



Fonte: Gomes-da-Silva & Gomes (2010).

O regime noturno da imagem aparece não somente vinculado, mas também composto por duas estruturas do imaginário: mística e sintética, distintas, que se complementam. Segundo Durand (2001, p. 197) este regime “estará constantemente sob o signo da conversão e do eufemismo”, ou seja, da inversão dos significados simbólicos e da busca pelo progresso.

A estrutura mística apresenta os símbolos de *inversão* e os símbolos de *intimidade*. O conjunto simbólico de inversão busca a eufemização, a transformação, a inversão do significado simbólico, a desdramatização do fato, por exemplo: a escuridão da noite vista como lugar de repouso, descanso, tranquilidade; a morte enquanto recomeço; o buraco como receptáculo. O conjunto simbólico de *intimidade* aparece refletido em imagens como o túmulo e o repouso, lugar de descanso, a moradia e a taça, lugares e elementos associados a intimidade, o alimento enquanto caminho de nutrição da alma, corpo e mente, ou seja, “não se trata mais de ascensão em busca do poder, mas decida interior em busca do conhecimento” Pitta (2017, p. 32).

A estrutura sintética do imaginário é composta pelos símbolos cíclicos, ou seja, apresenta uma constelação de imagens ligadas a composições simbólicas como, por exemplo, o ciclo lunar, onde podemos pensar nas fases da lua; o simbolismo ofidiano, associado ao reptéis, cobras, por exemplo, que apresentam tempo cíclico e transformação temporal; a tecnologia do ciclo, ou seja, “os objetos representativos do tempo e do destino” (PITTA, 2017, p. 37) como roca, parafuso, correntes, rodas, etc; Temos ainda a simbologia da árvore, que reflete a vida, as características cíclicas, a progressão, a repetição e a regeneração que move as fases do tempo.

Durand (2001, p. 280) observa que “a atitude mais radical do regime noturno consiste em mergulhar na intimidade substancial e em instalar-se pela negação do negativo numa quietude cósmica de valores invertidos, como os terrores exorcizados pelo eufemismo”. Por isso compreendemos que a constelação de símbolos que regem este regime apresenta a estimulação das cavidades mais profundas do imaginário humano na busca pela ressignificação.

No todo, sentimos a conexão que move toda a estrutura antropológica do imaginário, e os regimes diurno e noturno, que o configuram, pois, como coloca Gomes (2013, p. 39-40) “numa perspectiva de polaridades, é possível identificar uma cumplicidade entre os dois regimes de imagens, que tentam se equilibrar um através do outro”. Não por acaso, Durand notou a convergência existente entre os símbolos que pareciam se organizar em torno de dois

grupos que se diferenciam pelo significado que cada um exerce, como pudemos observar aqui.

Na dissertação, utilizamos a Hermenêutica Simbólica (HS) para interpretar o imaginário da seca presente na série de reportagem. Para isso, fizemos a identificação das palavras que aparecem evidenciando a seca de modo recorrente no material e, em seguida, agrupamos em um quadro.

Segundo Barros (2010, p. 137), direcionada pelos estudos durandianos, “o jogo de redundâncias é importantíssimo quando se trabalha com imagens simbólicas porque num símbolo tanto significado quanto significante são infinitamente abertos”, por isso, coube a nós nesta etapa a tarefa de identificar e agrupar os símbolos – as palavras repetidas que aparecem no texto – e na etapa seguinte, da análise, evidenciar o contexto no qual aparecem, para, posteriormente, efetuar a interpretação do imaginário estabelecido na série de reportagem.

As imagens analisadas, por sua vez, não aparecem no quadro porque são elementos interpretados com base no imaginário que expressam e reforçam na série de reportagem. Por isso, as imagens aqui são vistas enquanto “leituras criadas para provocar e estimular a imaginação e o senso de observação do leitor”, como observa e ensina Pery Cotta, (2005, p. 26).

No quadro que apresentamos a seguir, as palavras nomeadas enquanto símbolos da seca aparecem agrupadas de acordo com o universo e/ou estrutura a qual pertença: universo mítico heroico (distinguir), universo mítico dramático (reunir) e universo mítico místico (confundir).

Quadro 1: Símbolos da seca

Universo mítico heroico (distinguir)	Universo mítico sintético (reunir)	Universo mítico místico (confundir)
Ausência (s)	Água	-
Adutora	-	-
Abastecimento/ abastece/ abastecer/ abastecida	-	-
Barragem/ barragens	-	-
Barreiro	-	-

Bolsa Família	-	-
Cair/ caiu/ queda/redução/reduziu	-	-
Carro(s) -pipa/ caminhão-pipa	-	-
Chafariz/ chafarizes	-	-
Crise/ crise hídrica/ crise hídrica e econômica	-	-
Desemprego/demissões/ demitir / demitiu/	-	-
Depender/ dependência/ dependendo/ dependem	-	-
Dificuldade/ difícil	-	-
Esperança	-	-
Estiagem	-	-
Fome	-	-
Governo (s)	-	-
Humilhação/ humilha/ humilhante	-	-
Medo/ temor	-	-
Mendicância/ mendigar/ mendigando	-	-
Morte/ morrer/ morrido/ morreram	-	-
Obra (s)	-	-
Perder/ perda (s)/ perder	-	-
Poço (s)	-	-
Ramal	-	-
Reservatório (s)	-	-
Reaproveitamento/reuso	-	-

Sede	-	-
Sobreviver/ sobrevivência/ Sobrevivente/ sobrevida	-	-
Socorro/ socorrer/ socorridos (as)	-	-
Sofrimento	-	-
Tragédia	-	-
Transposição		

Fonte: COSTA (2019).

Para trazer confiabilidade à pesquisa, apresentamos na sequência o quadro quantitativo dos símbolos da seca, que mostra a incidência de símbolos, isto é, a quantidade de vezes que as palavras apareceram repetidas, e o total deste número em porcentagem, calculado com base no total aproximado de 6.209 palavras que aparecem na série de reportagem *Agreste Seco*.

Quadro 1: Tabela quantitativa

Símbolos	Incidência	Porcentagem
Água	76	1,22%
Ausência (s)	3	0,05%
Adução	15	0,24%
Abastecimento/ abastece/ abastecer/ abastecida	9	0,14%
Barragem/ barragens	12	0,19%
Barreiro	2	0,03%
Bolsa Família	3	0,05%
Cair/ caiu/ queda/redução/reduziu	15	0,24%
Carro (s) - pipa/ caminhão-pipa	12	0,19%
Chafariz/ chafarizes	2	0,03%
Crise/ crise hídrica/ crise hídrica e econômica	6	0,10%
Demitir/demissões/demitiu/desemprego	7	0,11%
Depender/ dependem/ dependendo/ dependência	5	0,08%

Difícil/ dificuldade/	8	0,13%
Esperança	3	0,05%
Estiagem	19	0,31%
Fome	8	0,13%
Governo (s)	6	0,10%
Humilhação/ humilha/ humilhante	8	0,13%
Medo/ temor	2	0,03%
Mendigar/ mendigando/ mendicância	5	0,08%
Morrer/ morrido/ morreram/morte	15	0,24%
Obra (s)	7	0,11%
Perder/perda (s)	4	0,06%
Poço (s)	3	0,05%
Ramal	5	0,08%
Reaproveitamento/reuso	4	0,06%
Reservatório	14	0,23%
Sede	14	0,23%
Sobreviver/ sobrevivência/ Sobrevivente/ sobrevida	4	0,06%
Socorro/ socorrer/ socorridos (as)	6	0,10%
Sufrimento	5	0,08%
Tragédia	2	0,03%
Transposição	4	0,06%

Fonte: Costa (2019).

4.2 Análise

A partir da apresentação dos quadros com os símbolos da seca e da metodologia empregada para realizar a análise, reforçamos também a natureza da pesquisa que apresenta teor qualitativo, ou seja, “os fatos (símbolos) foram observados, registrados, analisados e interpretados”, (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 52), mas sem haver qualquer tipo de interferência, modificação e/ou manipulação direta nos dados por parte do pesquisador.

Neste espaço, partimos do pressuposto de que o jornalismo trabalha com um tipo de “recuperação imagética” quando veicula a seca a partir de percepções que fazem parte do mapa imaginário do leitor. No entendimento de Gomes (2013), essa retomada dos elementos

simbólicos remete a um imaginário, a uma história, a uma época ou tempo, tal como observaremos.

Lembramos que “o imaginário é sempre desvio, divergência, apropriação, reinterpretação, releitura, desconstrução, reconstrução e nova afirmação [...] O autor cria seus próprios parâmetros, seu público, seu cânone e a sua forma de narrar”, diz Silva (2012, p. 51), para quem todo imaginário é uma imaginação do real. Por isso, a partir de agora, munidos de sensibilidade, mergulhamos no imaginário da seca estabelecido pelo Jornal do Commercio Online.

Iniciamos a análise trazendo o texto de abertura da série, momento em que o jornal apresenta o resumo da série de reportagem, ou seja, convida o leitor a mergulhar no cotidiano da seca pela qual passou a população do Agreste pernambucano. Percebe-se, neste ponto, a retomada de símbolos habituais, conhecidos e naturalmente colocados em ação, pelo jornal, durante o período seco.

A seca colocou de joelhos uma região inteira. Fez o Agreste sertanejar. Os cinco anos consecutivos sem chuva em Pernambuco ganharam aqui a dimensão de uma tragédia. Silenciosa e diária. A estiagem impôs a quase 300 mil pernambucanos a humilhação de não ter água nas torneiras. É no Agreste que estão 90% das cidades que hoje dependem exclusivamente do carro-pipa para sobreviver. Mendigar por água para não morrer de sede. Bicho e gente. E é nesse mesmo Agreste, seco e esturricado, que nichos-chave da economia do Estado, como a bacia leiteira e o polo de confecções, pedem socorro. Neste especial, as dores e ausências de uma nação, bem ali no miolo do Estado, que vive em um regime de exceção. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/ 2016).

A narrativa em destaque coloca a seca enquanto causadora do sofrimento da população e culpada pela falta de água na região. Desse modo, o jornal trabalha metaforicamente com a ideia de que o agreste virou sertão, como se a seca fosse um fenômeno exclusivo deste lugar, quando, na verdade, ela faz parte da dinâmica natural da região semiárida, faixa que abarca parte do agreste e todo o sertão nordestino, sendo uma percepção não evidenciada no trecho.

Em nossa concepção esta atividade reforça, amplia e mantém em circulação na sociedade uma definição da seca do ponto de vista dramático pois os elementos simbólicos aparecem retomados estrategicamente no texto por meio de palavras como: tragédia, estiagem, humilhação, água, carro-pipa, mendigar, morrer, sede, socorro e ausências. Tal ação, como compreende Hall (1993), transmite a impressão de repetição eterna, ou seja, a seca como tema que aparece retratado sob o mesmo modo de abordagem representativa, ou melhor, sob um único imaginário.

Na perspectiva do imaginário, os símbolos exaltam imagens associadas ao regime diurno das imagens que está, pois, ligado a queda, a experiência dolorosa em que a população, em situação de fragilidade, ajoelhou-se diante do caos e, a seca, neste sentido, aparece como reflexo do tempo negativo. Para Durand (2001, p. 112) “a queda aparece mesmo como a quintessência vivida de toda a dinâmica das trevas [...] uma queda valorizada negativamente como pesadelo que leva muitas vezes à visão de cenas infernais”, tal como observaremos mais à frente.

4.2.1 Sede e humilhação

A primeira reportagem da série faz um panorama das dificuldades enfrentadas pela população das cidades de Jataúba, Pedra e Surubim, localizadas no Agreste de Pernambuco. No primeiro trecho, destacam-se os desafios e dilemas enfrentados por uma família que mora na periferia do município de Pedra, cidade localizada a 255 km da capital Recife.

– O que é mais difícil? Dormir com fome ou com sede? – Com sede é muito pior. A gente tá com fome, se deita, dorme pouco, mas dorme. Com sede, não dá. Ou eu bebo água, ou endoideço. Diante do absurdo, Marlene responde resignada, mas firme. Ela bem sabe. É possível ter ainda menos, mesmo na ausência de tudo. Na casa onde mora, não há geladeira nem fogão. Quase não se vê comida. Mas, principalmente, não há água. O pouco que tem é esverdeada, cheiro forte, mais lama do que vida. Todos os dias, Marlene da Silva dos Santos, 48 anos, e a filha adolescente Roseane vão catar uns baldes num barreiro que nem os bichos querem mais. A estiagem prolongada imprimiu à triste sina condição ainda mais desumana. Marlene e sua prole usam a lama (quem nem os bichos querem mais) para lavar prato e tomar banho. De que importa se a pele fica cinzenta ou os pratos cheiram mal? Escolher não é opção. É isso ou nada. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

A indagação que inicia o trecho oferece ao leitor a dimensão do cenário vivido pela família, quando a repórter questiona a moradora sobre a maior dificuldade enfrentada por ela: fome ou sede? dois elementos tão necessários e urgentes para a sobrevivência humana. Entendemos que, conseqüentemente, quem lê o texto, rapidamente imagina a cena narrada.

Outro ponto exaltado é a condição da casa onde vivia a família que apresenta: falta de água, comida e eletrodomésticos como fogão e geladeira. Observamos, neste caso, que a simbólica “dificuldade” coloca em evidência os obstáculos enfrentados pela população da cidade.

Para ter acesso à água, a família recorre ao barreiro, espaço no formato de lago em que a água da chuva fica armazenada. No caso mostrado, o barreiro de tão utilizado pela população deixou de fornecer água de qualidade e a família, sem alternativa alguma, continuou assumindo todos os riscos e consequências ligadas à saúde pelo consumo de água em condição imprópria.

O símbolo dificuldade guia o trecho e remete a situação de trevas, angústia e agitação desordenada pela qual vive a população. A água suja do barreiro remete ao sentido simbólico de água estagnada, parada, escura, triste, que no regime diurno da imagem significa um convite ao suicídio porque a cor da água reflete tristeza, agonia, escuridão diante do tempo seco, caótico.

Este reflexo angustiante aparece exemplificado na ação da moradora que se submete ao consumo da água do barreiro, mesmo sabendo das consequências que ela pode gerar à família. Na concepção durandiana a imaginação das trevas opõe-se à imaginação da luz e do dia, assim, compreendemos que a situação pela qual passa a moradora reflete um tempo negativo, de escuridão, de cegueira guiada pela condição angustiante vivida pela família.

Na imagem abaixo, enxergamos de modo concreto a escuridão de que fala Durand (2001). A água turva, escura, estagnada, que mais parece lama. A ação da menina de tirar a água em condição imprópria do barreiro para o consumo da família reflete aquilo que Pitta (2017) chama de regime multiforme da angústia diante do tempo que, neste caso, revela-se pelas dificuldades enfrentadas pela população em Pernambuco.

Imagem 4: Menina retirando água do barreiro



Fonte: JC online

Observamos que o jornal explora a situação de quem precisa fazer escolhas difíceis. No trecho seguinte, a reportagem foca no cotidiano das famílias que vivem em zonas rurais ou periféricas, possuem uma quantidade significativa de filhos e apresentam como renda principal o benefício do Bolsa Família, programa do Governo Federal que consiste no pagamento de auxílio à famílias de baixa renda desde que os núcleos familiares sejam compostos por crianças que frequentam a escola e recebem acompanhamento médico periódico nos postos de saúde.

Até onde uma mãe suporta ver o filho com sede? A disputa diária por água produz imagens e relatos duros. – Eu estava com um copo na mão, aí ele mandou eu deixar de beber e dá para ele. Eu dei e fiquei com sede. Josefa Edilza da Silva, 19, conta, com o rosto lavado pelas lágrimas, o diálogo mínimo, quase gestual, travado com o filho. Na casa onde mora, no município de Jataúba, os adultos precisam abrir mão da água de beber e de tomar banho em favor das crianças. Não um episódio isolado, mas fato cotidiano. Dezenove bocas para matar a sede. Muitas mulheres, uma dezena de crianças, quase nenhum homem. Socorridos da fome pelo Bolsa Família, nem sempre sobram os 40 centavos para comprar o latão da “água boa”, aquele do chafariz “que dá para beber”. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

As simbólicas: água, sede, socorridos e Bolsa Família aparecem em destaque exaltando aquilo que Albuquerque Jr. (1999) denominou como sendo as visibilidades e dizibilidades de um espaço, ou seja, os elementos simbólicos utilizados, neste caso, pelo jornal, para produzir a imagem do em que se encontra o Agreste. No trecho em destaque, o texto recupera símbolos que aparecem nas reportagens jornalísticas especialmente durante o período em que a região vive a seca.

A água aparece de modo incisivo na série refletindo a substância milagrosa, líquido nutritivo, “ligado ao trajeto alimentar [...] da descida digestiva e do engolimento [...] conduzindo às fantasias da profundidade e aos arquétipos da intimidade”, Durand (2001, p. 256). O Bolsa Família é a arma do herói, ou melhor, a arma com a qual as famílias enfrentam as dificuldades e conseguem comprar alimentos e água de qualidade. A sede reflete a situação das trevas. Observamos que os dois últimos símbolos em destaque estão associados à constelação de imagens vinculadas ao regime diurno que aparece colocando a seca enquanto um fenômeno que castiga, ou seja, período negativo: o tempo da escuridão que assombra a região Agreste.

Para Durand (2001) a condição do regime diurno conduz a uma antítese de luta que, na reportagem, acontece entre a população e a seca, quando observado que a narrativa utilizada

pelo jornal expressa a ideia de que a seca é um monstro que deve ser combatido pela sociedade.

Refletindo o fenômeno, Santos (2017, p. 143) ensina que “a seca não é nenhum castigo nem maldição dos céus. Trata-se de um fator climático tão previsto quanto as quatro estações do ano”.

Na imagem a seguir, observamos o lado obscuro e angustiante do tempo presente na reportagem: o olhar da criança que condiz com a experiência dolorosa da infância de um menino que, mesmo com pouca idade, conhece de perto o medo, a dor e o castigo de não ter água para matar a sede, tal qual refletem os símbolos catamórficos ligados ao regime diurno do imaginário.

Imagem 5: Criança matando a sede



Fonte: JC online

Beber água é direito vital e ter água de qualidade é um indicador de desenvolvimento social e humano. Sem água, nenhum ser vivo conhecido sobrevive. “Água potável é um direito básico, um indicador da qualidade de vida humana” (MALVEZZI, 2001, p. 36), mas que se mostra inacessível à população principalmente durante o período natural de seca pelo qual passa a região.

Mais adiante, observamos o cenário retratado narrativamente pelo jornal onde o Agreste aparece como um lugar castigado pela seca. As palavras: carro-pipa, sofrer, humilhante e mendigar aparecem no texto retomando a situação pela qual passa a população pernambucana.

Mergulhar no Agreste seco e subjugado ao carro-pipa é se deparar com um regime de exceção, em que a escassez é ainda mais desigual com os que nada (ou quase nada) têm. São os que mais sofrem, porque já sofriam antes. É humilhante ter dinheiro para comprar água e nem assim ter onde encontrá-la. Com os reservatórios da região quase todos secos, é preciso buscá-la cada dia mais longe e a um custo cada vez mais alto. Mas é ainda mais humilhante ter que mendigar por ela. (JORNAL DO COMMERIO, 27/11/2016).

O sofrimento, a humilhação e o ato de mendicância é o reflexo da agonia que ronda o Agreste durante a seca, tempo caótico, desordenado. O carro-pipa – tão simbólico em tempos de seca – funciona como alternativa do governo para garantir o fornecimento de água ao povo, mas a sua eficácia aparece comprometida na fala dos próprios moradores. Podemos então pensar: o fornecimento de água pelo carro pipa no período seco é uma maneira eficaz de garantir água à população?

De acordo com Santos (2017, p. 159) “por muito tempo o carro-pipa foi mostrado como saída para a falta de água na região. Até hoje, os governos se beneficiam e fazem uso rotineiro de uma medida que deveria ser emergencial, como uma forma de combater a seca”. Observamos, pois, que essa alternativa, na prática, não garante autonomia às famílias, mas fortalece uma ação de dependência das pessoas frente ao seu respectivo governo que deveria trabalhar com a criação de “políticas de estocagem de água”, como pensa a autora, que ainda completa: “se a política do estoque de água de chuva fosse implementada e gerida para um uso criterioso e racional, quem vive nesse espaço não sentiria os efeitos da seca”, destaca.

Um ponto que chama atenção no trecho é a fala do motorista apontando as ações de má fé que ocorrem no processo de distribuição da água pelo carro-pipa, deixando à mostra a retomada de uma prática histórica conhecida no Nordeste: a “indústria da seca”. Ainda na concepção do motorista, a falta de água é reflexo da falta de justiça que prevalece na região.

O motorista Joseilson Alves de Melo diz que a completa dependência da população recrudescer na cidade uma antiga conhecida dos nordestinos: a indústria da seca. “É a velha humilhação por uma lata d’água. Se resolver o problema do abastecimento, o cidadão pobre e sofrido deixa de ser refém dos que têm o poder de escolher aonde o carro-pipa vai levar água”, critica. Para ele, a seca resiste, não por força da natureza, mas por vontade política (ou pela ausência dela). “No Nordeste, temos água. O que falta é justiça”. (JORNAL DO COMMERIO, 27/11/2016).

A dependência e o abastecimento são símbolos que caminham juntos durante a seca representando a população que fica à mercê daqueles que detêm o poder e que ao mesmo

tempo são responsáveis por garantir o acesso à água, ações entrecruzadas ao regime diurno do imaginário.

Observamos que os símbolos valorizados refletem a própria história das secas nordestinas, como mostramos no primeiro capítulo da dissertação. Ao passo em que a palavra simbólica aparece no texto revela o sentido simbólico nela vinculado. Por isso, assim como Durand, acreditamos que o símbolo encontra no tempo a força que o mantém vivo e em circulação na sociedade.

Na próxima imagem que compõe a reportagem, identificamos a luta de mulheres que equilibram na cabeça baldes com água, atividade que na perspectiva antropológica do imaginário é a busca pelo tempo positivo, pela substância milagrosa, o líquido que alimenta. Logo, vamos de encontro ao simbolismo que reflete a ação positiva diante do tempo negativo.

“Para reduzir a angústia, o desejo fundamental da imaginação humana se manifesta com o esquema ascensional, ou seja, com os símbolos de elevação e verticalidade. Remete ao imaginário de luta [...] despertando simbolismos representados pela luz, espada, flecha, gládio” Gomes (2013, p. 38), autora que observa nesta constelação a reconquista das valorizações negativas.

Por isso, os elementos que aparecem na imagem refletem a estrutura heroica do imaginário capaz de promover imagens de combate, de vitória sobre o destino e/ou a morte, neste caso, da população, das mulheres de pé, em marcha, suprimindo a falta de água na torneira de casa. A simbologia da luta e da força feminina é traduzida no suor aparente no corpo de cada mulher, que carrega o balde com força, determinação, equilíbrio e firmeza, tal como o guerreiro em combate.

Imagem 6: Mulheres carregando água



Fonte: JC online

Na sequência, observamos o modo como o texto dimensiona em números o cenário vivido pela população, fortalecendo os indícios dos efeitos trágicos que a seca causou no Agreste pernambucano. Podemos então refletir: foi a estiagem que afetou a população ou a falta de políticas voltadas a convivência com a seca? Na tentativa de avaliar a intensidade, os efeitos e a duração de uma seca para a outra, os moradores ainda resgatam na memória as características de secas anteriores em comparação com a vivida durante o período apresentando na reportagem.

Nos 2.400 quilômetros Agreste adentro percorridos pela reportagem, durante duas semanas na estrada, o desalento foi ponto de chegada e de partida. Na memória de moradores velhos e novos, seca já houve muitas. Nenhuma tão arrastada e inclemente quanto a de agora. Das 71 cidades da região, apenas duas não decretaram estado de emergência. A mancha dos municípios hoje em colapso (onde o abastecimento foi completamente interrompido) é praticamente toda no Agreste. São 28 cidades nas mãos do carro-pipa. Vinte e cinco só na região. Quando se soma a legião de moradores que vivem nos municípios em pré-colapso (com severo esquema de racionamento), a estiagem afeta quase um milhão de pessoas nesse pedaço do Estado. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

Chamamos atenção para a simbólica estiagem, ou seja, ausência de chuva, pouca presença de chuva, colocada em ação como tempo negativo e responsável pelo cenário calamitoso vivido por elevado número de pessoas no Agreste do estado de Pernambuco. A estiagem, neste ponto, reflete o aspecto angustiante da animalidade, do monstro que devora todos à sua frente, animal maléfico, perturbador, indomável, que gera movimentos incontroláveis entre à população.

Prosseguindo a análise, observamos no próximo trecho a dualidade que caracteriza o regime diurno do imaginário, isto é, a batalha do bem contra o mal, da vida contra a morte, etc.

Na jornada pelos caminhos do semiárido, fomos encontrar renascimento onde menos se esperava. Na área rural de Jataúba, uma das cidades mais castigadas pela estiagem, por pouco não presenciamos o nascimento de mais um cabrito na fazenda de seu Antônio João da Silva, 52. Lá também não tem água. Quando junta um balde, os bichos vão para cima como se fosse o último. Mas tem esperança. “É difícil o cabra ver uma coisinha dessa nascer e não acreditar que tudo vai melhorar. Tem como desprezar? Tem não. E olha como nasceu bonito, alvinho”, diz seu Antônio, ainda sem saber o nome que ia dar para o novo rebento. Num Agreste seco, que cheira à morte, esquecimento e humilhação, um sopro de vida será sempre um alento. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

No trecho em destaque, observamos a esperança diante do mal tempo, do Agreste que cheira à morte, esquecimento e humilhação, pois, na medida em que a estiagem persiste, a esperança se mantém viva, avança. A dualidade do regime diurno aparece justamente no confronto entre o sentimento positivo diante do tempo negativo, de caos, instalado na região.

Na sequência, identificamos como o jornal mostra a situação da Barragem de Jucazinho, importante reservatório que fica localizado no município de Surubim, a 118 km de distância da capital Recife, responsável pelo abastecimento de água em mais de 800 mil domicílios pernambucanos.

A estiagem abriu um enorme clarão onde antes era uma imensidão de água, um mar doce que irrigava as torneiras de 15 cidades do Agreste. Pela primeira vez, desde que o reservatório foi inaugurado, em 1998, na cidade de Surubim, tudo isso deixou de existir. Simplesmente secou. Andar no fundo esturricado da barragem chega a ser angustiante. As rachaduras no solo, sempre tão icônicas da seca, ganham aqui uma textura diferente. Parecem pequenos cânions de tão profundas[...]O colapso total de Jucazinho, em setembro deste ano, deixou sem abastecimento 800 mil pessoas. O baque não foi de uma vez. Com a estiagem prolongada, o reservatório foi baixando até chegar ao volume morto em novembro do ano passado. Duzentas mil pessoas ainda ficaram dependendo da água que sobrou na barragem. A reserva só durou 10 meses. (JORNAL DO COMMERCIÓ, 27/11/2016).

Os símbolos da seca aparecem no texto do jornal, desta vez, por meio de palavras como: baque, reservatório e barragem. As duas últimas figuras representam elementos importantes de acesso à água, mas, com a seca, o que seria a redenção, virou um espaço angustiante, condizente a situação de trevas emanada pelo regime diurno da imagem. Estes símbolos atualizam a dramaticidade do período presentificando na imaginação do leitor os cenários calamitosos da seca em áreas nordestinas.

Imagem 7: Barragem de Jucazinho



Fonte: JC online

Na imagem identificamos a ação dual dos regimes diurno e noturno: a morte representada pelo chão rachado e a vida presente na água que sobrou na barragem de Jucazinho

A imagem da rachadura no solo tornou-se tão presente no imaginário da sociedade que o próprio jornal a enxerga como uma imagem icônica da seca. Por isso, pensando num viés antropológico, compreendemos que a figura do chão rachado funciona como um signo que de tão presentificado e supervalorizado criou um sentido simbólico.

Nesta dinâmica de atualização das imagens que caracterizam a seca, Santos (2017) lembra que o chavão não é somente textual, mas também imagético. Por isso, de tão retomada no período de estiagem, as rachaduras no solo, em especial, funcionam como exemplo, pois, na medida em que aparece no conteúdo verbal ou não verbal do campo jornalístico, automaticamente é atualizado no imaginário do leitor, pois, como diz Durand (1988, p. 15-16) “a metade visível do símbolo, o significante, estará sempre carregada do máximo de concretude”, ou seja, daquilo que significa e que se enraizou simbolicamente na mente do *homo symbolicus*, indivíduo que participa do processo de formação das imagens.

Em contrapartida, temos a água, que mesmo suja, esverdeada, serve como alternativa para muitos moradores. Além de funcionar como lugar de repouso e quietude onde descansa a garça.

4.2.2 Jeans sem água

Na segunda reportagem somos guiados para o cenário do desemprego, queda nas produções e alternativas de fuga dos empresários em cidades como Toritama, Vertentes, Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe, frente à seca que assombrou o polo de confecções do Agreste, um dos principais motores que fortalece e faz girar a economia do estado de Pernambuco. Abaixo, observamos, por exemplo, o impacto que a crise hídrica provocou, segundo o jornal, na produção de jeans.

As lavanderias são o coração do polo têxtil do Agreste. A água, a matéria-prima que bombeia e faz esse coração pulsar. Uma não existe sem a outra. Sem água não há lavagem do jeans e sem jeans sai de cena o carro-chefe que movimenta uma das principais economias da região. A crise hídrica, provocada por cinco anos consecutivos de seca, jogou o polo num cenário devastador de demissões, queda nas vendas e fechamento de lavanderias e fabricos. O colapso total da Barragem de Jucazinho, que alimentava as torneiras das cidades produtoras de confecção, foi o golpe derradeiro. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

Identificamos que a crise hídrica norteia o trecho em destaque e aparece em conjunto com a seca como reflexo do tempo impiedoso, cruel, da queda. “A terceira grande epifania imaginária da angústia humana, diante da temporalidade, parece-nos residir nas imagens dinâmicas da queda” (DURAND, 2001, p. 112) em conformidade com observado no cenário de demissões, declínio das vendas e fechamento das lavanderias e fábricas de jeans em cidades do Agreste.

Segundo a avaliação de Carvalho (2013, p. 57) “a questão climática/hídrica está no cerne dos caminhos do desenvolvimento do semiárido”, por isso entendemos a importância que o tema assume quando aparece nos debates atuais, não somente no Brasil, mas no mundo.

A crise hídrica, em especial, é alvo de importantes discussões e pesquisas realizadas por diversas entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agência Nacional das Águas (ANA). Em estudo recente, o último Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos²⁵ intitulado “Não deixar ninguém para trás” aponta os sinais de exclusão e investiga diferentes maneiras de superar as desigualdades de acesso à água no mundo.

Segundo dados do relatório, cerca de 2 bilhões de pessoas residem em países que experimentam estresse hídrico, e o Brasil, por exemplo, aparece com o percentual de 0-10% que indica o patamar mínimo da escassez hídrica revelando o aumento do consumo e os possíveis conflitos entre os usuários em busca de acesso à água. Além disso, o documento revela que “as áreas secas tenderão a se tornar ainda mais secas, e as áreas úmidas, mais úmidas, pois é provável que a mudança climática aumente o estresse hídrico nas áreas que já são as mais afetadas”.

Para Santos (2017, p. 164) é necessário debater as diversas alternativas em se tratando de recursos hídricos. “Nem as adutoras, nem a integração do Rio São Francisco são a única solução. É preciso uma melhor gestão das águas quanto à sua finalidade e possibilidade de reutilização, objetivando a eficiência no uso dos recursos hídricos existentes” [no planeta].

Como reflexo do cenário de crise e instabilidade hídrica, imposto, segundo a reportagem, por causa da seca, a baixa na produção, o fechamento de lavanderias e fábricas, e a onda de demissões criou um cenário assombroso no polo de confecções da região: a angústia das portas fechadas, falta de oportunidade, que leva a instabilidade, tristeza, inquietude do povo.

²⁵ Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. **Unesco**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367276_por?posInSet=2&queryId=fa5e9bfb-2f91-44ad-8dab-065598a7cadf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Imagem 8: Fechamento de lavanderia



Fonte: JC Online

A possibilidade de demissão gerou aflição na vida de muitos trabalhadores, a exemplo, Anderson Pereira dos Santos, funcionário de uma lavanderia localizada no município de Vertentes. O sentimento vivido pelo homem diz respeito ao temor e o medo, bastante forte no regime diurno do imaginário porque expressa o formigamento, a face do tempo inquietante.

Anderson Pereira dos Santos é um sobrevivente. Resistiu, heroicamente, a uma onda de demissões que atingiu todos que trabalhavam no seu setor. Só sobrou ele. Ficar não lhe trouxe tranquilidade [...] O medo de Anderson é chegar pela manhã e receber o aviso: “Não precisa mais voltar”. Um temor que não é só dele. Por causa da falta d’água, a lavanderia corre o risco de fechar as portas, até o fim do ano. E colocar na rua, de uma tacada só, 40 funcionários. Em todo o polo de confecções, 20% dos empregos formais já deixaram de existir. (JORNAL DO COMMERCI0, 27/11/2016).

Na perspectiva antropológica do imaginário, como sobreviver diante de um tempo angustiante? Para Durand há três modos: pegar as armas e destruir o monstro, construir um espaço harmonioso e criar uma visão cíclica do tempo, isto é, a busca pelo tempo positivo diante da face negativa. “Aos shémes²⁶, aos arquétipos²⁷, aos símbolos valorizados negativamente e aos semblantes imaginários do tempo, poder-se-ia opor, ponto a ponto, o simbolismo simétrico da fuga diante do tempo ou da vitória sobre o destino e sobre a morte”, Pitta (2017, p. 29). Mais à frente observaremos as armas com as quais os empresários lutam e enfrentam o tempo negativo.

²⁶ Schéme: é anterior à imagem, corresponde a uma tendência geral dos gestos, leva em conta as emoções e as afeições. Ele faz a junção entre os gestos inconscientes e as representações. Pitta (2017, p. 22).

²⁷ Arquétipo: é a representação dos shémes. Imagem primeira de caráter coletivo e inato; é o estado preliminar, zona onde nasce a ideia. Pitta (2017, p. 22-23).

O presidente do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco, Fred Maia, diz que as projeções de queda para o setor estão relacionadas diretamente à seca. “Em 2015, a gente produziu em torno de 720 milhões de peças. Este ano, com o agravamento da crise hídrica, a expectativa é de uma redução de 20 milhões de peças. Isso representa 13% do consumo do Brasil, o que significa um impacto grande”, destaca. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

A queda é um símbolo que acompanha o homem desde muito cedo, como, por exemplo, quando o bebê muda de posição para endireitar-se ainda dentro da barriga da mãe ou até mesmo o movimento que a parteira executa na hora do nascimento da criança. Para além da ocasião, Durand (2001, p. 112) explica que “a queda estaria assim do lado do tempo vivido. São as primeiras mudanças desniveladas e rápidas que suscitam e fortificam o engrama da vertigem”.

No cotidiano da seca vivido pelos empresários, a queda se mostra certa na produção de peças de jeans, que continuamente são confeccionadas na região, reflexo do regime diurno da imagem, que provoca “as regressões psíquicas, frequentemente acompanhadas de imagens brutais, da queda valorizada negativamente como pesadelo que leva muitas vezes a visão de cenas infernais” (DURAND, 2001, p. 112) conforme o ambiente de caos instalado no Agreste.

O trabalho funciona como meio de sobrevivência. Na imagem, observamos o guerreiro e a manifestação da arma do herói. Para Durand, o homem precisa ir à luta, enfrentar as dificuldades, ir ao combate, por isso, neste contexto, o emprego na fábrica se configura como a arma do guerreiro, conforme estabelecem os símbolos diaréticos ligados ao regime diurno da imagem, que refletem a existência do povo que vai em frente e luta heroicamente.

Imagem 9: A força do trabalho



Fonte: JC Online

Para garantir a eficiência do trabalho e fugir da dependência do carro-pipa, alguns empreendimentos buscaram uma saída inteligente e ao mesmo tempo estratégica, com custo financeiro mais acessível que pudesse dar conta do alto consumo de água que um centro atacadista gasta em cada feira. Nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama a perfuração de poços e a construção de cisternas foram as alternativas encontradas pelos empresários para adaptarem as empresas ao cotidiano da seca, como observamos no trecho.

Há quatro anos, quando as previsões já apontavam para um cenário de seca prolongada, o Moda Center Santa Cruz resolveu se planejar e fazer investimentos. Construiu uma cisterna com capacidade para 300 mil litros e perfurou poços. A estratégia adotada pelo maior centro atacadista do Brasil, com mais de 10 mil pontos comerciais, entre boxes e lojas, mostrou-se certa. E está fazendo escola. Em Toritama, o Parque da Feira segue o mesmo caminho. Um reservatório com capacidade para 700 mil litros está sendo construído no subsolo do estacionamento do empreendimento. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

O poço compreende o arsenal simbólico da luta, da transcendência em busca do tempo positivo. Por outro lado, “as cisternas são inovadoras e abrem o campo para uma imensa revolução na convivência com [a seca] no semiárido brasileiro”, destaca Malvezzi (2001, p. 32). Nessa perspectiva podemos refletir sobre a importância que as tecnologias assumem no processo de adaptação da população ao ambiente e as características do lugar em que vivem.

“Armazenar água é uma aprendizagem cultural, uma revolução nos costumes que aponta para um novo comportamento em relação à natureza da população. É sair da fatalidade para a prevenção e antecipação, para um aproveitamento mais racional dos potenciais da natureza” (MALVEZZI, 2001, p. 32) em prol da possibilidade de convivência com a realidade do ambiente, como acontece no planejamento realizado em empreendimentos do Agreste de Pernambuco.

O reaproveitamento da água tem sido a salvação para muitas lavanderias do Agreste não fecharem as portas. Como é preciso fazer um investimento em infraestrutura, nem todas tiveram fôlego para isso. Mas quem apostou no reuso está ganhando sobrevida. Para o presidente do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco, Fred Maia, se não fosse o sistema de reciclagem da água a situação de desemprego no setor e de fechamento de lavanderias seria ainda mais grave. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/ 2016).

O reaproveitamento da água é o ato de salvação, da busca pela sobrevida, condizente com o simbolismo simétrico da fuga diante do tempo ou da vitória sobre o destino e a morte

[...], pois para Durand (2001, p. 123) “imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens da luz”. A luminosidade, neste sentido, ocorre pela brecha que se abre com as novas possibilidades geradas pela aposta inteligente no reuso de água.

Identificamos que a arma do herói é um instrumento presente na reportagem porque evidencia a simbologia da luta, da batalha, da busca pelo bom tempo, da vida sobre a morte. E a população aparece como povo guerreiro, que lança suas estratégias em prol da sobrevivência.

4.2.3 Bicho seco

A terceira reportagem apresenta o impacto da seca nas áreas da agricultura, produção leiteira e avicultura, existentes em cidades como Cachoeirinha, São Bento do Uma e Venturosa, setores estratégicos para o aumento da economia do estado de Pernambuco. Durante o período trazido na reportagem, a morte dos animais ocorreu em grande escala, afetando a produtividade.

A morte assombra a bacia leiteira de Pernambuco. Em 2012, primeiro ano de seca prolongada no Estado, o gado foi dizimado. A praga da cochonilha de carmim²⁸ destruiu a palma²⁹ e deixou o rebanho com fome. Duzentas e cinquenta mil cabeças de gado morreram, espalhadas em cemitérios a céu aberto. Em 2016, a morte tem outra face. O gado, que antes padecia de fome, agora sofre de sede. E perde produtividade. A produção do leite despencou, obrigando pecuaristas a se desfazer do gado. A luta é para manter o bicho vivo. Sem água, tem sido difícil. (JORNAL DO COMMERCIÓ, 27/11/2016).

A morte é símbolo que remete ao sentimento de perda, o vazio, a solidão humana. “A idéia da morte nos remete a atitudes como o medo e a não aceitação [...] Assim, uma das principais funções da imaginação simbólica está em elaborar outra dinâmica, eufemizando e reelaborando novas concepções para a morte e para o existir” (PASKOALI, 2008, p. 255),

²⁸ De acordo com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (Adagro) a cochonilha do Carmim, *Dactylopius opuntiae*, é um inseto que se alimenta da seiva das plantas e introduz vírus ou toxinas que deixam a planta amarela e murcha. Somente em Pernambuco, há registro da praga em pelo menos 39 municípios, conforme dados colhidos pela agência.

²⁹ Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a palma forrageira constitui parte da base alimentar dos rebanhos de zonas áridas e semiáridas. Suas principais características são a alta palatabilidade, a produção de biomassa e resistência ao período seco.

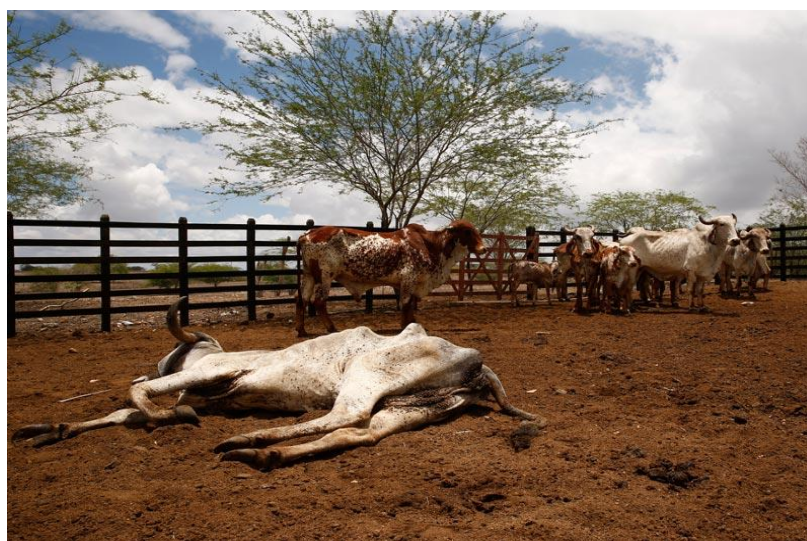
como acontece na batalha travada pelos pecuaristas para manter o gado vivo no Agreste, seja por meio da busca por alguma saída ou a fuga diante do tempo negativo.

Para fugir da fome e da sede, muitos produtores resolveram levar o rebanho para a Mata Sul de Pernambuco, onde a oferta de água é mais abundante. Era para ser solução. Virou armadilha. A diferença extrema de clima (seco no Agreste e úmido na Mata) deixou o gado exposto a doenças, como a verminose, e ao ataque de carrapatos. A saída foi trazer os bichos de volta. No retorno, a morte continuava à espreita. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

Mesmo diante das alternativas criadas pelo produtor rural, a fome, a morte e a sede aparecem na reportagem como símbolos que resistem durante a seca no Agreste. É a temporada de imagens infernais a qual se refere Durand (2001), aquela que sentencia o período negativo, das trevas, escuridão, as experiências dolorosas vividas pelo homem. É a simbologia que não fica de fora das reportagens jornalísticas durante a época. Na perspectiva antropológica do imaginário, “a morte [...] é o símbolo da queda” (DURAND, 2001, p. 115), tal como as consequências trazidas junto com ela, como, por exemplo, a preocupação do produtor, a baixa produtividade e a queda no lucro,

Abaixo a imagem da vaca caída, coberta por carrapatos, e já em seus últimos dias de vida, em um sítio localizado no município de Cachoeirinha. O dono no animal, na época do registro, já tinha perdido outras três vacas da mesma espécie logo após a chegada da Zona da Mata, lugar onde muitos produtores buscaram água e abrigo para evitar a morte do rebanho.

Imagem 10: Vaca caída no município de Cachoeirinha



Fonte: JC Online

Os números traduzem o cenário da queda vivida no Agreste, acionando a imaginação do leitor para a realidade trazida pela seca. Imagine não ter água e insumo suficiente para alimentar o rebanho. A pior seca registrada nos últimos, segundo o jornal, tem imposto provações que nem a fé da população é suficiente para modificar a situação vivida na região.

Como manter o gado de pé e produtivo sem água e insumos para alimentá-lo? A situação é dramática. Em cinco anos de seca consecutiva, a produtividade chegou a cair em torno de 45%. Em 2011, o rebanho do Estado produzia 2,5 milhões de litros de leite por dia. Hoje essa produção é de 1,4 milhão de litros de leite/dia. A perda está relacionada a dois fatores diretos. Primeiro, à redução do próprio rebanho. Depois, a dificuldade de alimentar o gado com uma ração de qualidade. (JORNAL DO COMMERCCIO, 27/11/2016).

Durand (2001, p. 113-114) avalia que “a queda resume e condensa os aspectos temíveis do tempo, dá-nos a conhecer o tempo que fulmina”, ou seja, a temporalidade que mata, destrói, aniquila e derruba. É o tempo catastrófico do imaginário que neste caso se manifesta por meio da morte. O autor diz ainda que o tema da queda aparece em algumas culturas como “o signo da punição”, o que nos faz pensar que a seca e as consequências trazidas por ela é um tipo de castigo.

A imagem do bicho morto e seco é um exemplo do símbolo da queda que atravessa o tempo e se aninha nas reportagens jornalísticas durante essa época, como é o caso de *Agreste Seco*. Podemos dizer que é a manifestação do regime diurno da imagem, desvelando a face do tempo caótico, da perda, do regresso, da valorização dos símbolos que imprimem tristeza, angústia e dor. O leitor, neste caso, é guiado, teletransportado pelos fios da imaginação a pensar a cena, a sentir tristeza, compaixão e dor.

Imagem 11: Bicho morto e seco na estrada



Fonte: JC Online

Na observação de Santos (2017, p. 161) “o que vemos em qualquer cobertura jornalística sobre a seca são muitas vacas moribundas, mortas ou suas carcaças. Verdadeiras assombrações fantasmagóricas que rondam as matérias” produzidas pela mídia. Ainda segundo a autora, “as reportagens não [...] as histórias de sucesso de famílias com suas criações de ovelhas e cabras, que não só ficaram vivas, mas se mantiveram produtivas mesmo durante a estiagem”.

A estiagem aparece mais uma vez como o símbolo negativo, que domina o tempo angustiante. Na visão de Santos (2017, p. 156- 157) “o fenômeno climático, que é natural, sempre foi considerado o culpado pela injustiça social nesses territórios”. Por isso, podemos pensar se o problema é a estiagem ou a falta de políticas públicas que levem em consideração a dinâmica do lugar, pois, “apesar das chuvas e das grandes secas serem previsíveis, a mídia e os governos ainda se surpreendem com a estiagem e com a seca alongada”, leva à reflexão a autora, que entende a realidade climática como uma questão de convivência e não de combate.

O tamanho hoje do rebanho pernambucano, após cinco anos de estiagem, é de 1,9 milhão de cabeças de gado. Bem distante dos 2,5 milhões de animais que existiam em 2011. Recuperar esses números parece ser uma realidade ainda improvável. Com a permanência da estiagem, a perspectiva é de mais perdas. (JORNAL DO COMMERCIÓ, 27/11/2016).

Parte-se do pressuposto de que nesta localidade as chuvas são mal distribuídas porque “a região sofre a influência de várias massas de ar que adentram o interior do Nordeste com pouca energia, tornando extremamente variáveis não apenas os volumes das precipitações caídas, mas, principalmente, os intervalos entre as chuvas”, explica João Suassuna, engenheiro agrônomo e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Por isso, entende-se que o índice de chuva na região é menor, e a pequena profundidade do solo acabam gerando um desafio maior na vida da população.

Para a construção de olhares atentos à questão acreditamos na necessidade de uma comunicação educativa, ou seja, de uma mídia jornalística comprometida, preocupada e disposta a produzir conteúdo emancipatório, ou seja, com tratamento pedagógico sobre o assunto, com informação que oriente, problematize, vá além do óbvio, amplie a visão da sociedade e que esteja desprendida do simbolismo retomado e apresentado continuamente nas produções.

Observamos que durante o período apresentado na reportagem, o produtor rural somou prejuízos porque não tinha água e nem comida suficiente para alimentar o gado, além disso, precisou lidar com diversas doenças e pragas, entre elas, a *cochonilha do carmim*, importada do Sertão, que devastou a produção da palma forrageira, principal fonte de alimento dos animais durante o período seco.

Imagem 12: Plantação de palma no Agreste



Fonte: JC Online

Na imagem acima observamos a palma, planta valiosa na região, que representa o trajeto alimentar, do engolimento. É o alimento animal de que fala Durand (2001). Segundo a Embrapa (2015, p. 9) “no semiárido brasileiro a palma forrageira é cultivada em larga escala e usada ao longo do ano, constituindo-se num componente fundamental para a sustentabilidade de importantes bacias leiteiras do Nordeste”. Na reportagem, observamos que a planta foi alvo do ataque da praga, dificultando a vida do produtor rural que amargou prejuízos maiores nesse período. As perdas, inclusive, mostraram-se as consequências mais graves.

O avô, o pai, várias gerações da família de Denildo Souza dos Santos cresceram e se criaram cuidando de gado e produzindo leite, no município de São Bento do Una. Após acumular dívidas e ver a produtividade do rebanho cair, o produtor desistiu de continuar no ramo. Vendeu as vacas, bezerros e agora tenta a sorte transportando e vendendo água. “Não aguentei mais a seca. Melhor se desfazer do gado do que viver nessa luta sem fim. A ração cara, a água difícil de achar. Era isso ou ver os bichos morrendo na minha porta. Não suportei mais”, desabafa. (JORNAL DO COMERCIO, 27/11/2016).

A dificuldade mais uma vez ganha notoriedade na reportagem, bem como a luta travada pelas famílias em busca do tempo positivo diante seca, colocada imaginariamente como tempo negativo. Santos (2017, p. 161) preocupada com a educação e orientação dos trabalhadores rurais alerta para uma realidade histórica: não é economicamente viável criar bovino no semiárido. “Em vez de manter uma vaga ou um boi, é mais apropriado ter até oito cabras. Muitas famílias já aprenderam que o bode e a ovelha são mais adaptados a esses territórios, tanto que 90% dos caprinos do Brasil estão no semiárido, mas ainda há os que insistem no bovino”.

Em Venturosa, o produtor Romildo Albuquerque Bezerra, cuja família também tem larga tradição em leite e queijo, diz que a conta não fecha [...] O produtor acredita que criar gado no Agreste seco tem sido um ato de bravura. “O nordestino é um guerreiro. Sair da situação que enfrentamos em 2012 e chegar aonde estamos hoje... Somos todos heróis. Agora é preocupante. Se não chover, acredito que o nosso rebanho não vai sobreviver”, afirma. O maior receio do produtor é de que 2017 seja mais um ano de estiagem severa. Será uma nova sentença de morte para o gado pernambucano. O rebanho que escapou da fome pode não escapar da sede. (JORNAL DO COMMERCCIO, 27/11/2016).

A estiagem é colocada simbolicamente como a sentença do tempo ruim, cruel, impiedoso, causadora da morte, fome, sede, insônia, do desassossego das famílias, dos produtores rurais, dos criadores de aves, fenômeno que ao chegar coloca em risco a produção e os postos de emprego, fazendo resplandecer a atitude desordenada, da agitação, reflexo do regime diurno.

A estiagem prolongada tem tirado, na mesma intensidade, o sono e o sossego de produtores de leite e avicultores do Agreste. A região responde por metade da produção de ovos e frangos para abate vendidos em Pernambuco. Divide o posto com a Mata Norte, responsável pelos outros 50% da produção estadual. Um mercado que foi duramente atingido nesses cinco anos consecutivos de seca. Em São Bento do Una, um dos principais municípios produtores de ovos e frangos, já há avicultores desistindo da atividade. É uma questão de sobrevivência. Sem água, eles não conseguem produzir. A Associação dos Avicultores de Pernambuco (Avipe) avalia que a crise hídrica é a mais grave da história do setor. E coloca em risco 50 mil empregos diretos na região. (JORNAL DO COMEMRCIO, 27/11/2016).

Durante o período da seca, a batalha travada no Agreste é pela sobrevivência, símbolo referente ao regime diurno da imagem “que suscita ações e temas de luta e fuga diante do tempo ou da vitória sobre o destino e a morte” (GOMES, 2013, p. 38), como é o caso do movimento e da atitude de desistência da profissão tomada por alguns trabalhadores frente às

questões impostas pelas condições climáticas e as suas consequências que suscitam tomadas de decisão.

Ao mergulhar na profundidade do pensamento durandiano (2001, p. 123), compreendemos que “imaginar o tempo sob uma face tenebrosa é já submetê-lo a uma possibilidade de exorcismo pelas imagens da luz. A imaginação atrai o tempo ao terreno onde poderá vencê-lo com toda a facilidade”. Desse modo, entendemos que a atitude dos produtores pernambucanos significa a busca pela modificação, transformação do cenário instável, desordenado e caótico, da dificuldade, para o tempo de afirmação, positividade, redenção e glória.

Imagem 13: A preocupação do criador de aves



Fonte: JC Online

A queda mais uma vez aparece e se mostra presente no semblante do criador de aves. Durand (2001, p. 123) completa dizendo metaforicamente que “enquanto [a imaginação] projeta a hipérbole assustadora dos monstros da morte, afia em segredo as armas que abaterão o dragão”, isto é, as armas que combaterão o tempo monstruoso representado pela seca que atinge a região impactando setores como o da avicultura. Para a antropologia do imaginário, “as armas do herói são símbolos de poder e pureza, pois, todo o combate é espiritualizado (existência de sociedades guerreiras), esclarece Pitta (2017, p. 31).

Segundo a autora, o arsenal simbólico compreende a espada, o fogo, a tocha, a água e o ar, os detergentes que tem por função cortar, purificar, limpar, salvar, separar etc., mas no contexto da seca, as armas se apresentam por meio das estratégias utilizadas pelos produtores e criadores rurais para driblar as dificuldades impostas pela escassez de chuva na região.

4.2.4 Onde mora a esperança

A esperança é a arma do guerreiro, o sentimento que lança a visão do homem para o futuro. Para o tempo de bonança, prosperidade, progresso, quietude, descanso, gozo, plenitude, reflexo do regime diurno do imaginário que emite a ideia de que as ocasiões tenebrosas da vida precisam ser vencidas na luta do povo em busca do tempo afirmativo, da glória e salvação.

O sentimento esperançoso aparece ligado ainda à constelação de símbolos ascensionais, “o esquema ascensional, o arquétipo da luz uraniana” (DURAND, 2011, p. 123) que exprime a elevação como umas das atividades que o homem exerce para atingir o estado de profunda graça.

Para Durand (2001, p. 127-128) os símbolos rituais, como é o caso da esperança da população pernambucana, funcionam como “meios para atingir o céu”, como “um tipo de escada levantada contra o tempo e a morte”, “do desejo de evasão para o lugar hiper ou supraceleste”, ou de modo simplificado, o sentimento esperançoso significa “uma viagem em si”.

Na quarta e última reportagem da série nos aproximamos daquilo que seria a esperança, a redenção para a população nordestina: as inúmeras obras – interrompidas ou em andamento – propostas pelo governo estadual e federal para minimizar os impactos da escassez de chuva a nível local e regional. É a busca pela sobreposição da estação maléfica, prejudicial, derrotista.

São cinco anos de flagelo sem trégua. Uma calamidade que poderia ter sido evitada. Em 21 de abril de 2012, o Jornal do Commercio estampava na manchete: “À espera de dias mais secos”. Lá atrás, já se sabia: seria difícil. “Situação pode ficar pior que a de 1983 e 1984”, diziam as autoridades. O temor da “estiagem mais grave dos últimos anos” se concretizou. Materializou-se para uma nação inteira em forma de humilhação, mendicância, desemprego, queda na produção, fechamento de fábricas, morte e desesperança. Mais uma vez, as obras estruturadoras, tão alardeadas por sucessivos governos, ficaram pelo caminho. Incompletas. Apesar dos milhões de reais já investidos. Em seu lugar, a urgência imposta pelo sofrimento. A pressa para remediar o que já deveria ter tido solução. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

Pensando simbolicamente, as obras estruturadoras funcionam como maneiras para conter o “mostro” da seca e, conseqüentemente, os dias difíceis de humilhação, mendicância, queda na produção, fechamento de fábricas, morte, desemprego, sofrimento e desesperança, fragmentos simbólicos que ecoam repetidamente na reportagem como aspectos que materializam o período da estiagem. A apresentação habitual de determinados elementos causam na concepção de Hall (1993, p. 229) duas grandes conseqüências: 1) a ampliação e o reforço de uma imagem e 2) uma impressão de repetição eterna, de movimento estático, anacrônico, sem mudança.

Em conformidade com o pensamento do autor, Albuquerque Jr (2011) fala em recorte espacial, ou seja, sobre as diversas formas de linguagem que delimitam e mobilizam características pré-definidas, atributos, símbolos, narrativas, arquétipos e outros na atividade de descrição de elementos e espaços. Essa ação gera a absorção e a fixação singular do que está apresentado, como é o caso da abordagem da temática seca pelo Jornal do Commercio.

Diante da reflexão, Hall (1993, p. 227) lembra que no universo dos meios de comunicação, como o jornalismo, por exemplo, um acontecimento só faz sentido quando é colocado “num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”, ou seja, dentro daquilo que faz parte do “mapa cultural do mundo social”, do imaginado, neste caso, pelo público do jornal. Quando pensamos a seca, automaticamente lembramos-nos das obras prometidas pelos sucessivos governos, como é o caso da Transposição do Rio São Francisco, tão representativa no Nordeste e conhecida também como a maior obra hídrica da América Latina (Sarmiento, 2018).

Os números falam por si. Em 2013, a Adutora do Agreste recebeu do governo federal, num intervalo de apenas seis meses, R\$ 250 milhões. O cenário não poderia ser mais otimista. A obra iria operar o milagre de levar a sonhada água da Transposição do Rio São Francisco para as torneiras dos moradores do Agreste. Seria a redenção. Seria, se os repasses tivessem continuado. Pelo contrário. Foram interrompidos. Menos da metade do serviço foi concluído e os recursos, ao longo desses três anos, praticamente são os mesmos liberados naqueles seis meses de vacas gordas. Com o dinheiro a conta-gotas, a Adutora do Agreste, que já deveria ter ficado pronta, ainda se arrasta. E o Estado corre agora para remediar e fazer valer os R\$ 570 milhões já investidos na obra bilionária. (JORNAL DO COMMERCIO, 21/11/2016).

O projeto da Transposição³⁰ das águas do Rio São Francisco configura-se como um marco não somente simbólico, mas histórico. Em 1847, um bacharel chamado Marcos Antônio de Macedo pregava uma ideia considerada lunática por alguns, mas estupenda para outros: “pretendia transferir uma parte das águas do Velho Chico para o leito de diversos outros rios, de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte” (SANTOS, 1984, p. 111) ação que em sua concepção significaria a “redenção nordestina”. A atitude, na época, nasceu frente ao cenário calamitoso vivido durante o período de seca, que fazia surgir cenas assustadoras.

A ideia manteve-se viva, e, a todo o momento, pensada e transposta em sucessivos governos. A Transposição aparece no trecho em destaque como obra simbólica que reflete a redenção, a reconquista do tempo positivo para o povo do Agreste, condizente com a criação do espaço harmonioso, de renascimento e vitória, como imagina Durand (2001).

Segundo o Ministério da Integração Nacional³¹ “o Projeto de Integração do Rio São Francisco é uma prioridade do Governo Federal”. Entretanto, na época da realização da reportagem, a principal obra que garantiria água para a população estava em andamento, além de que os serviços complementares estavam interrompidos por falta de verba. Enquanto isso permanecia viva a expectativa e o sentimento de esperança da população por dias melhores.

Imagem 14: Serviço de tubulação



Fonte: JC Online

³⁰ Transposição é solução de engenharia empregada em várias partes do mundo [...] a transferência tem como regra a derivação de água de uma bacia, onde o precioso líquido é mais abundante, para outra, onde há problemas de disponibilidades insuficientes. Sarmento (2018, p. 26).

³¹ Projeto de Integração do Rio São Francisco. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: < <https://www.cidades.gov.br/seguranca-hidrica/projeto-rio-sao-francisco> >. Acesso em: 6 jan. 2020.

Na imagem, observamos o serviço de tubulação construído pelo Governo Estadual como continuidade das obras da Adutora do Agreste, no município de Belo Jardim. Com o serviço pronto, a região passaria a receber água da Transposição do Rio São Francisco, logo que o Eixo Leste do projeto ficasse concluído no ano de 2017. Ao todo, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o serviço atenderia “cerca de 4,5 milhões de pessoas em 168 municípios que sofrem com a seca prolongada nos estados de Pernambuco e da Paraíba”, ficando tanto o tratamento quanto a distribuição a cargo dos estados.

Com as obras interrompidas por falta de recurso do Governo Federal, intermediada pela crise financeira, o Estado mais uma vez entrou em ação e precisou criar estratégias emergenciais para o enfrentamento da situação e atender as necessidades da população no Agreste de Pernambuco, buscando apoio nas mais diversas áreas.

Com os cofres públicos esvaziados pela crise financeira, o governo do Estado correu atrás de outras fontes de financiamento para bancar as ações hídricas emergenciais. No caso da Adutora do Pirangi, o dinheiro é empréstimo do Banco Mundial. São R\$ 60 milhões, para um conjunto de intervenções que vão além da captação do rio. A adutora sai de Catende e percorre 27 quilômetros até chegar em Bonito, na Barragem do Prata. A previsão é de que, em fevereiro do próximo ano, as torneiras de cidades como Agrestina, Toritama, Santa Cruz e Caruaru já estejam sendo socorridas pelas águas do Pirangi. (JORNAL DO COMMERCIÓ, 27/11/2016).

No trecho constatamos a presença do governo enquanto símbolo que denota a estrutura heroica do imaginário, isto é, a figura do chefe, de pé, em movimento, na batalha, ícone do comando, força superior que detém o poder de mudar a situação de trevas. Para Durand (2001, p. 126-127) “é portanto natural que esses esquemas axiomáticos da verticalização sensibilizem e valorizem positivamente todas as representações da verticalidade, da ascensão à elevação”.

A ação aparece manifesta na postura adotada pelo governo com a finalidade de combater a falta de água, pois, como diz o autor “talvez a noção de verticalidade como eixo estável das coisas esteja em relação com a postura ereta do homem, cuja aprendizagem lhe custa tanto”.

Desta forma, à população, cabia esperar a tomada de decisão das autoridades, como exemplifica a imagem abaixo.

Imagem 15: Na esperança por dias melhores



Fonte: JC Online

Enquanto o governo, chefe do povo, “soberano monarca”, “chefe político”, a “cabeça” que guia (DURAND, 2001, p. 140) entra em ação, as famílias aguardam dias melhores. No cotidiano da seca, a esperança é o sentimento que move a vida da população que vê nas obras a mudança do tempo.

É aqui que entra em cena o Sistema Adutor do Moxotó, obra considerada prioritária pelo governo do Estado e que vai colocar em operação, de forma mais rápida, um trecho da Adutora do Agreste que deveria ser alimentado pelo ramal [do Agreste]. Serão 67 quilômetros de adutora que vão abastecer Arcoverde, no Sertão, e mais seis cidades do Agreste: Pesqueira, Alagoinha, Sanharó, Belo Jardim, Tacaimbó e São Bento do Una. A previsão é de que a execução seja concluída em 2017. Mas para que a água, de fato, chegue às torneiras, é preciso que o governo federal conclua o trecho da transposição que vai até Sertânia. “Vamos tentar conciliar o nosso cronograma de execução com o da transposição para que não haja um descompasso entre as ações”, afirma o presidente da Compesa, Roberto Tavares. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

A figura do governo denota ainda a concepção simbólica do guerreiro, monarca, rei. Para Durand (2001, p. 140) “o monarca é então o mago inspirado, com prerrogativas ascensionais, soberano jurista e ordenador monárquico do grupo, e acrescentaremos que não se podem separar dessas duas funções os atributos executivos e guerreiros”, atitudes manifestadas pelos Governos Estadual e Federal em busca de medidas para mudar a realidade da seca na região Agreste.

A segurança hídrica que o Agreste hoje tanto carece chegou primeiro no Sertão, e fez toda a diferença. A região não depende mais de água acumulada em barragens. É abastecida por sistemas adutores integrados que vêm do Rio São Francisco. O sertanejo, tão associado ao drama da seca, experimenta hoje uma outra realidade. Não que a estiagem prolongada também não tenha feito estragos no Sertão. Mas já não produz mais as imagens de moradores mendigando por água nas torneiras. Severino Ramos da Silva não consegue conter as lágrimas. “O que a gente está vivendo hoje é vergonhoso, uma calamidade.” Ele mora em Agrestina e sonha com o dia que a Adutora de Pirangi vai amenizar o sofrimento de viver entre baldes, tonéis e tudo o que possa juntar um pouco de água. Um cotidiano de descaso que ainda humilha o Agreste. (JORNAL DO COMMERCIO, 27/11/2016).

Os sistemas adutores funcionam como alternativa para garantir água à população. Com as barragens em estado emergencial, as tubulações servem como medidas paliativas levando água do Rio São Francisco para o abastecimento hídrico das cidades. Uma ideia que parecia lunática em meados de 1800, como vimos anteriormente, hoje aparece como a solução mais rápida para enfrentar a questão do acesso à água em Pernambuco.

Imagem 16: Trabalhadores em ação



Fonte: JC Online

A adutora funciona como elemento simbólico no cotidiano da seca, pois, esse tipo de intervenção mediada, em alguns caos, pelo Governo Estadual e Federal é colocada corriqueiramente como obra salvadora. No contexto da antropologia do imaginário significa dizer que o cenário da seca em Pernambuco aciona o sentimento de esperança da população, uma vez que o governo é a instância responsável por garantir o direito a água a população.

No que confere ao andamento das obras, em 2017, houve a entrega do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco, que percorre a cidade de Sertânea, em Pernambuco, até

Monteiro, na Paraíba. Atualmente o serviço beneficia mais de um milhão de pessoas que residem em 45 municípios dos dois estados, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O Sistema Adutor de Pirangi que fica no município de Catende, cidade localizada na Mata Sul do estado, está em funcionamento, beneficiando cerca de 800 mil pessoas. A obra é resultado da parceria entre o Governo do Estado e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

Em contrapartida, o Ramal do Agreste, apresentado na reportagem, ainda está em andamento. A meta do MDR é que a obra quando pronta abasteça a população de 71 cidades pernambucanas, ou seja, cerca de dois milhões de habitantes recebendo água na torneira de casa. Atualmente a obra está orçada no valor de R\$1,6 bilhão de reais, com prazo de entrega em fevereiro de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um lado, temos o imaginário que funciona como um rio de leituras sobre os acontecimentos do mundo. E, do outro, o jornalismo que atua como meio que ecoa as forças imaginárias, imaginativas e imagéticas, com base neste manancial de percepções. A partir do estudo proposto, percebemos a fusão entre o jornalismo e o imaginário como um fenômeno real que anuncia a relação de proximidade e entrelaçamento de meios distintos, mas que na prática trabalham cotidianamente juntos, em partilha, como vimos na série de reportagem, no jornalismo *online*.

Para mergulhar no ambiente de conexão entre os dois campos, objetivamos estudar o imaginário da seca inserido no JC Online, na tentativa de mostrar um exemplo real de como a relação acontece. Por isso, traçamos a seguinte questão: quais os símbolos utilizados pelo jornal para construir uma simbologia, ou melhor, um imaginário da seca para o público-leitor?

A partir do caminho traçado no estudo identificamos que a série de reportagem *Agreste Seco*, alvo do estudo, apresenta símbolos específicos para o debate da temática, tais como: Água, Ausência(s), Adutora, Abastecimento/ abastece/ abastecer/ abastecida, Barragem/ barragens, Barreiro, Bolsa Família, Cair/ caiu/ queda/ redução/ reduzir, Carro(s) - pipa/ caminhão-pipa, Chafariz/ chafarizes, Crise/ crise hídrica/ crise hídrica e econômica, Desemprego/demissões/ demitir / demitiu/, Depender/ dependência/ dependendo/ dependem, Dificuldade/ difícil, Esperança, Estiagem, Fome, Governo(s), Humilhação/ humilha/ humilhante, Medo/ temor, Mendicância/ mendigar/ mendigando, Morte/ morrer/ morrido/ morreram, Obra(s), Perder/ perda(s)/ perder, Poço(s), Ramal, Reservatório(s), Sede, Sobreviver/ sobrevivência, Sobrevivente/ sobrevida, Socorro/ socorrer/ socorridos(as), Sofrimento, Tragédia e Transposição.

A partir desta simbologia, isto é, do conjunto simbólico apresentado, o JC Online oferece ao leitor aquilo que intitulamos de “imaginário trágico da seca”, pois, em nosso entendimento o modo de abordagem da série direciona o olhar do público para o trágico, a queda, a angústia da população, o desalento, a tristeza, a situação de trevas, as experiências dolorosas, o caos, ou seja, sensações que sinalizam a presença do regime diurno do imaginário.

Conforme observamos no quadro 1, apresentado na página 64 e 65, os símbolos da seca aparecem agrupados com predominância no universo mítico heroico, estrutura que, como vimos, reflete a luta, a batalha, a busca pelo tempo positivo diante de uma situação negativa,

de inquietação, turbulência. A presença do homem guerreiro, seja o povo ou o governo, conforme constatamos. A seca, por sua vez, aparece como fenômeno a ser vencido, combatido, superado.

O embate acontece em busca do alimento sagrado: a água, símbolo predominante na série de reportagem, que aparece, ao todo, 76 vezes, apontando a batalha do povo e do governo diante da seca.

A reportagem como gênero de profundidade alinhada à dinâmica e a multimidialidade do espaço *online* amplifica o imaginário estabelecido pelo jornal, conduzindo as percepções imaginativas, tocando o sentimento, alimentando interpretações, direcionando o olhar do leitor.

Neste sentido, inferimos que a usabilidade dos mesmos elementos no campo jornalístico implica no processo de disseminação de imagens singulares por meio do conteúdo acrítico, que não evidencia a heterogeneidade da temática, uma vez que as imagens recorrentemente utilizadas não destacam todos os ângulos da seca, mas forçam aquilo que Santos (2017) chama de “verdade absoluta e hegemônica”. Observamos a ação quando o texto não problematiza a questão, mas estabelece um imaginário trágico confirmado pelos efeitos negativos da seca na vida da população.

Com isso, a narrativa e as imagens utilizadas pelo jornal constroem um imaginário que reforça o chamado “mito da seca” de que falam Andrade e Portela (2002), que acontece quando a mídia transforma a seca na grande culpada pelos males e problemas enfrentados pelo povo.

Diante do exposto, a ideia é que a mídia ofereça conteúdo educativo, pedagógico, emancipatório, pois, especialmente o jornalismo enquanto tecnologia do imaginário dispõe de conteúdo informacional que estimula a mente, meche com o sentimento e com a visão do público. A observação de como a seca aparece no JC Online é, antes de tudo, um ato de confrontar, de certo modo, o que vemos na realidade de outros jornais e veículos de comunicação.

Questionamos então: como a mídia pode contribuir no debate sobre o tema da seca? No jornalismo, por exemplo, o tratamento dado à notícia deve privilegiar uma apuração zelosa, a leitura baseada na realidade local, o aprofundamento das pesquisas sobre o tema, a pluralidade das fontes, a confrontação dos dados e especialmente a busca por toda a dimensão do fato, evitando partir do lugar comum, do estereótipo e do determinismo climático, algo recorrente na abordagem jornalística. É o que orienta a professora e jornalista Fabíola Moura

Reis Santos (2017), no livro “O sertão que a TV não vê: o jornalismo contextualizado com o semiárido brasileiro”.

Além disso, sugerimos a leitura de publicações que ampliem a visão dos jornalistas sobre o tema.

O livro “Água de chuva: o segredo da convivência com o semiárido brasileiro”, publicação da Cáritas Brasileira em parceria com a Comissão Pastoral da Terra, traz algumas reflexões em torno das características da região e várias discussões que cercam a questão climática. Em especial, o livro fala sobre o processo de convivência com a seca e ensina, por exemplo, que a existência de medidas e políticas públicas adequadas podem contribuir para com o desenvolvimento do território, garantindo não somente água, mas a autonomia do povo.

“Semeando saberes, inspirando soluções: boas práticas de convivência com o semiárido” é um material que também compartilha conhecimento sobre a região. O livro, produzido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em parceria com diversas instituições que fortalecem a proposta de convivência com a seca, apresenta em texto e imagem 19 experiências concretas e uteis que foram colocadas em prática por homens e mulheres do campo.

Essas e outras publicações funcionam como rios de leitura que possibilitam ao jornalista a construção de novas percepções e diferentes imaginários sobre a seca, ao passo em que ajuda a romper, inclusive, com a forma de abordagem clássica do tema no conteúdo jornalístico.

O aprofundamento do estudo da relação entre o jornalismo e o imaginário torna-se fundamental para o campo da Comunicação, uma vez que marca a existência de novos processos e fenômenos, novas ondulações e movimentos, que atravessam o conteúdo jornalístico presente em ambientes como o *online* onde aninham-se grandes forças imaginárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Edson de Souza. **O DNOCS no coração do nordestino**. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009.
- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- ANDRADE, Joaquim C. de; PORTELA, Fernando. **Secas no Nordeste**. 18 ed. São Paulo: Ática, 2002.
- ARAÚJO, Rogério Bianchi de. **A linguagem do imaginário enquanto criação de horizontes utópicos**. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiás, vol. 13, p. 139-154, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/lep/article/download/34420/20554>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- BARBOSA, Orris. **Secca de 32**: impressões sobre a crise nordestina. Rio de Janeiro: Adersen, 1935.
- BARROS, Ana Taís Portanova Barros. **Sob o nome de real**: imaginários no jornalismo e no cotidiano. Porto Alegre: Armazém digital, 2007.
- BARROS, Ana Thais Martins Portanova. Comunicação e imaginário: uma proposta metodológica. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 125-143, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/596>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo**: considerações gerais sobre jornalismo na web. **Ubiblorum**, Covilhã, 63-73, 2003. Disponível em: <<https://ubiblorum.ubi.pt/handle/10400.6/4358>>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979-1983**: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão do Inhamuns). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1484/DissNAC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. Natureza, território e desenvolvimento no semiárido. In: REIS, Edmerson dos Santos; CARVALHO, Luzineide Dourado; NÓBREGA, Maria Luciana da Silva (Org.) **Educação e convivência com o semiárido**: reflexões por dentro da UNEB. Juazeiro, BA: Printpex, 2013.
- CASTRO, Lara de. **Avalanches de flagelados no sertão cearense**: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- CAVALCANTI, Carlos André; CAVALCANTI, Ana Paula. **O que é imaginário?** Olhar biopsicossocial da obra transdisciplinar de Gilbert Durand. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- COELHO, Jorge. **As secas do nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- COTTA, Pery. **Jornalismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.
- DEUZE, Mark. O jornalismo e os novos meios de comunicação social. **Comunicação e sociedade**, São Paulo, vol. 9-10, p. 15-37, 2006. Disponível em: <<https://revistacomsoc.pt/article/view/1212/1194>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

- DURAND, Gilbert. **Mito, símbolo e mitodologia**. Lisboa: Presença, 1982.
- _____. **A imaginação simbólica**. Tradução de Eliane Fittipaldi Pereira. São Paulo: Cultrix, 1988.
- _____. **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- _____. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução a arqueologia do saber**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 4 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- FERREIRA NETO, Cicinato. **A tragédia dos mil dias: a seca de 1877-79 no Ceará**. Fortaleza: Premius, 2006.
- GADINI, Sérgio Luiz. **Fragmentos & discursos da cultura midiática**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.
- GOMES, Eunice Simões Lins. **Um baú de símbolos na sala de aula**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1998.
- GOMES DA SILVA, Pierre Normando. GOMES, Eunice Simões Lins. **Malhação: corpo juvenil e imaginário pós-moderno**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.
- GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza: Denocs, 1981.
- GONÇALVES, Hugo Feitosa; MONTENEGRO, Rosilene Dias; AGRA, Nadine Gualberto. Desenvolvimento do Nordeste nos governos FHC e Lula. In: **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, RS, 13 a 15 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16669>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- GONÇALVES, Elizabeth Moraes; RENÓ, Denis Porto; SANTOS, Marli dos. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. **Chasqui** – Revista Latinoamericana de Comunicación. Quito, Ecuador, n.130, dezembro 2015 – março 2016, p. 223- 242.
- HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993.
- IJUIM, Jorge Kanehide, URQUIZA, Moema Guedes. Autoria e humanização em Neide Duarte. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, ano VI, n. 1, p. 85-97, jan/jun, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p85/10419>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- IJUIM, Jorge Kanehide. O real e o poético na narrativa jornalística. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/464/386>>. Acesso em: 31 out. 2019.
- JUNGES, Leandro. **A relação entre o jornalismo e o cotidiano**. In: RONSINI, Veneza Mayora (Org.) Sociedade, mídia e cultura. Santa Maria: CAPES, 1996.
- LAGO, Claudia. Ensinaamentos Antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília: SBPJor, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253/252>>. Acesso em 31 out. 2019.

LOCH, B. C. **O Novo Desenvolvimentismo**: uma comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p.50, 2014.

MAIA, Flávia Dourado. **O jornalismo entre o efêmero e o eterno**: imaginário e natureza na Globo Rural (1985-2010). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Famecos**. Rio Grande do Sul, vol 8, n. 15, 2001. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3123>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MALVEZZI, Roberto. Fazer água. In: **Água de chuva**: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro. **Cáritas Brasileira**: Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. 2 ed. São Paulo: Summus, 2003.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. 24 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MENDES, Patrícia Monteiro Cruz. **Saúde Imaginária**: a reprogramação do corpo no *reality show*. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20158>>. Acesso em: 20 set. 2019.

MENEZES, Edith Oliveira de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Seca no Nordeste**: desafios e soluções. 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUNHOZ, Lysiane Hargreaves. **Jornalismo humanizado e a construção de sentidos da adoção em série de reportagens do Jornal Nacional**. 2017. 87 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 21, n. 40, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006>. Acesso em: 11 nov. 2018.

NÓBREGA, Jacqueline. Campos de Concentração no Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 mai. 2017. Disponível em: <<http://plus.diariodonordeste.com.br/campos-de-concentracao-no-ceara/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

NUNES, Emanuella Cristine Leite. **A multimídia no jornalismo digital**: o caso das plataformas multimídias no portal de notícias do G1 Paraíba. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PASKOALI, Vanessa P. Imaginário da morte na barquinha: uma religião amazônica na óptica do envolvimento. **Travessias**, Paraná, v. 4, nº 3, 2010, p. 255-267. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/4612/3526>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

PERRY, Anderson. O Brasil de Lula. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza e Bruno Costa. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 91, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002>. Acesso em 10 dez. 2001.

PITTA, Danielle. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. 2 ed. Curitiba: CRV, 2017.

PINHO, J.B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

POLETTTO, Ivo. Da indústria da seca para a convivência com o Semi-Árido brasileiro. In: **Água de chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro. Cáritas Brasileira: Comissão Pastoral da Terra, Fian/Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 57 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

REBELLO, Aiuri. Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil. **UOL**, São Paulo, mar. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-dahistoria.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10380/1/2014_liv_ksrios.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIBEIRO, Rafael Winter. Seca e determinismo: a gênese do discurso do Semi-Árido nordestino. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, vol. 22, 1999. Disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1999/vol22_60_91.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

ROCHA, Délio. Currais humanos. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 28 fev. 2008. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/currais-humanos-1.608037>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

RODRIGUES, Carla. **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Sulina, 2009.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. **Comunicação: troca cultural?** São Paulo: Paulus, 2005.

SANTOS, Fabíola Moura Reis. **O sertão que a TV não vê: o jornalismo contextualizado com o Semiárido brasileiro**. Juazeiro, BA; Teresina: EDUFPI, 2018.

SANTOS, José Moacir de. Seca é seca, falta de água é política. **IRPAA**, jul. 2008. Disponível em: <<http://irpaa.org/publicacoes/artigos/seca-e-politica.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina – 1: A epopéia das secas**. Recife: Tropical, 1984.

SILVA, Gislene. **O sonho da casa no campo: jornalismo e imaginário de leitores urbanos**. Florianópolis: Insular, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVA, Juremir Machado da. **Diferença e descobrimento: o que é o imaginário?** Porto Alegre: Sulina, 2017.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUZA, Uilson Viana de. O semiárido brasileiro na grande mídia: da estereotipia à proposição de novas perspectivas comunicacionais contextualizadas. **Revista ComSertões**, Juazeiro, vol. 1, n. 3, 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/1425>>. Acesso em: 27 abr. 2019.

SUASSUNA, João. Semi-árido: Proposta de convivência com a seca. **Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, fev. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&id=659&Itemid=376>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Sites

A seca mais intensa desde os anos 1980. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 269, jul. 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/07/19/a-seca-mais-intensa-desde-os-anos-1980/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Cochonilha do Carmim. **Adagro**, Pernambuco. Disponível em: <<http://www.adagro.pe.gov.br/web/adagro/cochonilha-do-carmim>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

Governo Lula levou água para onde precisava. **Site Lula**, nov. 2018. Disponível em: <<https://lula.com.br/governo-lula-levou-agua-para-onde-precisava/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

JUNGBLUT, Cristiane; PAUL, Gustavo. Na disputa obra a obra entre os governos lula e FH, caronas e maquiagens. **O Globo**, jan. 2011. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/politica/na-disputa-obra-obra-entre-os-governos-lula-fh-caronas-maquiagens-3055398>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Lula e Dilma entregaram 1,1 milhão de cisternas no Nordeste. **Site Lula**, ago. 2017. Disponível em: <<https://pt.org.br/lula-e-dilma-entregaram-11-milhao-de-cisternas-no-nordeste/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

MADEIRO, Carlos. Seca fez Nordeste perder 4 milhões de animais em 2012, diz IBGE. **UOL**, out. 2013. Disponível em: < <https://economia.uol.com.br/agronegocio/noticias/redacao/2013/10/15/seca-fez-nordeste-perder-4-milhoes-de-animais-em-2012-diz-ibge.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

MOREIRA, Roberto. A história das secas no Nordeste. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 jan. 2017. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/seca/historia-das-secas-nonordeste/175481>>. Acesso em 26 abr. 2019.

No dia da agricultura familiar veja o legado de lula na área. **Site Lula**, 25 jul. 2018. Disponível em <<https://pt.org.br/no-dia-da-agricultura-familiar-veja-o-legado-de-lula-na-area/>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Nordeste em emergência: histórias de uma seca sem fim. **G1**, São Paulo, abr. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/nordeste-em-emergencia-historias-de-umaseca-sem-fim.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Nordeste vive pior seca dos últimos anos. **Profissão Repórter**, mai. 2017 Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dosultimos-cem-anos.html>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Palma Forrageira na alimentação animal. **Embrapa**, Teresina, ago. 2015. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/139110/1/Doc233.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

SILVA Cleide. Nordeste enfrenta maior seca em 100 anos. **Estadão**, jan. 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nordeste-enfrenta-maior-seca-em-100-anos,10000098878>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

Transposição do Rio São Francisco; Lula iniciou obra que ficou 170 anos no papel. **Site Lula**, mar. 2017. Disponível em: <<https://lula.com.br/transposicao-do-sao-francisco-lula-iniciou-obra-que-ficou-170-anos-no-papel/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.